

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

Sálua Francinele Ribeiro

**Os descaminhos políticos nos debates sobre a abolição na série de crônicas**  
**“*Bons dias!*” de Machado de Assis.**  
**(Jornal *Gazeta de Notícias*, 1888-1889).**

Uberlândia  
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

Sálua Francinele Ribeiro

**Os descaminhos políticos nos debates sobre a abolição na série de crônicas**  
**“*Bons dias!*” de Machado de Assis.**  
**(Jornal *Gazeta de Notícias*, 1888-1889).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História social

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Spini.

Uberlândia

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

R484d      Ribeiro, Sálua Francinele, 1987-  
2015      Os descaminhos políticos nos debates sobre a abolição na série de crônicas “*Bons dias!*” de Machado de Assis (*Jornal Gazeta de Notícias*, 1888-1889) [recurso eletrônico] / Sálua Francinele Ribeiro. - 2015.

Orientadora: Ana Paula Spini.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3018>  
Inclui bibliografia.

1. História. I. Spini, Ana Paula, 1966-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

**SÁLUA FRANCINELE RIBEIRO**

**Os descaminhos políticos nos debates em torno da abolição na série de crônicas “Bons dias!” de Machado de Assis.**

**(Jornal *Gazeta de Notícias*, 1888-1889).**

Banca Examinadora

---

Professora Dra. Ana Paula Spini (Orientadora)

---

Professora Dr. Luiz Carlos do Carmo

---

Professor Dra Ana Flávia Cernic Ramos



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família por sempre estarem ao meu lado me apoiando e me fazendo acreditar em mim mesma. A meu pai querido que está me dando força e está ao meu lado neste momento, sempre será meu exemplo de força e determinação. A minha mãe por ser a melhor pessoa do mundo e ser minha melhor amiga.

Ao meu irmão Sávio, pela paciência comigo, em me ouvir e dar os conselhos na hora em que mais preciso. Ao Thallys, que mesmo de longe me apóia e torce pelo meu sucesso. Agradeço imensamente ao meu marido, Lucênio Miranda, primeiramente pela paciência e companheirismo sincero durante todos esses anos, e claro, pela ajuda neste trabalho, já que ele tem ideias que sempre me ajudam na escrita dessa dissertação.

Agradeço a Capes pela bolsa, que proporcionou que eu me dedicasse exclusivamente as leituras e a escrita dessa dissertação e ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, pela atenção e educação.

Esse trabalho não seria possível sem a querida Ana Paula Spini, que foi mais que uma orientadora em minha vida, mas também uma amiga. Agradeço pela compreensão, paciência e pelas conversas produtivas que sempre tivemos e principalmente por acreditar em mim e não deixar que eu me desesperrassem frente as dificuldades. Obrigada por ser tão amorosa, por fazer eu me sentir tão a vontade para dialogar com você e por compartilhar comigo as ideias desse trabalho.

A Ana Flávia meus sinceros agradecimentos pelas preciosas dicas durante a qualificação, que tanto me ajudaram durante a escrita dessa dissertação. Obrigada por ter sido tão gentil e generosa comigo. Espero aprender muito com você durante esse trabalho.

Agradeço ao Luiz Carlos do Carmo por ter aceitado o convite para participar da minha defesa. Tenho certeza que irei aprender muito com você!

Meus sinceros agradecimentos e carinho a Daniela Magalhães pelas contribuições durante a qualificação, aprendi muito com você e espero encontrá-la novamente para conversarmos sobre Machado de Assis.

Aos meus amigos queridos Munís Pedro, pessoa especial, o melhor amigo que a vida poderia me proporcionar. A Isadora Damaceno, irmã que a vida me concedeu, ao João Gabriel, irmão de alma, a Melise Batista, Ivana Borges, outra irmã que Deus me deu, Mariane, Camila e Guimes meu sincero obrigado, pelos anos de amizade e por sempre estarem ao meu lado.

## RESUMO

Procuramos, neste estudo, analisar como os debates referentes à abolição e à escravidão apareceram no jornal *Gazeta de Notícias*. Iniciaremos essa análise no ano de 1887 até a instauração da lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888. O intuito é de entender as opiniões dos colaboradores do jornal no que diz respeito às discussões sobre a abolição, esses escritores debatiam, interpretavam e difundiam suas ideias nesse periódico sobre tais assuntos. Dentre esses escritores destacaremos Machado de Assis e as crônicas da série “*Bons dias!*”, publicadas entre 1888 e 1889 que discutia os assuntos referentes a abolição. Nosso objetivo com essa análise é entender o posicionamento de Machado de Assis, ou seja, suas questões, ideias, opiniões, discordâncias a respeito dos vários significados da abolição e dos principais acontecimentos que norteiam o final do século XIX.

**Palavras-chave:** *Gazeta de Notícias*. Abolição. Machado de Assis. Crônica.

## ABSTRACT

We try in this study to analyze how the debates on the abolition and slavery appeared in the *Gazeta de Notícias* newspaper. We begin this analysis in 1887 to the establishment of the Golden law on 13 May 1888. The aim is to understand the newspaper's employees of opinions with regard to the discussions on the abolition, these writers debated, interpreted and diffused their ideas in this journal about such matters. Among these writers highlight Machado de Assis and chronicles the series “*Good morning!*”, published between 1888 and 1889 that discussed the issues related to abolition. Our goal with this analysis is to understand the Machado de Assis positioning, questions, ideas, opinions, disagreements about the various meanings o abolition and the main events that guide the late nineteenth century.

**Keywords:** *Gazeta de Notícias*. Abolition. Machado de Assis. Chronicle.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
Capítulo I	
<b>A GAZETA DE NOTÍCIAS E OS DEBATES SOBRE A ABOLIÇÃO .....</b>	<b>23</b>
1.1 Introdução .....	23
1.2 Debates parlamentares sobre a abolição .....	25
1.3 Análise das colunas “ <i>Telegrammas</i> ” e “ <i>Libertações</i> ” na <i>Gazeta de Notícias</i> (fugas e revoltas de escravos e diálogos com outros periódicos) .....	32
Capítulo II	
<b>O NARRADOR NA SÉRIE DE CRÔNICAS “<i>BONS DIAS!</i>” .....</b>	<b>61</b>
2.1 Introdução .....	61
2.2 O narrador em “ <i>Bons dias!</i> ”: Policarpo .....	61
2.3 A metáfora dos relógios .....	70
Capítulo III	
<b>A ABOLIÇÃO NA SÉRIE DE CRÔNICAS “<i>BONS DIAS!</i>” .....</b>	<b>98</b>
3.1 Introdução .....	98
3.2 Crônicas inscritas nos debates sobre a abolição .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Em 5 de abril de 1888, Machado de Assis iniciou uma nova série de crônicas no jornal *Gazeta de Notícias*, num total de 49 publicadas até o dia 29 de agosto de 1889. Abordaremos essa série na perspectiva proposta pelos historiadores sociais, ou seja, trabalharemos as crônicas inserindo as no movimento da sociedade da época, principalmente no meio em que estas foram originalmente publicadas.

Escolhemos a série “*Bons dias!*” justamente pelo seu período de publicação, o ano de 1888, em que a Lei Áurea foi instituída. Nesse período, encontramos na *Gazeta de Notícias* e na imprensa várias vozes distintas sobre tal processo, dentre elas a de abolicionistas, senhores de escravos, libertos, escravos, políticos conservadores, liberais, republicanos. Na “*Bons dias!*”, portanto, vários são assuntos que dizem respeito aos debates em torno da abolição, embora não tenha sido a primeira série de crônicas em que Machado de Assis tenha abordado a crise da instituição da escravidão.<sup>1</sup>

O que nos interessa investigar neste trabalho, além do testemunho histórico de Machado de Assis sobre os debates acerca da abolição, é como ele se insere nessas discussões, pois entendemos que, por meio da escrita da série, o autor constituiu-se como um agente social desses debates, sendo que as crônicas “*Bons dias!*” podem ser vistas como um projeto político do escritor, o qual se posicionou diante das disputas que envolveram a abolição.

Faremos um recorte na série privilegiando as crônicas em que os debates em torno da abolição aparecem como tema central. É importante salientar que, embora não tenhamos optado por trabalhar com todos os assuntos que a série aborda, nós a analisaremos como um todo, pois para termos um maior entendimento, tanto das opiniões do autor como do pseudônimo que este criou para narrar as crônicas, é fundamental que não deixemos de refletir também sobre os outros temas da série.

Os debates que envolveram o surgimento dessa série são complexos, envolvendo um contexto de contradições e de incertezas frente ao destino do país naquele momento, principalmente se considerarmos a crise cada vez mais candente da inviolabilidade da vontade senhorial e da escravidão.

Machado de Assis estava totalmente inserido nesse processo histórico, e ainda que as crônicas tenham como principal objetivo interpretar e dar sentidos políticos ao cotidiano, a

---

<sup>1</sup> Em sua série *Balas de Estalo*, também publicada na *Gazeta* de 1883 a 1886, juntamente com outros colaboradores, já debatia principalmente a Lei dos Sexagenários, sua formulação e suas principais medidas.

indeterminação histórica deve ser levada em consideração, pois não havia como prever quais seriam os destinos do país naquele momento, embora fosse certo que as relações entre escravos e seus senhores estavam mudando, pois o governo brasileiro cada vez mais intervinha nessa relação. O assunto já estava sendo bastante discutido, já que em 1884 o estado do Ceará declarara que a escravidão estava abolida. O movimento abolicionista cobrava medidas legais do governo em relação à abolição e estavam ocorrendo inúmeras revoltas e fugas por parte dos escravos.

Esse contexto de mudanças em relação ao regime escravista estava sendo comentado e noticiado pelos órgãos da imprensa no século XIX. Portanto, o jornal *Gazeta de Notícias* é um documento importante não apenas para conhecermos o suporte no qual a série “*Bons dias!*” foi publicada, mas também para refletirmos e analisarmos a forma como esse periódico e seus colaboradores se posicionavam diante das discussões que envolveram a abolição.

A *Gazeta de Notícias* foi criada em 1874, por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes. Debatia assuntos cotidianos, mas também discutia arte, literatura e assuntos políticos, como trocas ministeriais, discussão de projetos do Império, a questão da escravidão e da abolição, bem como teorias raciais, darwinismo, imigração etc. Podemos considerar que “a grande revolução gerada pela inauguração da *Gazeta de Notícias* foi fruto de seu estilo “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar”.<sup>2</sup>

Pereira nos traz exemplos de algumas inovações realizadas pela *Gazeta* e um dos seus fundadores. Em 1874, Ferreira de Araújo ansiava por aumentar a circulação do jornal, para que este atingisse todas as camadas da população e não apenas uma camada específica, pois até então as folhas eram vendidas apenas em casas de comércio e livrarias, que geralmente eram frequentadas por aqueles que tinham interesse pelas letras. Por isso, a *Gazeta* inaugurou o sistema de vendas avulsas pela cidade. Dentre outras inovações, Ferreira de Araújo se propôs a transformar os textos do jornal, que passaram a ser de leitura mais fácil do que a de seus concorrentes, além de apoiar cada vez mais a publicação de textos literários. Uma última inovação apontada por Pereira era o preço do periódico, mais barato do que de costume, em razão do bom aproveitamento publicitário da folha.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Editora Mauad, 1999, p. 224.

<sup>3</sup> PEREIRA, Leonardo, A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004, p. 19. Segundo Pereira, a *Gazeta de Notícias*, em 1881, era vendida a 40 réis, preço que passa a ser adotado também pelos outros grandes jornais que surgiam no período, como *O Paiz* e o *Diário de Notícias*. Sua tiragem, no mesmo ano, era de 24.000 exemplares, enquanto a do jornal *O Paiz*, em 1885, era ainda de 15.000.

Pereira cita Machado de Assis, que em uma crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias* do dia 6 de agosto de 1893, em comemoração aos dezoito anos da folha, fala-nos que esta gerou uma “revolução” no jornalismo:

Antigamente as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam, e ainda assim era preciso ir comprá-los ao balcão e caro. Quem não podia assinar *Jornal do Commercio*, mandava pedi-lo emprestado, como se faz ainda hoje com os livros, com esta diferença que o Jornal era restituído e com esta semelhança que voltava mais ou menos enxovalhado. As outras folhas não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial; demais, serviam a partidos políticos...Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* de baixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando as notícias, o anúncio, a pilheria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que, quando não é excessivamente, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as cousas sem retezar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou, fez-se homem, pôs casa; toda a imprensa mudou de jeito e de aspeito.<sup>4</sup>

Machado de Assis exalta a *Gazeta* principalmente pelas suas características, a saber, além de ser um jornal vendido avulso na cidade, também possuía colunas que o diferenciavam de outros periódicos, como a “*Annuncios*” e a “*Coluna Official*”, que debatia principalmente assuntos políticos da câmara municipal e do parlamento. Machado ressalta que o problema não era os periódicos falarem de política, já que muitos o faziam, inclusive a *Gazeta*. O problema eram os periódicos partidários, aqueles que falavam em nome de determinados partidos.

Em pouco tempo a *Gazeta* conseguiu estar entre os periódicos líderes no Rio de Janeiro e chegou a ser saudada por jornais concorrentes.<sup>5</sup> Ramos destaca duas características importantes do jornal:

Defendendo o ideal de modernidade, a *Gazeta* ficou conhecida pelo seu constante incentivo à literatura, sua preferência por textos cada vez mais simples e ligeiros, e pelo discurso da imparcialidade e da neutralidade política, principalmente na política partidária, em contraste com muitos outros periódicos do séc. XIX, cuja atuação partidária era inequívoca, incentivou uma constante e significativa popularização do trabalho literário, fazendo da presença dos homens uma das principais atrações do jornal.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Machado de Assis, “*A Semana*”, *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1893.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>6</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

A *Gazeta* foi um jornal que se diferenciou de outros periódicos do século XIX, pois não defendia nenhum partido político. Mas é importante destacar que essa suposta “neutralidade política” tão almejada e defendida pela *Gazeta* não quer dizer que o jornal não percebia os acontecimentos, principalmente políticos, de forma crítica. Nas crônicas que contavam com a participação de Araújo e em colunas como “*Cousas Políticas*”, assinadas por ele próprio, encontramos críticas ao regime monárquico, propostas de reforma religiosa e o debate sobre a substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Mas, como aponta Ramos, “essas discussões eram feitas de forma mais contida e sem ferir grandes suscetibilidades, afinal de contas, era a imagem da *Gazeta* que estava em jogo”.<sup>7</sup>

Ramos ainda destaca que na série “*Balas de Estalo*”, da qual Ferreira de Araújo fazia parte com o pseudônimo Lulu Sênior, encontramos críticas mais duras e ferrenhas ao regime monárquico, por exemplo, diferentemente da coluna “*Cousas Políticas*”, que tinha um tom mais moderado. Ramos conclui seu argumento da seguinte forma:

Tais características dos temas sobre ministérios, partidos políticos, programas e reformas liberais – que são discutidos de forma muito parecida em ambas as colunas – só vem a confirmar que Lulu Sênior sabia exatamente quais eram as ideias que a *Gazeta de Notícias* fazia questão de colocar em seu “editorial”, tais como abolição, imigração, reforma eleitoral, e quais decidia colocar em colunas menos comprometidas com a “imparcialidade” do novo jornalismo surgido em fins do século XIX. O que é certo é que “*Balas de estalo*” se constituiu como um espaço de ataques recorrentes à Monarquia e à religião oficial. E a “neutralidade política” da *Gazeta* torna-se bastante vulnerável se pensarmos que foi justamente este espaço de confronto direto que se tornou um dos mais lidos do jornal. Ferreira de Araújo parece ter feito então a escolha certa. Através do humor e da pilhéria, ele conseguia atrair o leitor para essas questões e se fazer ouvir nos mais diferentes meios sociais.<sup>8</sup>

A discussão sobre abolição, imigração e reforma religiosa continuou sendo assunto da *Gazeta* durante os anos finais do século XIX, tanto nas colunas quanto nas crônicas, e o tom crítico das opiniões daqueles que escreviam para esse jornal continuou sendo uma das características mais importantes do periódico, como, por exemplo, das crônicas entre os anos de 1888 e 1889, intituladas “*Bons dias!*” e escritas por Machado de Assis, conforme já foi dito, que irão nos trazer uma análise crítica da sociedade do Rio de Janeiro do final do século XIX.

---

<sup>7</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ferreira de Araújo nas “*Balas de Estalo*” e nas “*Cousas Políticas*” da *Gazeta de Notícias: Imprensa, modernidade e neutralidade. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

<sup>8</sup> Ibid., p. 17.

Havia uma coluna fixa com o nome de “*Publicações a pedido*” que apareceu na *Gazeta* desde 1875. Geralmente essa seção da folha era utilizada pelos leitores para falarem sobre algum assunto do seu interesse, ou mesmo para fazer um comentário. Como diz Asperti:

Poderia muitas vezes ser um agradecimento, um pedido de desculpas, uma solicitação ou auxílio, um pequeno texto poético de autoria popular; mas na maioria dos casos a coluna era utilizada como veículo de desforras ou canal aberto para cobrar providências diversas às autoridades municipais.<sup>9</sup>

Colunas como “*Boletim Parlamentar*”<sup>10</sup> e “*Câmara Municipal*” eram fixas desse periódico e informavam e debatiam os assuntos políticos. Ambas as colunas são de extrema importância neste trabalho, pois nos trazem os debates e projetos de leis propostos pelo senado e pela câmara municipal. Nos anos de 1887 e 1888 encontramos nessas colunas a discussão de várias propostas sobre a abolição dos escravos, o posicionamento dos políticos liberais e conservadores sobre essa reforma além de comentários do próprio jornal sobre as propostas apresentadas.

Havia também a coluna “*Telegrammas*”,<sup>11</sup> que trazia notícias de vários lugares do Brasil, além das internacionais, por intermédio da agência de notícias Havas. Essa coluna também é fundamental para a análise da série “*Bons dias!*”, pois Machado de Assis comentava notícias que eram publicadas nela. A coluna “*Telegrammas*” também nos permite conhecer o posicionamento da *Gazeta*, pois nos últimos anos da década de 1880 as principais notícias publicadas nessa coluna relacionavam-se a fugas e revoltas de escravos, à concessão de liberdade pelos senhores etc.

Havia ainda o romance folhetim,<sup>12</sup> que era publicado no rodapé do jornal. Nesse espaço várias traduções francesas apareceram, mas também romances de autores nacionais. Como exemplo: Raul Pompéia, que publicou durante três meses com o subtítulo de “Crônicas da saudade” seu romance “O ateneu”; José do Patrocínio, que publicou uma coluna semanal chamada “Semana Política” ou “Semana Parlamentar”, de 1877 a 1881; e outros autores, como Lino de Assunção, Valentim Magalhães e Eça de Queirós.

Desde o surgimento da *Gazeta*, há um texto que se manteve constante: a crônica semanal. Praticamente todos os dias o jornal publicava alguma. Semanalmente, distintos escritores publicavam suas crônicas, entre eles Machado de Assis, que publicou as crônicas

<sup>9</sup> ASPERTI, Clara. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, Grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, n. 7, 2006/2, p. 47.

<sup>10</sup> Essa coluna apareceu na *Gazeta* no ano de 1881.

<sup>11</sup> Essa coluna faz parte da *Gazeta* desde o seu surgimento, em 1875.

<sup>12</sup> ASPERTI, op. cit., p. 49.

“*Bons dias!*”, dentre outras”.<sup>13</sup> A matéria-prima das crônicas eram os pequenos acontecimentos do cotidiano e, por isso, esse gênero liga-se de forma direta ao seu tempo. Seus autores possuem a realidade como base e podem intervir nela, relatando opiniões e fazendo questionamentos. É por isso que essas crônicas são tão importantes para o campo historiográfico, pois contêm os testemunhos desses autores sobre os mais variados assuntos.

Machado de Assis escrevia sobre as mudanças e permanências da realidade social que então presenciava, e era capaz de analisar essa conjuntura utilizando-se de um intencional distanciamento. Ele não se submetia a opiniões recorrentes que se apresentavam no tempo corrente, assim apresentava um presente repleto de relatividade. A obra de Machado se beneficiou da crônica e de suas variadas maneiras de narrar. Dentro de uma historicidade, verificamos que há assuntos relativos aos mais variados lugares, graças aos novos ritmos e à oralidade que a crônica assumiu.

Machado recolhe as notícias dispersas e, como em um “panorama visual” em moda na segunda metade do século, dá-lhes um enquadramento de significação. O narrador embuçado em um pseudônimo, espécie de jogo ficcional com o leitor, procura sobrepor o enunciado literário ao dado empírico, desqualificando a transparência da simples notícia.<sup>14</sup>

A crônica possui uma relação intrínseca com a realidade, embora “esteja longe de refleti-la ou de espelhá-la, mas sim tendo como objetivo analisá-la e transformá-la”.<sup>15</sup> Não devemos perder de vista que a crônica é literatura, portanto abarca construções narrativas peculiares, como metáforas, figuras de linguagem e ironias. À vista disso, devemos também considerar que ela está inserida na indeterminação histórica de seu tempo e dos acontecimentos, e que por causa dessa indeterminação, os assuntos das crônicas iniciais poderiam até tratar dos debates em torno da abolição, mas seja pela “reação dos leitores, impasses estéticos, pessoais ou políticos que interferiam na concepção da obra, truncando textos ou forçando a sua reelaboração em meio ao processo de escrita”,<sup>16</sup> o plano inicial de Machado poderia ser mudado.

---

<sup>13</sup> Ao todo, Machado publicou 475 crônicas na *Gazeta*, mais de três quartos da sua produção no gênero (mais da metade destas pertence à sua última série, “*A semana*”, publicada entre 1892 e 1897). Começou a sua colaboração em 1883, como um dos autores de uma série quase diária de crônicas, “*Balas de Estalo*”, usando o pseudônimo Lélío. A sua última contribuição é de 22 de março de 1886. Ver: ASSIS, Machado. “*Bons dias!*” Introdução e notas de John Gledson. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

<sup>14</sup> Ibid., p. 413.

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 13.

<sup>16</sup> Ibid., p. 14.

É importante discutir o papel das crônicas nesse contexto e como elas foram incorporadas por Machado, servindo a ele como instrumento de intervenção política e social na realidade do período. O autor, por meio das crônicas e da criação de um narrador, constrói significados políticos, sociais, procura intervir nos debates, compreender e interpretar as discussões e os vários significados da abolição.

As crônicas “*Bons dias*” foram compiladas em livro pelo pesquisador Gledson,<sup>17</sup> que também as analisou juntamente com o jornal *Gazeta de Notícias*. Gledson, ao final de cada crônica, nos traz algumas notas explicativas, geralmente revelando de que notícia do jornal Machado de Assis retirou o assunto para sua crônica. E embora o trabalho nos forneça uma análise coerente e uma interpretação possível das crônicas, é preciso levar em consideração que a análise de Gledson não é feita pensando-se em todo o jornal, ou seja, no diálogo da série não apenas com as notícias que ela comenta, mas com todo o corpo de colaboradores da *Gazeta de Notícias*.

Acreditamos que as crônicas devem ser inseridas em seu suporte original, ou seja, devem ser lidas no jornal e este também deve ser analisado em seu conjunto, para não perdemos de vista a relação que Machado de Assis estabelecia com o editorial e com outros colunistas do jornal. É importante entender o próprio jornal e seu posicionamento a respeito da abolição, para que assim possamos interpretar as opiniões contidas na série e em que medida estas dialogam com o meio em que eram publicadas. Neste sentido, adotou-se nesta pesquisa uma metodologia de análise das crônicas que consiste em considerá-las nessa relação com o restante do jornal.

É necessário destacar que nem todas as notícias discutidas nas crônicas eram retiradas do periódico no qual o literato as publicava. Estes eram leitores de outros jornais que não aqueles nos quais publicavam e, portanto, comentavam em suas crônicas notícias divulgadas também em outros periódicos. Como exemplo, citamos a própria série “*Bons dias!*” e seu criador, Machado de Assis, que além de utilizar notícias veiculadas na *Gazeta de Notícias*, também lançava mão das notícias do *Jornal do Commercio*<sup>18</sup> e de outros periódicos como *O Paiz* e o *Rio Post*.

---

<sup>17</sup> No segundo capítulo, abordamos o método de análise escolhido por Gledson para avaliar a série de crônicas “*Bons dias!*”, principalmente no que se refere ao narrador desta. Gledson não aceita que o narrador da série seja Policarpo, ou seja, ele acredita que as opiniões dadas devem ser lidas e pensadas como as de Machado de Assis, já que não há um narrador com características próprias e com certa unidade em todas as crônicas. Para Gledson, Policarpo é narrador de apenas algumas crônicas, outras possuem outros narradores.

<sup>18</sup> John Gledson, em estudo referente às crônicas “*Bons dias*”, afirma que algumas notícias que foram comentadas na série foram retiradas de outros periódicos, principalmente do *Jornal do Commercio*. Ver: ASSIS, Machado. “*Bons dias!*” Introdução e notas de John Gledson. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.



Os literatos tinham autonomia, possível de ser percebida principalmente na utilização de estratégias narrativas, que permitiam que eles burlassem as imposições ideológicas dos jornais. Essas estratégias poderiam ser a ironia, o sarcasmo, o emprego de figuras de linguagem, a construção de personagens e fatos absurdos etc. É importante destacar que Ferreira de Araújo, um dos donos da *Gazeta de Notícias*, incentivava essa iniciativa nos literatos que publicavam para a folha. Por mais que Araújo quisesse zelar pelo nome da *Gazeta* por meio de sua “neutralidade” e “imparcialidade”, ideias que o jornal defendia, já vimos que isso não queria dizer que não havia críticas nesse periódico sobre vários assuntos, mas que estas não eram tão contundentes ou escancaradas.

Sem dúvida que por meio dessas estratégias as críticas podiam vir, de forma mais contundente e áspera, o que permitia ao jornal ser mais lido e comentado, possibilitando que o número de leitores aumentasse. Por exemplo: Araújo acreditava na fórmula do humor para atingir seus leitores e usava de tom galhofeiro em muitos espaços de seu jornal. Colunas como “Boletim Parlamentar” e “Crônica da Semana”, escritas por Demerval da Fonseca, e “Dizia-se Ontem” eram sempre escritas de forma direta e bem-humorada, independentemente dos temas tratados, fossem eles crise ministerial ou finanças.<sup>19</sup>

É importante refletir até que ponto e de que forma o escritor escrevia e manifestava suas opiniões sem se prender tanto ao posicionamento político do periódico no qual publicava. Portanto, é importante pensarmos na relação do editorial da *Gazeta de Notícias* com Machado de Assis e vice-versa.

O autor, ao longo de sua carreira, colaborou para diversos jornais e revistas de perfis diferentes, nos quais escreveu contos, crônicas e alguns de seus romances. Na *Gazeta de Notícias* permaneceu por mais de quinze anos, o que, segundo Ramos, nos permite concluir que em alguma medida o jornal de Ferreira de Araújo correspondia às ideias de Machado.<sup>20</sup> Para Ramos, Machado de Assis, em crônica publicada na série “*A semana*”, em que comentava sobre o aniversário da *Gazeta*, exaltou algumas de suas qualidades e lembrou que o jornal representou um avanço, pois era vendido avulso nas ruas e não “servia a partidos”. Ramos comenta outras qualidades que Machado conferiu à *Gazeta* em crônica da série “*A semana*” e sua relação com essa folha:

Se Machado já havia escrito que o jornal era a verdadeira forma da república do pensamento, locomotiva intelectual em viagem para mundos

---

<sup>19</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese de Doutorado em História; Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 44.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 44-45.

desconhecidos, a literatura comum, universal, altamente democrática e que, reproduzida todos os dias, levava a frescura das idéias e o fogo das convicções, a *Gazeta de Notícias*, independentemente de questionamentos sobre o seu real caráter revolucionário, parecia, para Machado, uma importante oportunidade de colocar essas concepções em prática.<sup>21</sup>

Como vimos, Machado de Assis destaca que a *Gazeta* era um veículo importante para suas concepções, ou seja, para a exposição das suas opiniões. Ou seja, o jornal oferecia uma certa liberdade para o escritor, sem que este tivesse necessariamente que compartilhar de todas as suas posições políticas. Poderemos dizer que Machado partilhava das mesmas opiniões políticas da *Gazeta* apenas no momento em que interpretarmos as crônicas e verificarmos o posicionamento dele no que tange à escravidão e à abolição e também após analisarmos outras colunas do periódico que também abordam tais temas. A intensa atividade literária, principalmente como cronista, em que escrevia sobre variados assuntos, desde política até assuntos casuais, contribuiu para que Machado desenvolvesse novos elementos que foram sendo incorporados à sua escrita. Segundo Ramos, “Era preciso alterar a forma para criar múltiplos significados em seus textos, deslocando-se, assim, das opiniões fixas dos jornais nos quais as crônicas eram publicadas”.<sup>22</sup> Ainda de acordo com a autora:

Sempre em tom de diálogo com o leitor, as crônicas vão construir um espaço de reflexão sobre o cotidiano, a política, o teatro, a sociedade brasileira, mas agora criando novas formas de expressão para que fosse garantindo ao cronista uma maior liberdade de opinião. E nesse ponto é a literatura que vai possibilitar a transformação desses textos em falas mais complexas e multifacetadas.<sup>23</sup>

Os vários assuntos abordados e o desenvolvimento do gênero cronístico possibilitaram a Machado de Assis mais autonomia nos periódicos em que publicava. Sem dúvida, o caráter literário das crônicas permitia ao autor criar figuras de linguagem, narradores fictícios com personalidades próprias, como Policarpo, e fazer com que as notícias fossem comentadas de outra forma que não da forma recorrente nos periódicos. E embora as crônicas tivessem uma relação intrínseca com os jornais e as notícias destes,<sup>24</sup> também estavam conectadas à opinião

<sup>21</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ferreira de Araújo nas “*Balas de Estalo*” e nas “*Cousas Políticas*” da *Gazeta de Notícias*: Imprensa, modernidade e neutralidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Ao analisarmos a relação da série com o jornal em que ela era publicada, percebemos que diferente do sério e direto “artigo de fundo”, no qual são expressas as “opiniões do jornal”, e dos textos jornalísticos, comprometidos com o “fato” e a “imparcialidade”, a crônica aparecia como uma das partes mais descontraídas do jornal. Estava sempre relacionada à ideia de funcionar como mais um atrativo para os leitores, um espaço onde se usava uma linguagem mais descomprometida, solta, leve e cujos temas surgiam ao sabor dos acontecimentos e da vontade do cronista. Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de*

e à perspectiva de quem as escrevia, sem estar totalmente vinculadas ao posicionamento ideológico do jornal em que apareciam.<sup>25</sup> E apesar das várias estratégias narrativas que Machado de Assis conferiu a série “*Bons dias!*”, criando um narrador de nome Policarpo que também possuía suas estratégias, principalmente a ironia, isso não quer dizer que ela deva ser vista apenas como espaço de entretenimento, de uma escrita leve, solta e descomprometida. Pelo contrário, como veremos, na série encontraremos vários comentários sobre os vários significados da abolição, da pós-abolição e das polêmicas que envolveram esse processo.

Uma característica inerente à crônica no século XIX é o diálogo e a evocação ao leitor,<sup>26</sup> e por vezes Policarpo parece prever o que este irá pensar ou até mesmo perguntar a ele. Sem dúvida, esse diálogo com o leitor é uma característica recorrente dos cronistas no século XIX, mas na série “*Bons dias!*” é extenuante a preocupação de Policarpo com o leitor, ou seja, a sua vontade de deixá-lo a par dos assuntos que ele vai comentar. Policarpo ficcionaliza a participação do leitor, colocando palavras na boca deste, procurando dar-lhe características.

Hélio de Seixas Guimarães nos diz que essa procura por um *status* para o leitor é uma das principais características do narrador machadiano, que se dedica com frequência não só à crônica, mas também ao conto e ao romance. “Em versão masculina ou feminina, como crítico, bibliômano ou mesmo na condição de verme, ora pacato, ora impaciente, por vezes amigo e por outras apontado como adversário do narrador no jogo ficcional, o leitor é figura onipresente na obra de Machado de Assis”.<sup>27</sup> Segue um trecho de uma crônica em que Policarpo estabelece uma relação com o leitor, datada do dia 26 de agosto de 1888:

Estou a ver daqui a cara do leitor, os olhos curiosos que estica para mim, a fim de adivinhar o que vai acontecer nestes seis meses mais próximos, em relação a política. Bate a ruim porta, meu amigo. Eu, se pudesse saber alguma coisa, compunha um almanaque, gênero Ayer, anunciando as

---

Machado de Assis. 2010. 399 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 16-17.

<sup>25</sup> Ibid., p. 51.

<sup>26</sup> Hélio de Seixas Guimarães revela que embora a evocação do leitor pelo texto e sua tematização dentro do próprio universo ficcional estejam na origem do gênero romanesco já no início do século 17, Cervantes ironizava os crédulos leitores das novelas de cavalaria e dava início à segunda parte do D. Quixote com um “Prólogo ao leitor”, fosse ele “ilustre, ou plebeu”. A figura polivalente e multifacetada, “monstro de muitas cabeças”, como definiu Dickens, tornar-se-ia fundamental para a produção literária a partir do final do século 18, quando os textos frequentemente passam a tematizar o destinatário como problema, simultaneamente querido e desprezível, “hipócrita” e “irmão”, condição de existência e defeito capital de uma obra. No século 19, o conflito aberto entre narradores e leitores chega ao prosaísmo das obras de Tackeray, Sterne e Xavier de Maistre, referências fundamentais e explícitas para a produção da segunda fase de Machado. Ver: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2004.

<sup>27</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2004, p. 26.

tempestades ou simples aguaceiros. Mas não sei nada, coisa nenhuma. Moram aqui perto um deputado e um senador, com quem me dou; mas parece que também não sabem nada.<sup>28</sup>

Essa última frase de Policarpo é bastante significativa, pois este diz não saber de coisa nenhuma. O deputado e um senador que moram perto dele dizem a mesma coisa. Mas não devemos nos deixar enganar por Policarpo, pois essa atitude de dizer que não sabe de nada e de que nem mesmo os políticos sabem, parece na verdade mais uma estratégia narrativa de Machado de Assis, que está preocupado com os rumos da política no seu país ou está consternado com essa mesma política e o rumo que ela segue após a abolição.<sup>29</sup>

A preocupação de Policarpo em relação aos rumos políticos pode ter sido gerada por um notícia que foi publicada na *Gazeta de Notícias* no dia 24 de agosto de 1888. A coluna foi publicada na primeira página do jornal com o título de “*Ministério*”, e dizia:

O Sr. Presidente do Conselho, esteve ontem no paço S. Christovão, com sua Majestade o Imperador uma longa conferência que começou pelo pedido de demissão coletiva do gabinete, e que sua Majestade não aceitou o pedido de demissão e declarou que o ministério lhe merecia confiança.<sup>30</sup>

Machado de Assis recebeu o convite para participar do corpo dos colunistas da *Gazeta de Notícias* logo após o segundo ano de existência do jornal, embora não o tenha aceitado, por estar comprometido com a publicação em outros periódicos, como *Jornal das Famílias* e *Ilustração Brasileira*. Machado publicou na *Gazeta* pela primeira vez no dia 18 de dezembro de 1881, no espaço do folhetim, um conto intitulado “Teoria do Medalhão”.<sup>31</sup>

Segundo Daniela Magalhães da Silveira, “depois disso, Machado retornaria à folha para publicar a segunda versão de ‘Uma visita de Alcibíades’, ‘O segredo de Bonzo’, ‘O anel de Polícrates’, ‘O empréstimo’, ‘A sereníssima República’, ‘O espelho’ e ‘Verba testamentária’”.<sup>32</sup> O autor “usava os jornais nos quais colaborava não apenas como suporte de suas histórias, mas também como fonte de diálogo e inspiração”.<sup>33</sup>

<sup>28</sup> *Gazeta de Notícias*. Domingo, 26 de agosto de 1888. Edição: 00238. Coluna 3, p. 3.

<sup>29</sup> Após a abolição, apesar do esforço do Ministério de João Alfredo de estender o crédito agrícola aos proprietários, quebrava-se definitivamente a confiança dos proprietários na monarquia. A abolição sem indenização contrariou profundamente os interesses destes, portanto, para muitos desses fazendeiros, a monarquia estava com os dias contados. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>30</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de agosto de 1888.

<sup>31</sup> O Folhetim era um espaço do rodapé do jornal destinado às traduções de romances franceses e a romances de autores nacionais.

<sup>32</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *A Gazeta de Notícias e sua “oitava coluna”*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

<sup>33</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

De acordo com Ramos, Machado publicou seus primeiros textos na *Gazeta* em 1881. Ramos destaca alguns contos do autor que viriam a ser destaque em sua carreira literária. Em julho de 1883, o autor estreou na série cronística “*Balas de Estalo*”, que também contava com outros autores. A partir daí, os leitores cariocas puderam sempre contar com os textos de Machado, seja na forma de crônica ou de conto, no jornal *Gazeta de Notícias*.<sup>34</sup>

Machado de Assis recorria ao uso de pseudônimos, tanto em seus romances como em suas crônicas. Devemos nos lembrar de que embora os assuntos das crônicas no século XIX estejam totalmente ligados aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da época, há também traços da subjetividade de quem as escreve e mesmo traços literários, principalmente a criação de um narrador com características próprias, que podem ser diferentes das do autor da série.

Machado de Assis já havia criado muitos pseudônimos. Foi Lélío, em *Balas de Estalo*; além de João das Regras e Malvolio, por exemplo. Chalhoub, Neves e Pereira esclarecem que a escolha de pseudônimos era uma prática frequente entre os cronistas do século XIX. Os autores nos falam de uma entrevista concedida por Coelho Neto, um cronista da virada do século, ao jornal *Gazeta de Notícias* em junho de 1912. Segundo Neto: “o pseudônimo não é bem um disfarce, uma máscara, constituindo antes uma cuidadosa opção narrativa adotada pelo autor em cada uma de suas séries”.<sup>35</sup>

“*Balas de Estalo*” foi uma série coletiva que contou com a participação de vários cronistas. A última contribuição de Machado de Assis nessa série data de 22 de março de 1886, segundo Gledson talvez em virtude da publicação de Quincas Borba nesse ano em *A estação*, antes do começo da próxima série, de apenas sete crônicas, intituladas “A+B”, assinadas por João das Regras:

Foram publicadas entre setembro e outubro de 1886, e, quando acabaram, Machado imediatamente iniciou uma nova série semanal, a *Gazeta de Holanda*, crônicas em verso, que manteve com bastante regularidade durante catorze meses (um total de 49 crônicas), e que acabou em fevereiro de 1888,

---

<sup>34</sup> Alguns dos primeiros contos publicados por Machado na *Gazeta de Notícias* são “Teoria do Medalhão”, de 18/12/1881; “Uma visita de Alcebiades”, de 1/1/1882; “A Sereníssima República”, de 20/8/1882; “Verba Testamentária”, de 8/10/1882; e “A Igreja do Diabo”, de 17/02/1883. Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

<sup>35</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 13.

pouco mais de um mês antes do começo de “Bons dias!”, que difere bastante do seu predecessor, não só por ser em prosa.<sup>36</sup>

A série de crônicas “*Bons dias!*” foi escrita por Machado de Assis entre os anos de 1888 e 1889 na *Gazeta de Notícias*. Esse periódico continha, em 1888, oito colunas fixas, variando o seu número de páginas entre quatro, seis e oito. Havia dias em que as crônicas apareciam na primeira página do periódico e ocupavam a terceira coluna deste. Em outros eram publicadas na segunda ou terceira página do jornal, não possuindo, portanto, espaço definido e nem mesmo um dia da semana específico para serem publicadas.

Policarpo, em crônica do dia 5 de abril de 1888, nos diz que “No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e o *bons dias* na boca”.<sup>37</sup> Nos primeiros meses, de fato Policarpo cumpriu essa promessa e a crônica mostrou-se regular: toda semana aparecia na *Gazeta*. Mas teve meses em que a crônica apareceu apenas duas vezes, como, por exemplo, no mês de agosto de 1888 e setembro desse mesmo ano.

Embora o pseudônimo Policarpo tenha aparecido apenas na décima crônica da série, no dia 1º de junho de 1888, já na primeira crônica, encontramos algumas características desse narrador, nesse caso, sua profissão de relojoeiro. É importante frisarmos, portanto, que as opiniões contidas na série sobre vários assuntos não devem ser pensadas como opiniões do seu autor, embora ao analisar as crônicas devamos refletir sobre a relação de alteridade entre o personagem inventado e Machado de Assis.

Policarpo comenta sobre vários assuntos nas 49 crônicas da série, dentre eles destacamos: debates em torno da abolição e da ideia de liberdade após esta, indenização aos senhores de escravos, curandeirismo, hipnotismo, febre amarela, imigração, política, senado vitalício etc.

No primeiro capítulo, analisaremos de que forma os debates em torno da abolição apareceram na *Gazeta de Notícias*. É preciso entender como os vários colunistas desse periódico interpretaram as discussões que visavam ao fim da escravidão, quais os principais assuntos e propostas discutidos nessa folha referentes ao mundo da liberdade.

No segundo capítulo, discutiremos como o narrador é construído na série de crônicas “*Bons dias!*”, analisando suas principais características e como a personalidade deste é definida. Conhecer os trejeitos e opiniões de Policarpo permitir-nos-á compreender melhor o narrador da série e pensar na distância estabelecida entre ele e seu criador: Machado de Assis.

---

<sup>36</sup> GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 136-137.

<sup>37</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.

No terceiro capítulo, interpretaremos as crônicas da série “*Bons dias!*” que discutem os debates em torno da abolição para refletirmos sobre o posicionamento político de Machado de Assis acerca dessa questão. É importante refletirmos se havia consonância entre o pensamento do autor e do jornal no qual as crônicas apareciam. O diálogo da série com o jornal será feito em todo o trabalho. Destacaremos os assuntos que aparecem nessa série de crônicas em seu diálogo com o jornal *Gazeta de Notícias*, verificando quais apareceram nas colunas do jornal e que foram comentados por Machado de Assis. Nosso principal objetivo é destacar, na série, os assuntos referentes à abolição, mas é importante frisar que em uma mesma crônica o narrador disserta sobre variados assuntos, assim, para entendê-la como um todo é importante analisar seu diálogo com o jornal e interpretá-la por inteiro, mesmo quando o assunto não for referente à abolição.

## **CAPÍTULO I:**

### **A GAZETA DE NOTÍCIAS E OS DEBATES SOBRE A ABOLIÇÃO**

#### **1.1 Introdução**

Procuramos neste capítulo analisar como os debates referentes à abolição apareceram no jornal *Gazeta de Notícias* nos anos de 1887 e 1888. O objetivo é entender as opiniões dos colaboradores do jornal no que diz respeito às discussões sobre a abolição, e como estes debateram, interpretaram e difundiram suas ideias no periódico sobre esse acontecimento. É importante destacar quais os principais temas relacionados ao fim do regime escravocrata foram problematizados pelos colunistas da *Gazeta*, e como a análise das opiniões vinculadas nesse jornal sobre o fim da escravidão nos ajudará a pensar algumas crônicas da série “*Bons dias!*” que discutem as questões políticas, sociais e econômicas, a visão dos parlamentares e da população em geral sobre a abolição e o mundo dos libertos.

Analisaremos de que forma a *Gazeta de Notícias* e outros periódicos se referem à abolição, e que tipo de discussão estava sendo feita sobre tal assunto, ou seja, quais as questões pontuadas pelos colaboradores e pelo corpo editorial desse periódico concernentes às discussões parlamentares e suas propostas de leis emancipacionistas, as incertezas que permeavam o mundo dos escravos e a ideia de liberdade destes. É importante refletir quais são as principais problemáticas levantadas pelos colunistas da *Gazeta* quando falavam sobre a abolição. A análise da relação desse jornal com a questão da abolição nos ajudará a pensar na pluralidade de ideias e nas disputas que envolveram o fim da escravidão, bem como o posicionamento político dos colunistas da folha no que diz respeito à questão da liberdade dos escravos. De fato, é preciso entender as opiniões e contradições desse periódico para assim compreender as crônicas de Machado de Assis, que também abordam os debates em torno da abolição. Devemos nos perguntar se Machado aponta as mesmas questões problematizadas na *Gazeta de Notícias* sobre as rebeliões escravas, a liberdade e o cerceamento desta, as propostas pensadas para a substituição do trabalho escravo e o movimento abolicionista. É necessário refletir e analisar em que medida os debates travados no jornal pelos redatores, escritores e articulista compunham o rol dos debates políticos travados na época em distintos espaços de poder: o parlamento e a imprensa.

Analisaremos os diálogos estabelecidos entre as colunas e as crônicas de Machado de Assis para investigarmos se as questões e opiniões problematizadas e defendidas em tais colunas desse periódico se assemelham às discussões e opiniões do autor da série “*Bons*



*dias!*” quando este escolhe como assunto das crônicas os debates em torno da abolição. Portanto, mais do que acompanhar as semelhanças ou dissonâncias entre o posicionamento do jornal e o de Machado de Assis, é importante que nos atentemos para em que medida tais opiniões contribuem para os debates da época em torno da abolição. Por isso, a análise das crônicas exige que façamos um exercício de ir até elas, as notícias da *Gazeta de Notícias*, e aos anais parlamentares, no qual encontramos várias discussões e propostas em torno da abolição, e também verificar o posicionamento de outros periódicos.

Essas questões ajudar-nos-ão a entender melhor tanto os principais problemas, disputas e debates que nortearam a questão da abolição na imprensa especificamente na *Gazeta de Notícias*, embora, às vezes, procuremos trazer à tona a opinião de outros periódicos no que diz respeito a esse tema como o diálogo que Machado de Assis estabeleceu em suas crônicas com o periódico em que elas foram originalmente publicadas e até mesmo com outros jornais.<sup>38</sup>

Destacamos que não abordaremos a análise dos discursos em torno da abolição na *Gazeta de Notícias* desde o início da década de 1880, delimitaremos um recorte temporal, que, nesse caso, vai do ano de 1887 até os primeiros meses do ano de 1888. Enfatizaremos a observação desse periódico em 1888, principalmente no período que abarca a queda do gabinete conservador do Barão de Cotegipe e a subida ao poder do gabinete também conservador de João Alfredo.<sup>39</sup> Esse recorte histórico justifica-se, porque no ano de 1887 tivemos na câmara municipal a apresentação de vários projetos propondo o fim da escravidão,<sup>40</sup> além de várias notícias que demonstravam o declínio desta, como revoltas e fugas dos escravos; e no início do ano de 1888 ocorreu a chamada do gabinete de João Alfredo para formar um ministério que deveria ter como principal objetivo resolver a questão do elemento servil.

Portanto, o período escolhido para a análise do jornal é de fundamental importância, pois encontraremos nas folhas desse periódico as várias opiniões dos colaboradores do jornal, as

---

<sup>38</sup> Além de analisar os debates em torno da abolição no jornal *Gazeta de Notícias*, traremos o posicionamento de outros periódicos, como a *Gazeta da Tarde*, um jornal abolicionista, de José do Patrocínio; *Correio Paulistano*; *Província de São Paulo*; *Diário Popular* e *Gazeta de Campinas*.

<sup>39</sup> Em 20 de agosto de 1885, Cotegipe foi chamado a organizar o 30º gabinete do Império, encarregando-se também dos negócios estrangeiros durante a ausência do imperador, permanecendo como chefe de Gabinete até 10 de março de 1888.

<sup>40</sup> O primeiro projeto apresentado ao parlamento no ano de 1887 foi o do deputado Affonso Celso Junior, no dia 4/5/1887. O segundo projeto foi o do deputado Domingos J.N. Jaguaribe, lido no parlamento no dia 23/5/1887. O projeto seguinte data do dia 3/6/1887 e foi proposto pelo senador Manoel Pinto de Souza Dantas. Ainda no ano de 1887, no dia 24 de setembro, o senador Floriano de Godoy apresentou seu projeto de extinção da escravidão. No dia 24/9/1887, o senador Escagnolle Taunay apresentou seu projeto, que propunha a extinção da escravidão até 1889.

incertezas em relação à abolição, as notícias dos debates parlamentares da câmara municipal e do senado sobre as propostas de lei que deveriam abolir a escravidão e sob que condições esta deveria ser realizada. Temos ainda a reação e a atitude dos senhores no caso das fugas e revoltas constantes de seus escravos e a notícia de que o Ministério 10 de Março (João Alfredo) fora chamado para resolver de vez a questão do fim da escravidão, e como esse fato repercutiu no mundo escravo, na sociedade de uma forma em geral e, claro, na imprensa no final do século XIX.

## 1.2 Debates parlamentares sobre a abolição

Desde o início da década de 1880 encontramos na *Gazeta de Notícias* os debates em torno da abolição que se tornaram mais candentes, principalmente se levarmos em consideração o avanço do movimento abolicionista nesse período, os debates em torno da Lei dos Sexagenários em 1885 e a luta dos escravos, ora por melhores condições de vida, ora por sua liberdade. Encontramos várias notícias nesse periódico sobre os caminhos da sociedade brasileira no que diz respeito ao fim da escravidão.

Nos anos de 1887 e 1888, as principais colunas que discutiam a crise da escravidão e os principais debates acerca de leis que propunham o fim dessa instituição na *Gazeta de Notícias* ocorriam nas colunas chamadas “*Libertações*”, “*Telegrammas*” e “*Boletim Parlamentar*”, que geralmente traziam aos seus leitores notícias sobre fugas de escravos, revoltas escravas, libertações por parte dos senhores, e leis e medidas que visavam pôr um fim no regime escravo. Isso não quer dizer que em outras colunas do jornal os debates acerca da abolição não apareciam. Podemos encontrar essas discussões em colunas sem título; em outras pertencentes ao editorial do jornal, como a coluna “*Cousas Políticas*”, de Ferreira de Araújo; e na coluna “*Chronica da Semana*”, publicada aos domingos e que trazia um “resumo” político, social e econômico dos principais acontecimentos da semana. Apesar das várias colunas que discutiam os debates em torno da abolição, destacamos a importância da “*Telegrammas*”, que nos anos de 1887 e 1888 praticamente todos os dias trazia notícias referentes ao mundo escravo, além da coluna “*Boletim Parlamentar*”, que também nos anos de 1887 e 1888 trazia os principais debates e opiniões acerca dos projetos que eram discutidos no parlamento e na câmara sobre o fim da escravidão.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup>Apesar de termos destacado as principais colunas da *Gazeta de Notícias* em que encontramos os debates e os acontecimentos que envolveram o fim da escravidão, isso não quer dizer que não traremos nem discutiremos neste trabalho as notícias vinculadas em outras colunas. Apenas fizemos um mapeamento do período escolhido

A imprensa teve um papel fundamental nesse período, já que publicava as mudanças que ocorriam na instituição escrava. A *Gazeta de Notícias* e outros periódicos se posicionaram diante das várias discussões que envolveram a emancipação dos escravos. Veremos os principais debates em torno da abolição no parlamento e como a *Gazeta de Notícias* e outros periódicos esmiuçaram essas discussões sobre o fim da escravidão e intervieram nelas, comentando-as com os leitores.

No ano de 1887<sup>42</sup> foram apresentados no parlamento vários projetos sobre o elemento servil. Dentre as principais características dessas discussões, destacamos a proposta de abolição condicional. Alguns projetos estipulavam a abolição com um prazo determinado de serviços aos escravos, geralmente de dois a cinco anos, ou marcavam um prazo para o fim do regime escravocrata, geralmente o ano de 1889. Um dos primeiros projetos apresentados à Câmara dos Deputados em 1887 foi o proposto por Affonso Celso Junior no dia 4 de maio. Tal proposta chamava-se “Elemento servil”, e entre os principais artigos, destacavam-se:

São declarados livres, desde a promulgação desta lei, todos os escravos matriculados no Império. Os libertos por virtude desta disposição ficam obrigados à prestação intransferível de serviços aos seus ex-senhores pelo prazo de dois anos. Desta obrigação excetuam-se: Os que remirem-se dela por pagamento em dinheiro, não podendo neste caso os serviços pela totalidade do prazo serem estimados em quantia maior de 500\$ e continuando em vigor, para os efeitos desta estimação, o processo da avaliação, estipulado no regulamento n.5135 de 13 de novembro de 1872. Os maiores de 50 anos e os que no decurso do prazo indicado forem atingindo a essa idade, que dará direito ao gozo imediato da liberdade. A idade para esse efeito será determinada pela matrícula, só se admitindo prova em contrario quando essa for em favor da liberdade. Os casados, desde que um dos cônjuges exonerar-se da obrigação dos serviços por qualquer dos meios estabelecidos nesta lei. Os libertos durante o período da prestação de serviços têm o direito a salário, além do vestuário, alimentação e tratamento em suas enfermidades. Os ex-senhores que não cumprirem as obrigações impostas no parágrafo antecedente perderão o direito aos ditos serviços. As taxas e rendas destinadas ao fundo de emancipação serão empregadas em estabelecimentos de ensino profissional para ingênuose em asilos para os libertos. Revogam-se as disposições em contrario. O Sr. Presidente declara

---

para análise, os anos de 1887 e 1888, e frisamos que as principais colunas em que encontramos os debates acerca da abolição foram essas citadas no trabalho. Na coluna “*Telegrammas*”, por exemplo, praticamente todos os dias no fim do ano de 1888 e nos primeiros meses de 1889 encontramos notícias referentes às fugas e revoltas escravas, à desordem nas fazendas, à atuação das forças policiais perante esses acontecimentos, à reação dos senhores de escravos, a libertações antes mesmo do decreto da Lei Áurea etc.

<sup>42</sup> Destacamos aqui que os projetos sobre a instituição servil apresentados à Câmara no ano de 1887 encontram-se nos anais parlamentares, e os projetos apresentados neste trabalho partiram de uma análise cuidadosa dessa documentação. Ademais, é importante destacar que embora tais propostas tenham sido analisadas nas atas parlamentares, traremos a repercussão destas na *Gazeta de Notícias*, na *Gazeta da Tarde* e em outros periódicos estudados. Ver: Câmara: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>

que vai consultar a Câmara se o projeto a cuja leitura se procedeu, deve ser julgado objeto de deliberação.<sup>43</sup>

A *Gazeta de Notícias* do dia 5 de maio de 1887 publicou essa proposta de Affonso Celso Junior em coluna intitulada “*Elemento servil*”, mas não comentou sobre ela, apenas apresentou seus artigos. Vimos que o projeto apresentado propunha a abolição, mas determinava um prazo de trabalho de dois anos que os libertos deveriam cumprir. Ele deveria ser votado, e assim aconteceu no mesmo dia. Na ata da Câmara dos Deputados podemos verificar os nomes daqueles que votaram contra e a favor do projeto. Foram 41 votos contra e 34 a favor. Já no dia 6 de maio de 1888, o periódico comenta na coluna intitulada “*Boletim Parlamentar*” o projeto de Affonso Celso que acabara de ser rejeitado na Câmara:

Por qualquer modo que seja encarada a votação na câmara, se não tem uma significação decisiva, serve ao menos para mostrar mais uma vez quanto a questão da escravidão desorienta os Srs. Representantes da nação. Conservadores e liberais votaram em um e outro sentido. Os ministros deputados deram prova da sua intolerância, votando contra a admissão do projeto. Conservadores amigos do governo votaram em sentido contrario. Esta votação, em que o governo votou em um sentido e os seus amigos em outro não tem significação política, porque não se tratava de uma questão de confiança. Não significa ela, tão pequeno é o número de vetos a mais que a câmara não quer tratar de dar o ultimo golpe na escravidão. O que ficou averiguado, é que a maioria, se não é escravocrata, é pelo menos intolerante. Se o projeto fosse julgado objeto de deliberação, podia ser emendado e corrigido no sentido das opiniões do governo e da sua maioria. Não sendo julgado digno da atenção da câmara, o governo e os seus amigos apenas deram mais um testemunho de que a idéia abolicionista é para eles um fantasma aterrador.<sup>44</sup>

Podemos ver que, apesar da desorganização da instituição escravista motivada pelas fugas e revoltas dos escravos, a falta de mão de obra escrava em algumas regiões e o pânico e a desordem que esses movimentos geravam, muitos políticos não estavam dispostos a discutir propostas que visassem à abolição. A *Gazeta de Notícias*, em notícia acima, sugere que o número de votos contra eram pequenos em comparação com os que eram a favor da discussão do projeto, e finaliza afirmando que se a maioria não era escravocrata, ao menos era intolerante, porque poderia, pelo menos, aprovar a discussão do projeto na câmara e depois adequar a lei conforme lhe parecesse mais viável. Aqui, sem dúvida, a *Gazeta* critica a retórica vazia desses políticos, que não estavam dispostos nem mesmo a discutir projetos que envolviam o elemento servil. De fato, a ideia abolicionista era para eles um fantasma aterrador.

<sup>43</sup> Anais Parlamentares. Cf. sessão de 5 de maio de 1887, APB-CD, p. 02.

<sup>44</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de maio de 1888.

O principal jornal abolicionista do Rio de Janeiro, chamado *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio<sup>45</sup>, no dia 5 de maio de 1887, também divulgou e comentou o projeto do deputado Affonso Celso. O periódico fala a respeito dessa medida, exaltando a proposta apresentada na câmara. A coluna tinha por título “*O grande Projecto*” e exaltava as medidas deste, principalmente a ideia do estabelecimento do ensino para os ingênuos, que deveria ser instituído por meio das taxas e das rendas obtidas pelo fundo de emancipação. *A Gazeta da Tarde* também já ressalta nessa notícia a possível desaprovação da maioria parlamentar. E assim como a *Gazeta de Notícias*, critica o atual governo. Para a *Gazeta da Tarde*, a câmara não passa de uma oligarquia, que visa a atender os interesses do escravismo: “O projeto não será, com certeza, rejeitado em larga escala, e aberta discussão, mas abafado no nascedouro pela maioria, essa desumana comadre da escravocracia”.<sup>46</sup>

Fica evidente que para ambos os periódicos o problema estava na atitude da maioria na Câmara Municipal, pois esta parecia tomar suas decisões pautada em princípios próprios ou voltados a uma camada específica da sociedade, nesse caso, os senhores de escravos. Como vimos, a *Gazeta da Tarde* exaltou um dos artigos do projeto, que propunha a educação aos libertos, sem dúvida uma preocupação de grande parte da imprensa e dos políticos no século XIX, que viam nessas medidas uma forma de “controlar” o mundo dos libertos, demonstrando certo medo em relação à liberdade dos escravos. Por isso acreditava que era necessário educá-los e prepará-los para o mundo da liberdade e do trabalho, agora assalariado.

No dia 6 de maio de 1887, já com a notícia de que o projeto não fora votado, ao menos para ser discutido no parlamento, o jornal *Gazeta da Tarde* traz outro comentário sobre esse fato. Dessa vez o tom do jornal mostra-se mais exaltado. O título da coluna é “*Os estranguladores*”:

Sob o comando do Sr. Andrade Figueira, que fez das cordas que o imperador não quis que servissem de barço a um enforcado, a sua banda de general do escravismo, quarenta e um dos parlamentares a serviço do poder executivo na Câmara dos Deputados estrangularam ontem o projeto do Sr. Affonso Celso Junior, abolindo a escravidão no prazo de dois anos. Infelizmente para o Sr. Andrade Figueira a execução do projeto não lhe dará nenhum resultado. Desde muito a propaganda abolicionista declarou que não espera nada dessa reunião de interessados, que se arvoraram em juizes da escravidão; dá-lhes a importância que merecem e despreza igualmente os votos que dão pró ou contra a solução pacífica do grande problema da regeneração nacional. O chefe dos estrangulados, os parlamentares verá que nesses dois anos o pensamento do Sr. Affonso Celso será lei, quer o Sr.

<sup>45</sup> José do Patrocínio tornou-se proprietário do jornal *Gazeta da Tarde* em 1881, substituindo Ferreira Meneses, que falecera. Permaneceu à frente desse periódico até setembro de 1887, ano em que criou o jornal *Cidade do Rio*.

<sup>46</sup> *Gazeta da Tarde*, 5 de maio de 1887.

Andrade Figueira vote quer não a favor dele. A escravidão tem os seus dias contados; está marcado desde muito o seu último dia, e o Sr. Andrade Figueira e os seus companheiros verão que ela não sobreviverá ao golpe que o abolicionismo já lhe desfechou o coração. Sobre o nosso braço pesava toda a civilização humana. Os 41 estranguladores não conseguiram senão esfumar o fundo do quadro para destacar mais na história o vulto do jovem deputado mineiro, autor do projeto. Pensa acaso S Ex. que o seu voto basta para salvar os seus devedores rurais? Pensa que o estrangulamento do projeto será a liquidação da conta da lavoura para com a S Ex? Presume, acaso, que deste modo conciliará os devedores remissos? É engano cego o de S. Ex. Desde que o abolicionismo viu que as portas do parlamento eram para eles as do inferno de Dante, começou a pensar em vencer por outros meios.<sup>47</sup>

O jornal critica a oposição ao projeto feita por Andrade Figueira, ressaltando principalmente que mais cedo ou mais tarde ele irá ser votado. É interessante a última colocação do jornal, quando afirma que desde que o abolicionismo percebeu que o parlamento não faria muito pela causa, começou a pensar em vencer por outros meios. Aqui, parece estar se referindo às lutas cotidianas do movimento abolicionista, que tiveram um grande impacto na libertação dos escravos. Segundo Maria Helena Pereira Toledo Machado, a atuação abolicionista auxiliou as lutas cotidianas na busca pela liberdade, principalmente no que dizia respeito

As brechas abertas no sistema jurídico, através das Ações de Liberdade bem conduzidas por juristas simpatizantes ao abolicionismo, a jurisprudência estabelecida pelos casos mais conflitantes, a colaboração de populares e a presença dos quintais, chácaras e olarias, nos quais o acolhimento do escravo fugido se concretizava em coordenação ao encaminhamento jurídico, fazem com que a dinâmica da escravidão nas cidades na década de 1880 não possa ser avaliada independentemente da realidade do abolicionismo nas cidades.<sup>48</sup>

Apesar das lutas do movimento abolicionista, principalmente no âmbito da justiça, e de sua colaboração nas revoltas rurais, a fuga cada vez mais crescente dos escravos e sua luta pela liberdade que também envolvia atos violentos contra os senhores, o pânico na população e uma possível desordem nas fazendas, o Parlamento, em 1887, parecia ainda não querer revolver a questão do elemento servil, sempre adiando-ae não votando a favor dos projetos que eram apresentados à Câmara.

Essa fala do jornal afirma que o parlamento se negava a discutir os projetos que eram apresentados sobre a abolição, ou seja, parece ignorar os conflitos que estavam envolvendo os escravos, deixando que a questão da abolição se resolvesse nas senzalas. A *Gazeta da Tarde* confirma que irá resolver a questão por outros meios, melhor, irá vencer por outros meios.

<sup>47</sup> *Gazeta da Tarde*, 6 de maio de 1887.

<sup>48</sup> MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFSJ: EDUSP, 1994, p. 149.

Embora não informe quais seriam esses meios, é importante destacar que, como um jornal de viés abolicionista, apoiava as causas do movimento, e com essa fala encorajava os abolicionistas a continuarem lutando pela liberdade dos escravos. Sem dúvida esse jornal tinha um tom mais exaltado do que a *Gazeta de Notícias* no que se referia às discussões sobre a abolição, mas dizer que a questão seria resolvida por outros meios pode ter sido um aviso às autoridades parlamentares, um alerta, para dizer que, caso essas leis não fossem discutidas, era exatamente isso que aconteceria, a questão se revolveria nas senzalas.

Outros projetos foram apresentados à Câmara Municipal no ano de 1887, entre eles o do deputado Domingos J.N. Jaguaribe, discutido no dia 23 de maio desse mesmo ano, chamado “Projecto de Organização do Trabalho<sup>49</sup>” que, dentre outras medidas, propunha que os escravos que se encontrassem matriculados até o dia 28 de setembro de 1888 perdessem a condição de escravos, mas, todavia, deveriam ser obrigados à prestação de serviços por cinco anos. A Câmara Municipal discutiu esse projeto apenas em junho, mas não encontrou número para votação. No dia 3 de junho outro projeto envolvendo o elemento servil foi apresentado à Câmara dos Deputados, dessa vez pelo senador Souza Dantas com o apoio de alguns liberais<sup>50</sup>. O primeiro artigo desse projeto propunha que até o dia 31 de dezembro de 1889 a escravidão no Império terminasse.

A *Gazeta de Notícias* do dia 4 de junho de 1888, em coluna intitulada “*Libertação dos escravos*”, divulgou os artigos dessa proposta. O projeto de Dantas apresentado à Câmara em junho ainda estava sendo discutido no dia 25 de setembro de 1888, como bem nos mostra esse periódico, que em coluna chamada “*Boletim Parlamentar*” critica a real soma da retórica da Câmara dos Deputados, que ora se opunha às propostas de lei que visavam à extinção da escravidão. A crítica feita novamente aos parlamentares pela *Gazeta* não era uma crítica vazia, apenas pela falta de atitude destes, era também, assim como o aviso da *Gazeta da Tarde*, um alerta para que os deputados e senadores se ocupassem da questão do elemento servil antes que a situação ficasse fora de controle.

As propostas de lei emancipacionistas, principalmente a da abolição gradual, é analisada por Joseli Maria Nunes Mendonça, que aponta que desde a lei de 1871 (Lei do Ventre Livre), que dizia que os ingênuos ficariam trabalhando até a idade de 21 anos sob a tutela dos senhores, caso eles assim desejassem, passando pela lei de 1885 (Lei dos Sexagenários), em que os escravos sexagenários eram obrigados a cumprir um determinado prazo de serviços, visava-se impedir que a liberdade fosse entendida como ruptura absoluta da

---

<sup>49</sup>Anais Parlamentares. Cf. Sessão do dia 23 de maio de 1887. V 1, p. 105.

<sup>50</sup>Anais Parlamentares. Cf. Sessão do dia 3 de junho de 1887. V. 2, p. 18.

relação senhor-escravo. Segundo a autora, essas leis incorporaram elementos que permitiram que estas tivessem como principal objetivo medidas gradualistas para o fim da escravidão. As leis que analisamos de 1887 também tiveram como objetivo essa necessidade discutida pela autora de “libertar cada um aos poucos”. Ainda conforme Joseli Maria Nunes:

O projeto gradualista comportava ainda, além desse elemento definidor da liberdade atrelada, a própria busca da preservação das relações da escravidão...Era necessário que os escravos fossem mantidos sob o domínio senhorial, porque, diante da inépcia do Estado em promover o controle social sobre os trabalhadores, controle este que fora sempre implementado no âmbito das relações senhor-escravo, a abolição em massa significaria inevitavelmente a desordem e o caos social. A preservação do domínio dos senhores sobre seus escravos era, assim, vista como fundamental para a própria manutenção da ordem pública e elemento que se procurava proteger das investidas que os senhores vinham sofrendo, desde 1871, especialmente com relação à negação da legitimidade do domínio que exerciam sobre seus escravos.<sup>51</sup>

A *Gazeta de Notícias* do dia 27 de setembro de 1887,<sup>52</sup> em sua coluna “*Boletim Parlamentar*”, relata que o presidente do Conselho de Ministros (Cotegipe) havia dito que “a vista do silêncio da câmara e da votação do senado estava bem patente que o parlamento não queria tratar da questão servil”.<sup>53</sup> Segundo esse periódico, tal afirmação era lógica, e realmente o era, pois nenhum dos projetos apresentados no ano de 1887 pela Câmara a respeito do elemento servil foi sancionado como lei no Império. Essa fala do jornal é significativa, pois demonstra a preocupação da folha em alertar o poder público de que ele não estava resolvendo a questão do elemento servil. Na verdade, nem os projetos que eram apresentados à câmara estavam sendo discutidos. Esse alerta da *Gazeta* ao poder público revela que esse periódico não queria que a situação saísse de controle e fosse resolvida nas senzalas. Segundo Emília Viotti da Costa:

O ministério parecia decidido a manter a questão no pé em que estava, sem nenhuma alteração. Contudo, enquanto o Parlamento continuava aparentemente imobilizado, a abolição se fazia nas cidades e nos campos, à margem da lei. Ao iniciar-se o ano de 1888, o Ministério Cotegipe enfrentou séria crise e o ministro foi levado a renunciar. A 07 de Março de 1888, João Alfredo Correia de Oliveira, político liberal, era chamado pela princesa Isabel, então regente, para constituir um novo Gabinete. O presidente do novo Conselho de ministros, ao apresentar-se à Câmara, anunciou seu propósito de encaminhar uma proposta de lei abolindo a escravidão. A

<sup>51</sup> MENDONÇA, Joseli. Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei de Sexagenário e os caminhos para a abolição*. Campinas: Editora Unicamp, 1999, p. 308-309.

<sup>52</sup> *Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1887.

<sup>53</sup> *Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1887.



declaração do ministro foi recebida com prolongados aplausos pelas galerias.<sup>54</sup>

De janeiro de 1888 às vésperas do anúncio da Lei Áurea, as notícias mais recorrentes sobre os debates em torno da abolição que apareceram na *Gazeta de Notícias* se referiam principalmente à atitude dos senhores que estavam concedendo a liberdade aos seus escravos. As notícias desse teor geralmente diziam que os senhores concediam a liberdade aos escravos, mas tendo como condição determinado tempo de serviço, e às vezes traziam especificado que era tempo de serviço até fazerem a colheita do café daquele ano. Além dessa informação, o discurso que envolvia esse tipo de notícia no jornal tinha como principal característica a exaltação da atitude dos senhores, vista como humanitária.

Muitos desses senhores chegaram a pensar que a abolição seria um bem, pois viria para pôr um fim à desorganização do trabalho e à agitação. Justamente por isso, esses fazendeiros preferiram conceder a liberdade condicional e incondicional aos seus escravos, segundo Viotti:

Os escravos eram emancipados, mas assumiam a obrigação de trabalhar nas fazendas por um período que variava de dois a cinco anos. Às vezes, as alforrias eram concedidas em troca de promessa de que o escravo faria a colheita. Outras vezes, premidos pelas circunstâncias e atemorizados com a perspectiva de perderem toda a safra, os fazendeiros davam liberdade incondicional aos escravos, na esperança de que estes continuassem nas fazendas. Em consequência, o número de alforrias aumentou rapidamente a partir de 1886.<sup>55</sup>

Veremos como essas notícias sobre a concessão de liberdade aos escravos pelos senhores foram discutidas e apresentadas na *Gazeta de Notícias* e em outros periódicos.

### **1.3 Análise das colunas “*Telegrammas*” e “*Libertações*” na *Gazeta de Notícias* (fugas e revoltas de escravos e diálogos com outros periódicos)**

Na *Gazeta de Notícias* as reportagens que se referiam à liberdade condicional ou incondicional aos escravos por parte dos seus senhores ganhou destaque na coluna chamada “*Telegrammas*”. Verificamos que de janeiro de 1888 até a data da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, essa coluna trazia várias referências a esse acontecimento. Apontaremos vários discursos sobre a concessão de liberdade aos escravos que apareceram nela para refletirmos sobre tais notícias, a forma como elas eram divulgadas nesse periódico e a opinião da folha

<sup>54</sup> COSTA, Emília Viottida. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 123-124.

<sup>55</sup> Ibid., p. 120.

sobre esse acontecimento recorrente. Escolhemos particularmente essa coluna, porque acreditamos que as principais notícias que ela divulgou nos primeiros meses do ano de 1888 nos revelam muito sobre as discussões e alguns dos temas mais polêmicos que envolveram a abolição.

Em 8 de janeiro de 1888 a coluna “*Telegrammas*” traz a notícia de um fazendeiro, de nome Antonio Camillo Teixeira, que concedeu a liberdade aos seus escravos com a condição de serviço até o dia 31 de dezembro de 1889. A notícia ainda revela que mesmo antes de 1871 (referindo-se à Lei do Ventre Livre) esse senhor de escravos já afirmava seus sentimentos humanitários, fazendo batizar como libertos todos os filhos de suas escravas.

Machado de Assis, com sua série de crônicas “*Bons dias!*” (1888-1889), estava a par das principais discussões sobre a crise da instituição do elemento servil. As notícias das alforrias incondicionais publicadas em sua maioria na coluna “*Telegrammas*” da *Gazeta* foi assunto de suas crônicas. Na crônica do dia 11 de maio de 1888, por intermédio do narrador Policarpo, Machado questiona esses atos de alforrias condicionais dos últimos dias como atos de pura vontade.

Na crônica do dia 19 de maio desse ano, Machado volta a falar sobre esse assunto, em texto sobre um senhor de escravos que acabara de dar a liberdade ao seu escravo Pancrácio. Fica evidente nessa crônica que o senhor havia se antecipado à lei da abolição simplesmente para garantir que seu escravo ficasse grato e continuasse na fazenda, e ainda, mostra-nos que ele tinha a intenção de tornar-se deputado, já que acreditava ter comovido a muitos com seu ato de “generosidade”.

Faremos a análise de ambas as crônicas no capítulo 3. Apenas citamos tais assuntos para afirmar que os colonistas da *Gazeta*, assim como Machado, que estava publicando nesse período, estavam acompanhando os principais acontecimentos e debates em torno da lei de 13 de maio e se posicionando sobre eles. Machado de Assis, portanto, diferentemente das notícias que chegavam à coluna “*Telegrammas*”, que pareciam omitir o verdadeiro motivo das liberdades incondicionais, conseguia perceber as contradições que envolveram os discursos desses senhores de escravos e a omissão de quem escreveu essas notícias em dizer o verdadeiro motivo das concessões de liberdade.

Para Walter Fraga Filho, essas alforrias incondicionais eram um meio de conter a crescente insatisfação da população cativa e de evitar problemas na produção. O autor relata que a partir de 1887 estavam ocorrendo cada vez mais fugas escravas, o que fez com que os senhores refletissem sobre o perigo de manter as relações escravistas, e por isso preferiram conceder alforrias coletivas sob determinadas condições ou até mesmo gratuitas. Os jornais

deram grande publicidade a esses atos como prova de desprendimento e de espírito humanitário. Mais do que somente para conter as fugas e controlar a produção nas fazendas, podemos dizer que a alforria era concedida aos escravos também pelo medo e pânico que as revoltas e fugas causavam tanto nos senhores de escravos como nas forças policiais das províncias, que tinham como missão não apenas defender os interesses dos senhores, mas também garantir a paz e a ordem.

No dia 13 de janeiro de 1888 encontramos outra notícia também na coluna “*Telegrammas*”, do município de Descalvado, que relata a concessão de liberdade aos escravos de um senhor sob determinadas condições: “O Sr. Joaquim Caetano Camargo Lima libertou todos os seus escravos, em numero de 12, com a condição de prestarem-lhe serviços até 31 de dezembro vencendo desde já salário”.<sup>56</sup>As notícias desse teor da coluna intensificaram-se no mês de março de 1888 e abril e maio do mesmo ano. As notícias mais comuns que chegavam de várias partes do Brasil eram as que se referiam à libertação de escravos por parte dos seus senhores. Alguns concediam liberdade incondicional e abriam mão do serviço dos ingênuos. Outros libertavam com a condição de que fosse feita a colheita de café daquele ano.

Acreditamos que a *Gazetade Notícias*, por causa das várias notícias desse teor que eram publicadas, acabou criando uma coluna especialmente para tratar do assunto da libertação dos escravos por parte dos senhores, e também para enfatizar o caráter humanitário dessa atitude, embora seja importante frisar que, mesmo com essa nova coluna, as notícias referentes à libertação ainda continuaram a ocupar o espaço da coluna “*Telegrammas*”. O nome da nova coluna criada era “*Libertações*”, que apareceu no jornal pela primeira vez no dia 4 de abril de 1888:

Na Villa de Nova Friburgo, o coronel Galeano Emilio das Neves libertou incondicionalmente os seus últimos 17 escravos, escolhendo o dia de domingo da Ressurreição para a entrega das cartas dos libertandos. Os novos libertos, gratos pelo benefício que acabavam de receber prorromperam em grandes demonstrações de regosijo. Divulgando-se logo a notícia por toda a povoação, concorrendo então numerosos amigos à casa do Sr. Coronel, afim de felicitá-lo pelo seu adiantado passo. No dia seguinte, os libertos precedidos por uma das bandas de música da localidade, fizeram uma estrondosa manifestação ao seu benfeitor, comparecendo ainda grande numero de amigos para de novo cumprimentar ao Sr. Coronel Galeano. Consta que o exemplo dado pelo Sr. Coronel será seguido por todos os proprietários de escravos de Nova Friburgo e que, dentro em pouco, esta pittoresca povoação não contará mais um único escravo.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1888.

<sup>57</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1888.

Vimos que essa notícia tinha como intenção divulgar o feito do Coronel Galeano, para que os outros senhores de escravos vissem nele um exemplo e também libertassem os seus, com a intenção de não os perderem caso estes resolvessem fugir. A tentativa de incentivar os outros senhores da região a libertarem seus escravos tinha como objetivo manter o controle sobre a liberdade e a rotina nas fazendas, na qual estes deveriam continuar mantendo suas obrigações de antes. As notícias de libertações publicadas nos jornais podem ser vistas como uma espécie de manual de procedimento. Elas tanto informavam e permitiam reproduzir os mecanismos de liberdade concedidos como induziam a que essa medida fosse tomada. E, claro, ao sair nas páginas da “imprensa” autorizavam, ou melhor dizendo, legitimavam a decisão dos senhores.

Ao mesmo tempo, tais notícias faziam com que a libertação concedida aparecesse como um “ato voluntário” dos senhores escravocratas, de modo que a liberdade foi sendo construída por estes como uma concessão, com a pretensão de se criar uma espécie de fidelidade aos senhores patrões que deveria existir por parte dos libertos. A suposta filantropia senhorial andou lado a lado com a tentativa de manutenção da mão-de-obra escrava nas fazendas, cada vez mais resistente aos limites impostos pela escravidão. O paternalismo era a tônica do discurso e a benevolência senhorial tinha por objetivo final o controle e a mudança, já que inevitável, sem grandes rupturas.

A coluna “*Libertações*” permaneceu até a véspera da abolição, no dia 12 de maio de 1888, não possuindo assinatura nem lugar fixo no jornal. Trazia sempre notícias desse mesmo teor, modificando apenas os dados no que dizia respeito ao número de escravos libertados e à localidade em que tais fatos haviam ocorrido. Outra coluna criada para esse fim, mas que aparece com menor frequência na *Gazeta de Notícias*, é a coluna “*Liberdade*”, que também noticiava a concessão da liberdade aos escravos.

É importante refletirmos sobre o discurso vinculado a essas notícias de libertação que encontramos na *Gazeta de Notícias* durante os primeiros meses do ano de 1888, pois, apesar de essas notícias nunca aparecerem assinadas, podemos concluir que quem as escrevia poderia ter a intenção de mostrar esses senhores de escravos como sujeitos benevolentes e adiantados. Quem escrevia essas notícias não admitia o argumento já proposto por Emilia Viotti e Walter Fraga Filho que, como vimos, ressaltaram que essas atitudes dos senhores justificavam-se pela desorganização do trabalho, principalmente em razão das constantes fugas das fazendas

por parte dos escravos<sup>58</sup>. Como vimos, as notícias não mencionam tais desordens em relação ao domínio senhorial. Estas, causadas principalmente pelas estratégias dos escravos para a obtenção da liberdade, não envolvem apenas fugas e sublevações. Os escravos também recorriam à Justiça contra seus senhores, ora porque estes não aceitavam o valor do pagamento de sua alforria<sup>59</sup>, ora alegando terem sido abandonados por parte deles. Outros diziam não terem sido matriculados dentro do prazo, medida adotada pela Lei do Ventre Livre. Essa intervenção do Estado na relação senhor-escravo muitas vezes foi mediada por representantes do movimento abolicionista e simpatizantes da causa. É importante destacar que tanto as ações individuais dos escravos como aquelas em que estes tiveram auxílio nos casos jurídicos, por exemplo, ajudaram a deslegitimar a escravidão.

Joseli M. N. de Mendonça nos diz que o abolicionista Joaquim Nabuco, em 1883, no seu livro *O abolicionismo*, dedicou várias páginas a discutir a legalidade da escravidão, principalmente no que diz respeito aos escravos que entraram no país depois da lei de 1831. Para Nabuco, a maior parte dos escravos entre a população naquele momento eram homens livres que estavam sendo criminosamente escravizados. A lei de 1831 determinava que todos os escravos que entrassem no território ou portos do Brasil vindos de fora tornavam-se livres. Nabuco concluía que pelo menos mais da metade dos escravos existentes no Brasil eram mantidos sob uma escravidão ilegal, pois eram ou africanos importados depois de 1831 ou descendentes deles<sup>60</sup>. A contestação da legalidade da escravidão fez parte do argumento de líderes abolicionistas, escravos e advogados querepresentavam os escravos perante os tribunais e contribuía para a obtenção da liberdade destes. Segundo Joseli Mendonça:

Os escravos estavam, através de uma alquimia mágica, misturando elementos tradicionais de reconhecimento de legitimidade do exercício do domínio senhorial, com novos elementos que as leis vinham lhes proporcionando. Na década de 1880, os escravos, no sentido de romper a relação de escravidão pela via judiciária, utilizavam não só o argumento de serem africanos livres ilegalmente escravizados. Amparados na lei de 1871, os escravos podiam reverter uma transação de compra e venda, alegando terem sido separados ilegalmente de seus cônjuges ou filhos. Também amparados na lei, podiam tentar romper uma relação de escravidão alegando

<sup>58</sup> Conforme Robert Conrad, as fugas das fazendas, uma característica que sempre fora comum na vida brasileira, começaram ocorrendo com frequência pouco habitual em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887 e criado em junho desse ano uma ampla crise na província de São Paulo, por exemplo. Ver: CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850/1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 298.

<sup>59</sup> Com a Lei do Ventre Livre (1871), os escravos tinham o direito de constituir pecúlio e utilizá-lo para obter alforria por indenização de preço ao senhor. É importante destacar que se o senhor se recusasse a dar a liberdade ao cativo, mesmo diante do preço estipulado, o escravo poderia recorrer à autoridade pública.

<sup>60</sup> MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição*. Campinas: Ed. UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p. 147.

ser ingênuos mantidos ilegalmente em cativeiro ou, ainda, alegando que seus senhores não os matriculara, como eram obrigados pela lei.<sup>61</sup>

Os escravos também recorriam à Justiça para adquirir sua liberdade, mas no período em que nos propomos a analisar a principal atitude destes para conseguir sua libertação era as fugas das fazendas e as revoltas, o que estava cada vez mais desestabilizando a relação senhor-escravo. Os discursos que a *Gazeta de Notícias* divulgava sobre as libertações por parte dos senhores chegavam aos leitores omitindo o motivo da atitude destes, que se viam obrigados a conceder liberdade aos seus escravos porque tinham medo de que eles se rebelassem e cometessem atos violentos contra eles, o que de fato estava acontecendo em algumas regiões. Para Robson Luis Machado, a intensa divulgação das alforrias por meio da imprensa nos últimos anos de escravidão tinha duas finalidades: uma era incentivar outros senhores de escravos a seguirem o exemplo e também alforriar os seus escravos, a outra era mostrar que o Estado não deveria intervir na tentativa de resolver o problema do “elemento servil” porque os senhores, com sua “boa vontade”, já estavam encontrando a solução, via alforria particular.<sup>62</sup> Sem dúvida a imprensa apoiava essa causa dos senhores em libertar seus escravos, até porque sabia que as fugas destes estavam gerando um clima de desordem e era importante tentar acalmar a população, procurando mostrar que a situação estava sob controle.

Mas é importante ressaltar que Robson Luis Machado trabalha com a imprensa de uma região específica, a região do Espírito Santo, portanto o segundo motivo apontado por ele foi a conclusão que chegou sobre o porquê de os jornais divulgarem essas alforrias. Em nosso caso, alguns órgãos da imprensa, como a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde*, como vimos, cobravam atitude dos parlamentares em relação às leis que tratavam da abolição, ou seja, alguns periódicos acreditavam que o governo deveria tomar uma atitude diante da desorganização do trabalho, das fugas e revoltas e do declínio da escravidão.

É importante pensarmos que, de fato, esses senhores que apareciam na imprensa do século XIX concedendo liberdade aos seus escravos queriam de alguma forma continuar a manter o controle e o domínio que haviam sido abalados pelas leis emancipacionistas, portanto pelo Estado. Os senhores, libertando condicional ou incondicionalmente seus escravos, demonstravam que estavam se adiando à lei e sendo generosos, mas tinham como intenção também continuar a manter a tutela entre seus escravos, ou seja, os libertos

---

<sup>61</sup> Destacamos aqui que, segundo a lei de 1871, caso os senhores não matriculassem seus escravos no prazo determinado, estes eram automaticamente declarados livres. Ver: MENDONÇA, Joseli. Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: A Lei de Sexagenário e os caminhos para a abolição*. Campinas: Editora Unicamp, 1999. P.155.

<sup>62</sup> MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. 1997. 185f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

teriam sua liberdade “controlada” caso continuassem nas fazendas após sua libertação. Para esses senhores, os escravos deveriam continuar em suas fazendas realizando o mesmo trabalho, só que agora em troca de salário ou apenas com a promessa de um prazo estipulado para a sua liberdade.

Portanto, essas notícias que exaltavam a figura do senhor omitiam o clima de desordem e insegurança que as fugas dos escravos causavam na população de uma forma em geral, inclusive nos senhores e em suas famílias. Maria Helena Pereira Toledo Machado, em seu livro *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição* revela que:

Tendo se tornado um dos principais problemas a serem enfrentados nesse período, a questão da manutenção da segurança pública e da ordem, fortemente ameaçadas pela eclosão de freqüentes sedições de escravos e pela descoberta da organização de tantas outras, com mãos abolicionistas, implicou a montagem, por parte das autoridades policiais, com a anuência dos governos provincial e imperial, de uma estratégia de desinformação e censura no tratamento público da questão escrava. Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e à ousadia dos abolicionistas buscava-se descaracterizar a periculosidade das ocorrências que envolviam essas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil.<sup>63</sup>

Muitas informações sobre possíveis sublevações eram omitidas pela autoridade policial e por alguns órgãos da imprensa com o intuito de que essas notícias não se espalhassem pelo mundo urbano e principalmente por outras fazendas da região. Essa ideia de censura em relação às notícias que relatavam fugas e sublevações de escravos não se aplica à *Gazeta de Notícias*, já que podemos encontrar em algumas colunas<sup>64</sup> notícias que relatavam essas fugas e revoltas. Como vimos nos comentários sobre as leis propostas em 1887, o periódico cobrava uma atitude dos parlamentares em relação à discussão sobre o fim da escravidão, portanto essa folha não tinha motivos para querer omitir o clima de desordem que supostas sublevações causavam na população, pelo contrário, assim essas notícias também serviriam como um alerta aos políticos brasileiros, que pareciam achar que a questão do elemento servil estava sob controle.

Em 1887, no dia 8 de novembro, na coluna “*Telegrammas*”, encontramos o anúncio de uma fuga de escravos. A notícia vem de São Paulo: “Corre como certo, que tem-se dado grande número de fugas de escravos nos municípios em que mais têm-se repetido estes fatos,

---

<sup>63</sup> MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p. 25-26.

<sup>64</sup> Encontramos notícias das revoltas e sublevações de escravos geralmente na coluna “*Telegrammas*”, “*Publicações a pedido*”, e em algumas colunas do jornal que vinham sem título.

é o de Campinas”.<sup>65</sup> Nessa mesma coluna foi publicado, no dia 10 de janeiro de 1888, um telegrama vindo também de São Paulo: “Consta que alguns fazendeiros ordenaram a seus administradores que não impeçam as fugas de escravos. Nesse número está o Sr. Dr. Martinho Prado Filho.”<sup>66</sup>

Para discutir esse assunto, recorremos a uma coluna chamada “*Publicações a pedido*”, coluna essa fixa do jornal desde 1877. Geralmente essa seção da folha era utilizada pelos leitores para comentar algum assunto do seu interesse. Como diz Asperti:

Poderia muitas vezes ser um agradecimento, um pedido de desculpas, uma solicitação ou auxílio, um pequeno texto poético de autoria popular; mas na maioria dos casos a coluna era utilizada como veículo de desforras ou canal aberto para cobrar providências diversas às autoridades municipais.<sup>67</sup>

A coluna “*Publicações a pedido*”, além de ser um espaço importante para os leitores publicarem sobre vários assuntos, trazia algumas opiniões destes acerca dos principais acontecimentos do período. Essa coluna geralmente trazia assinatura e às vezes até mesmo a profissão de quem a escrevia. Mais do que um espaço para conhecermos as principais discussões que alguns leitores faziam, é uma coluna que também nos permite conhecer opiniões do editorial de outros periódicos do século XIX. Nos anos de 1887 e 1888, encontramos nessa coluna notícias sobre imigração, economia e substituição do trabalho escravo pelo livre, trazidas de outros jornais, que podemos saber quais são pela assinatura no final da notícia. Encontramos ainda notícias referentes a esses assuntos assinadas pelo editorial do *Jornal do Commercio*, do *Correio Paulistano* e de *Novidades*.

Na coluna “*Publicações a pedido*” do dia 14 de janeiro de 1888, há a notícia da fuga de escravos e o relato da desordem e do caos público diante desses atos. Pede-se a intervenção do governo, a fim de evitar que essas sublevações gerassem anarquia na região. Esse relato veio do editorial do *Correio Paulistano* do dia 11 de janeiro. Em linhas gerais, essas notícias eram publicadas nos periódicos para alertarem o poder público:

Ontem, à 1 hora da tarde, teve lugar a instalação da assembléia legislativa provincial com a solenidade própria desse ato. Compareceu S Ex. o Dr. Presidente da província, com os Srs. Drs. Chefe de policia e secretario do governo, capitão ajudante de ordens, oficialidade, grande número de funcionários públicos... Introduzido no recinto das sessões pela comissão respectiva, o Exm Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves tomou

<sup>65</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de novembro de 1887.

<sup>66</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de janeiro de 1888.

<sup>67</sup> ASPERTI, Clara. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, Grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, n. 7, 2006/2, p. 47.



assento, e leu o relatório. S Ex. tratou principalmente da transformação do trabalho, da imigração e colonização. O relatório dizia: A liberdade, que surge sem a desordem, sem a desorganização do trabalho ou o tumulto das leis econômicas, é uma aspiração nobilíssima, a que o espírito público tem-se habituado em todas as zonas do país. O movimento emancipador, que opera sobre esta base larga e fecunda, satisfaz aos intuitos da civilização como as grandes necessidades desta adiantada província na passagem difícilima, que se está realizando, do trabalho escravo para o trabalho livre... Em vários municípios, os proprietários agrícolas sobressaltam-se a cada passo com a fuga em massa dos escravos, que armados, correm as estradas em busca de centros, onde o apoio de uns, a tolerância dos outros e a indiferença da maior parte, sem medir o perigo que dessa ilegal aglomeração resulta para todos, dá-lhes a esperança da impunidade. Compreende que fatos tão graves não podem ser indiferentes ao governo, porque podem comprometer a ordem pública, prejudicar direitos adquiridos com a proteção da lei e sacrificar o princípio da autoridade. Encontrará no relatório do chefe de polícia a exposição dos fatos ocorridos. Para avaliar, porém a sua natureza e importância, chamo a vossa atenção para os que se deram na fazenda do barão da Serra Negra, no município de Piracicaba. Os escravos, obedecendo a um plano que parecia combinado em certa zona, declararam-se em revolta e agrediram, antes da fuga que efetuaram o honrado proprietário, que teria sido vítima de seus excessos, se não fosse a dedicação de alguns escravos fieis, que o defenderam. As fugas sucediam-se quase diariamente, alarmando não só os proprietários como as classes pacíficas e laboriosas da província.<sup>68</sup>

Essa notícia relata as fugas de escravos de várias fazendas do município e questiona a indiferença do governo, que parecia não se preocupar com o clima de desordem que esses movimentos estavam causando. A *Gazeta de Notícias* do dia 14 de janeiro de 1888, na coluna “*Telegrammas*”, da região de Campo Belo, no Rio de Janeiro, demonstra a intenção do corpo policial de não divulgar as insurreições escravas. “O subdelegado de polícia está fazendo um inquérito, em segredo de justiça, sobre uma imaginária sublevação de escravos”.<sup>69</sup>

As notícias referentes aos senhores que libertavam seus escravos preferiam destacar as qualidades desses senhores a admitir que eles estavam perdendo o controle da situação. Sem dúvida, alguns senhores, percebendo o clima de desordem em suas fazendas, “adiantaram-se” a uma possível revolta, preferindo conceder a liberdade antes que a situação ficasse descontrolada. Nesse caso, também era uma forma de dizer que não haviam perdido o domínio sobre sua propriedade, adiantando-se em relação aos poderes públicos no que diz respeito à lei da abolição.

Na *Gazeta de Notícias* do dia 8 de janeiro de 1888, também na coluna “*Telegrammas*”, uma notícia da região de Cuscuseiro, em São Paulo, afirma que os escravos da fazenda de Antonio haviam feito greve e exigido liberdade imediata. Outra notícia que relata a fuga de

<sup>68</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1888.

<sup>69</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1888.

escravos foi publicada no dia 12 de janeiro de 1888 também na coluna “*Telegrammas*”, e vinha da região de Piracicaba:

A polícia abriu inquérito sobre as ocorrências de ontem, que se deram assim: há dias fugiram 30 escravos do Sr. Luiz Antonio de Almeida Barros, que há tempos se declarou republicano. Dez desses escravos foram presos pela força estacionada em Jundiahy, e o delegado de policia desta cidade telegrafou a Almeida, comunicando a remessa dos escravos. Foi conhecido este telegrama, e mais de duzentas pessoas, à chegada do trem, apoderaram-se dos escravos e deram muitas bordoadas em quatro capitães do mato, que os acompanhavam. Almeida não apareceu na estação, e se aparecesse, teria sido vítima de um desacato, pois que o povo gritava: Morra o Luiz!<sup>70</sup>

Essa notícia, mais do que relatar a fuga de 30 escravos de Luiz Antonio de Almeida e informar que estes haviam sido capturados pela força de polícia e estavam sendo mandados de volta ao seu senhor em uma viagem de trem, traz a informação de que mais de 200 pessoas aguardavam a chegada do trem e reagiram violentamente contra os capitães do mato que acompanhavam esses escravos. A notícia não especifica a identidade dessas 200 pessoas, apenas as caracteriza como “povo”. E embora não tenha sido informado se dentre essas pessoas havia grupos de libertos e abolicionistas, é certo afirmar que a instituição da escravidão estava sendo confrontada por grande parte da sociedade do século XIX. Segundo Emília Viotti da Costa, há nesse período (década de 1880) muitas referências à agitação das camadas baixas da sociedade, que davam apoio aos escravos.<sup>71</sup>

Essas notícias de fugas, revoltas de escravos, desordem do domínio senhorial e de libertações são bastante recorrentes em São Paulo, principalmente no ano de 1887. Segundo Robert Conrad:

As fugas das fazendas, uma característica que sempre fora comum na vida brasileira, começaram ocorrendo com frequência pouco habitual em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887 e criado em junho desse ano uma ampla crise na província de São Paulo.<sup>72</sup>

<sup>70</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1888.

<sup>71</sup> Ainda segundo Emília Viotti da Costa, de fato, pesquisas históricas têm demonstrado que entre os abolicionistas havia imigrantes, negros livres ou libertos, homens e mulheres das mais variadas proveniências e camadas sociais. Constituíram a massa dos incógnitos que tanto contribuíram para a desorganização do trabalho nas fazendas e para o avanço do processo abolicionista. No Rio de Janeiro, por exemplo, tiveram importante papel os capoeiras que se colocaram a serviço dos abolicionistas, dando-lhes proteção e promovendo agitação de rua. Ver: COSTA, Emília Viottida. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 116.

<sup>72</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* (1850-1888). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 298.

Como vimos, a província de São Paulo, antes mesmo da Lei Áurea, já estava libertando seus escravos,<sup>73</sup> e as agitações que envolveram fugas, revoltas de escravos e manumissões foram intensas nessa província no ano de 1887. Conrad destaca que em junho e julho de 1887 houve uma verdadeira onda de manumissões nessa região, que geralmente vinha com contratos de trabalho, ou seja, era exigido dos libertos um determinado tempo de serviço como uma forma de indenização aos senhores, ou mesmo propunha-se que a escravidão na província fosse abolida até 1890. Mas mesmo com o número elevado de libertações, as fugas dos escravos das fazendas não cessaram. O emancipacionismo dos fazendeiros, no entanto, não satisfaz os escravos, que continuaram abandonando as fazendas em busca de uma liberdade imediata, conscientes de que a prometida libertação era “apenas um logro para demorá-los na escravidão” num período em que as circunstâncias já os teriam libertado dessa condição.<sup>74</sup>

Na *Gazeta* encontramos algumas notícias no que diz respeito a essa desordem em São Paulo, não somente de fugas dos escravos e possíveis sublevações, mas também da atitude desses senhores perante a perda cada vez mais patente de suas propriedades. Vimos que muitos senhores recorriam às forças policiais para conter as revoltas e crimes dos cativos e manter a ordem em suas fazendas. Mas a causa dos escravos causava simpatia em muitas partes da população, incluindo imigrantes, advogados, setores da camada urbana e também forças policiais, na figura de delegados e juízes. O jornal do dia 12 de fevereiro de 1888, na coluna “*Telegrammas*”, que viera de São Paulo no dia 11 com o título “*Assassinato de um delegado de polícia*”, além de trazer essa notícia, também revela o motivo do crime: “Fazendeiros da Penha do Rio do Peixe, a frente de cento e quarenta capangas, assassinaram hoje pela madrugada, o delegado de polícia Joaquim Firmino de Araujo e em seguida percorreram as ruas da cidade dando tiros de revólver”.<sup>75</sup>

A *Gazeta de Notícias* relata que mais tarde recebeu o seguinte telegrama da região da Penha do Rio do Peixe: “Um grupo de cento e quarenta pessoas atacou as casas da cidade e depois assassinou o delegado de polícia Joaquim Firmino. Foram os fazendeiros os promotores dessa grande desordem”.<sup>76</sup> Abaixo dessa notícia, há uma outra que diz: “Por informações particulares de pessoas de São Paulo, sabe-se que Joaquim Firmino foi

<sup>73</sup> Robson Luís Machado afirma que o que realmente levou os fazendeiros da província de São Paulo a libertarem seus escravos em massa nos últimos meses de 1887 e nos dois primeiros meses de 1888 foram os movimentos de insubordinação dos escravos frente a uma instituição que definhava. A taxa de alforrias em São Paulo em 1885 já era bem maior do que a do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Ver: MARTINS, op. cit., p. 33.

<sup>74</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* (1850-1888). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 304.

<sup>75</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1888.

<sup>76</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1888.

assassinado por mostrar-se condescendente quanto a fuga de escravos. Se realmente esse foi o motivo do conflito, a situação pode tornar-se muito perigosa ali”.<sup>77</sup>

O fato de esses senhores de escravos terem assassinado o delegado por este ser conivente com as fugassamente demonstra que eles ainda não estavam dispostos a perder o domínio sobre seus cativos, nem muito menos aceitar que os simpatizantes da causa abolicionista interferissem na relação entre eles e seus escravos. A *Gazeta de Notícias*, ao dizer que a situação poderia se tornar muito perigosa ali, sugere que naquela região havia um número variado de pessoas que apoiavam a causa dos escravos, e se esses senhores resolvessem perseguir e confrontar tais pessoas e os abolicionistas que atuavam naquela região, a província poderia se tornar palco de uma guerra civil. Segundo Robson Luís Machado Martins:

Diante da impossibilidade de oferecer resistência às ações dos escravos, às autoridades locais restou apenas orientar os proprietários que libertassem os seus escravos, temendo maiores complicações devido à falência da instituição, que já era realidade nos primeiros meses de 1888... A força policial que deveria reprimir as fugas dos escravos até os últimos dias de existência do regime escravista, no início de 1888 já estava convertida à causa da liberdade. Não se opondo às fugas e, mais do que isto, estava desmoralizada perante os próprios escravos.<sup>78</sup>

O apoio da força policial e de outras autoridades às fugas dos escravos não era aprovado por toda a imprensa. Com as constantes fugas de escravos em São Paulo no ano de 1887, e o apoio cada vez de camadas da população e de algumas autoridades, o jornal *Correio Paulistano*<sup>79</sup> do dia 16 de julho de 1887 publicou uma coluna com o título “A situação em

<sup>77</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1888.

<sup>78</sup> MARTINS, op. cit., p. 76-77.

<sup>79</sup> O *Correio Paulistano* apareceu pela primeira vez em 1831, constituindo-se numa folha que basicamente difundia as ideias do governo da época. No entanto, assim como os outros periódicos do período, acabou desaparecendo rapidamente já no ano seguinte, mais precisamente em 17 de outubro de 1832. No ano de 1854, porém, e sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques (genro do antigo proprietário do *Correio Paulistano*), esse jornal ressurgiu, contando ainda com grandes dificuldades econômicas. A partir de 1856, no entanto, o *Correio* já caminhava em situação mais segura, sendo que seu formato, preço e tiragem aumentavam, sua técnica aos poucos se aprimorava, passando, inclusive, em 1863, do velho prelo de pau, movido a mão, à primeira máquina de aço Alauzet e, por fim, em 1869, a ser movido a vapor. Nesse período, como diz Alberto Souza, o *Correio* refletirá as indecisões do meio em que surgiu. Ele o fará, no entanto, de forma particularmente contraditória, ou seja, para o leitor (principalmente o da época), é tremendamente difícil estabelecer com precisão a que grupo político o *Correio* se ligava, já que primeiro agiu como conciliador e depois, sucessivamente, como conservador, liberal, republicano, outra vez liberal, novamente conservador e, por fim, definitivamente republicano... Sua vinculação só ficou mais estável quando, a partir de 1882, o periódico foi adquirido pelo Sr. Antônio da Silva Prado, chefe da união conservadora e mais tarde prefeito municipal de São Paulo, passando então a fazer ferrenha oposição aos liberais. Nas mãos de Antônio Prado o jornal prosseguiu sua campanha oposicionista à situação liberal (intercalando artigos mais elaborados com outros em que a técnica restringia-se ao conflito direto e às agressões pessoais) até agosto de 1885, quando passou a acompanhar a situação conservadora então no poder. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e preto*: jornais,

Santos”, na qual trouxe uma nota publicada pelo jornal *Correio de Santos* que alertava as autoridades e os abolicionistas sobre o acoutamento de alguns escravos:

O *Correio de Santos*, folha neutra aos partidos políticos litigantes e inspirada por importante fração de negociantes, aprecia, com imparcialidade e critério, as providências tomadas pelos poderes públicos para assegurar a tranqüilidade da população santista inquietada pela presença de avultado numero de escravos evadidos, entregues as solicitações da fome e da miséria e tão dóceis quanto cegos instrumentos de reprováveis especulações. Os próprios sentimentos filantrópicos que inspiravam alguns abolicionistas, apóstolos convictos da idéia sob cuja bandeira se alistaram, lutavam com dificuldades superiores as suas forças e não poderiam prolongar a anormal situação em que se achavam. Com efeito, não havia no município, quando as autoridades pactuassem com o acoutamento de escravos, o que não era admissível em vista das terminantes disposições da ultima lei de 28 de setembro, suficiente procura de mão de obra para ocupar a massa cada vez mais crescente de evadidos. A filantropia, por mais louvores que acarrete, tem um paradeiro, e parece que a taça da caridade e abnegação estava prestes a esgotar-se. É o que se conclui dos roubos e furtos perpetrados pelos escravos evadidos e do temor de que se tomou a população de repetirem-se semelhantes sucessos, conseqüências fatais das circunstâncias.<sup>80</sup>

O *Correio de Santos* deixa claro seu posicionamento em relação às atitudes filantrópicas dos abolicionistas, que ajudavam e apoiavam a fuga dos escravos e tinham a conivência das autoridades do município. Esse periódico alerta sobre o perigo dessas ações, que acarretavam no crescente número de escravos evadidos na província, que geralmente, graças apouca procura de mão-de-obra, acabavam passando fome e cometendo crimes como o roubo, causando pânico na população da região. A desaprovação desse jornal em relação à atitude dos abolicionistas e das autoridades frente ao acoutamento dos escravos vai além, quando ele cita que era inadmissível tais posicionamentos em vista da última lei de 28 de setembro. Essa lei citada pelo periódico faz parte das disposições gerais da Lei dos Sexagenários de 1885, que dizia em seu parágrafo 3º que o “acoutamento de escravos será capitulado no art. 260 do Código Criminal”.<sup>81</sup> De acordo com esse código: “Mais se julgará furto a achada da coisa alheia perdida, quando se não manifestar ao Juiz de Paz do distrito ou oficial de quarteirão, dentro de quinze dias depois que for achada”. Esse artigo tem duas disposições, uma é: “O acoutamento de escravos, com consciência, é crime deste artigo. Pelo direito romano, quem os ocultava, era criminoso de furto”.

Destacamos que a *Gazeta de Notícias* e a imprensa de uma maneira geral, durante os anos de 1887 e 1888, publicaram várias notícias de sublevações de escravos. Analisaremos

---

escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 65-66; 68-69.

<sup>80</sup> *Correio Paulistano*, 16 de julho de 1887.

<sup>81</sup> JOSELI, op.cit., p. 348.

mais algumas dessas colunas, a fim de entendermos como os escravos eram tratados nessas notícias e se a *Gazeta de Notícias* e outros periódicos condenavam as revoltas, seus apoiadores, se propunham medidas repressivas diante das crescentes revoltas e como os escravos eram apresentados nessas notícias. Pensaremos aqui nas diferentes vertentes de opinião da imprensa do século XIX ao tratar da crise da escravidão.

No dia 19 de outubro de 1888, o jornal *Correio Paulistano*, em sua terceira coluna, publicou uma notícia que acreditamos ter sido escrita pelo editorial do jornal, já que tinha como destaque, em negrito, antes da publicação dessa notícia, o nome do periódico. Nesse dia, a notícia se referia a uma revolta de escravos:

Constando ao delegado de polícia da cidade de Itú que uma turma de escravos revoltados, vinda de Capivary, se dirigia, no dia 17 do corrente, para aquela cidade, pela estrada do Salto, mandou 9 praças do destacamento ao seu encontro. O número de escravos, que supunha diminuto, era, entretanto, de cerca de 60, munidos de cacetes, trazendo alguns armas de fogo. Do encontro resultou saírem todas as praças feridos, e algumas gravemente. Os escravos, alta noite, continuando sua marcha, passaram numa das ruas dos arrabaldes da cidade, com direção a esta capital, seguindo a antiga estrada. Ontem de ontem, as 9 horas da manhã, recebida a notícia telegráfica, transmitida pelo delegado de polícia, foram dadas ordens para seguir no expresso das 10 horas um contingente de 10 praças do corpo de permanentes, e, ontem, pela estrada antiga de Itú, marchou uma escolta de 20 praças de cavalaria ao encontro dos criminosos. A autoridade policial procedeu ao respectivo auto de corpo de delito e prossegue no inquérito.<sup>82</sup>

Essa revolta escrava é caracterizada pelo periódico como violenta, já que enfatiza que alguns praças ficaram gravemente feridos. E os escravos são apresentados aos leitores como criminosos, o que nos permite afirmar que esse jornal tinha certa cautela em relação às revoltas de escravos, talvez preferindo que a abolição se desse por outros meios. No ano de 1887 encontramos várias notícias no jornal sobre os senhores que estavam libertando seus escravos. Segundo Schwarcz, quando esse periódico trata da abolição ele passa de um “defensor discreto” da escravidão a “advogado” da questão da abolição do cativo.

É justamente em 1887 que o jornal inaugura a seção “*Movimento emancipador*”, passando a relacionar em tom sempre emotivo e paternal, listas de proprietários do Partido Conservador que libertaram “desinteressadamente”, e com salários fixos, seus trabalhadores cativos. O tom e o propósito desse jornal parecem claros e poderiam ser nomeados (tomando as palavras de Robert Conrad) como o fenômeno dos fazendeiros abolicionistas”, quando, na iminência de perder toda a sua escravaria através de fugas ou da própria lei, os senhores se adiantam, optando por conservá-los em suas fazendas a partir de salários e condições fixas.<sup>83</sup>

<sup>82</sup> *Correio Paulistano*, 19 de outubro de 1888.

<sup>83</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 69.

Esse periódico, apesar de divulgar as revoltas de escravos, revela um certo temor em relação a estas, caracterizando-as pelo caráter violento dos escravos. A folha, a partir de 1887, com a fuga e revoltas cada vez mais constantes de escravos, passou a apoiar a causa, mas de forma discreta, pois acreditava que a abolição deveria ser feita de forma organizada, por isso em sua coluna “*Movimento emancipador*” destaca a atitude paternal e filantrópica dos senhores de escravos ao concederem liberdade a eles com o intuito de conservá-los nas fazendas. Seria melhor que esse movimento se fizesse em meio à ordem e pelos senhores, antes que pelos escravos.<sup>84</sup> O *Correio Paulistano*, portanto, não apoiava as revoltas de escravos, pois estava preocupado com a manutenção da ordem na província, com o bem-estar da população em geral e dos senhores de escravos. No dia 21 de outubro de 1887, dois dias após noticiar a revolta de escravos, o periódico volta a falar sobre o assunto em coluna chamada “*Revolta de escravos*”:

Sobre os fatos narrados em nosso número de 18 temos a acrescentar: Sabendo-se que os revoltosos tinham tomado a travessia da estrada velha de Itú para Santo Amaro com escala pela Cutia, a força de 20 praças de cavalaria de linha que foi mandada para prendê-los, alcançando-os no lugar denominado Capellinha, nas proximidades de Santo Amaro, em um desfiladeiro os revoltosos protegidos pela posição agrediram-na, resultando da luta e morte de um soldado e de um negro. Tendo o dr chefe de policia aviso do ocorrido, partiu incontinentemente com destino aquela vila acompanhado de 70 praças ao mando do coronel Canto e Mello e capitão Eugênio Augusto de Mello, os quais ali chegando encontraram a força já de volta por não ter podido impedir que os revoltosos, divididos em diversos grupos, se dirigissem pela estrada de S Bernardo. Tomou então o dr chefe de polícia, além de outras, as providências necessárias para que fossem perseguidos. Não podemos adiantar até a hora em que escrevemos, com relação ao resultado da perseguição dos revoltosos. Sabemos, porém, que o governo pronta e energicamente no intuito de restabelecer a confiança no espírito público abalado pelos últimos acontecimentos, assim como que está preparado para qualquer emergência que tente de novo perturbar a classe agrícola que tanto precisa de paz e sossego<sup>85</sup>.

Apesar de esse periódico não ter silenciado a respeito dessa fuga de escravos e de caracterizá-la pelo seu caráter violento e aos escravos como pessoas criminosas, procura convencer o leitor que a força policial está atenta e combatendo essa revolta para que a paz pública se estabeleça principalmente no meio agrícola, já que, para esse periódico, os senhores é que deveriam realizar a abolição concedendo alforria aos escravos, e estes deveriam permanecer em suas fazendas, não sendo toleradas as sublevações de escravos.

<sup>84</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 175.

<sup>85</sup> *Correio Paulistano*, 21 de outubro de 1887.

Ademais, a notícia parece querer afirmar que o governo mantinha as rédeas da situação, que estava agindo contra as revoltas, o que também podia ser uma estratégia do jornal para acalmar a população, que estava receosa diante de tantas revoltas de escravos.

Essa mesma notícia comentada pelo *Correio Paulistano* foi também relatada pela *Gazeta de Notícias* do dia 20 de outubro de 1887, na coluna “*Telegrammas*”, com o título de “*Sublevação de escravos*”. Fato interessante de analisarmos é que, além de comentar sobre tal revolta, a *Gazeta* revela como essa notícia fora divulgada em outros periódicos, entre eles o *Correio Paulistano*, sendo que já analisamos a forma como a revolta foi noticiada e comentada. Mas é importante refletirmos sobre como outros periódicos divulgaram essa revolta aos seus leitores, tanto para termos maiores informações sobre esta quanto para entendermos o posicionamento da imprensa no que dizia respeito às fugas e revoltas dos escravos. A *Gazeta de Notícias* divulgou essa revolta da seguinte forma:

Os pretos que fugiram de diversas fazendas de Monte-mor, no município de Capivary, deixaram ontem as circunvizinhanças de Itu e tomaram o rumo de Santos pela estrada velha, hoje quase abandonada. Aqui na capital, toda a força disponível estava de prontidão nos quartéis do corpo fixo de linha, no do corpo policial, e até na estação central do corpo de urbanos. Chegada a notícia da direção que haviam tomado os pretos, vinte praças de cavalaria seguiram a encontrá-los e alcançaram-nos cerca de uma légua desta capital, nas proximidades da vila de Santo Amaro. A grande chuva que caía, molhou as clavinhas dos soldados, que atacaram os pretos, reunidos em magote, a arma branca e as patas de cavalo. Os pretos resistiram ao primeiro embate, matando instantaneamente, a foiçadas um soldado e ferindo outros. Os soldados, porém continuaram o ataque com grande violência, obrigando os pretos a fugirem para as matas vizinhas um deles ficou morto a tiro, e muitos ficaram feridos. Estas ocorrências tem causado grande comoção nesta capital. Houve grande conferência do Srdr chefe de polícia, Dr Ferreira Lima, com o Sr visconde de Parnahyba, presidente da província. Os fatos foram comunicados ao governo geral.<sup>86</sup>

Os comentários da *Gazeta de Notícias* acerca da revolta enfatizaram a violência tanto dos atos dos escravos como dos das autoridades que os estavam reprimindo. Os discursos que a *Gazeta* divulga sobre outros periódicos de São Paulo sobre o ocorrido nos dão uma outra versão dos fatos, revelando outros pontos de vista da imprensa sobre as fugas e revoltas. A notícia divulgada no *Correio Paulistano* é o primeiro exemplo da *Gazeta* sobre como a imprensa paulista se expressa sobre o assunto. Essa notícia aparece da mesma forma que comentamos acima, e os próximos periódicos citados são a *Província de São Paulo* e o *Diário Popular* e a *Gazeta de Campinas*, que divulgaram a notícia da seguinte forma, respectivamente:

---

<sup>86</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1887.



A notícia que ontem demos com este título, temos que acrescentar: os três soldados que haviam desaparecido, foram encontrados depois em um lugar próximo da cidade, muito feridos. Os escravos, que são de uma fazenda de Capivary, passaram por Itú na mais perfeita paz, sendo pois a única causa do conflito a imprudência da autoridade, que encarregou 8 praças de perseguirem e quiça de aprisionarem mais de 60 escravos. Partiu ontem para aquela cidade uma força de 20 praças de cavalaria com as competentes municiões comandada pelo alferes Gustavo Borba.<sup>87</sup>

Domingo houve no município de Capivary um levante de mais de 60 escravos, que, reunidos, partiram, segundo há notícias, da vila de Monte-mor em direção a Itú. Como houvesse telegrama para esta cidade, foram dali despachados oito praças armadas de rifles ao encontro dos fugitivos, o que se deu na estrada de Itú ao Salto, travando-se ali um conflito entre a polícia e os escravos, de que resultou ficarem feridas todas as praças, desarmadas e sem roupa, sendo que o estado de três delas consta ser grave. Depois do conflito, o bando de fugitivos, que já tinha engrossado, entrou em Itú e atravessou a cidade sem resistência alguma e sem praticar violências, causando, entretanto, pânico a população. Consta que vieram para esta capital. As autoridades daqui mandaram ontem 20 praças ao seu encontro.<sup>88</sup>

Soubemos, por um passageiro que em Itú embarcou ontem no trem das 4 e 50 minutos da madrugada, que em noite de ontem de ontem passaram por aquela quietíssima e pacífica cidade, vindos de uma ou mais fazendas do bairro do Rio das Pedras, município de Piracicaba, 60 e tantos negros, negras e negrinhos de diversas idades, com cargueiros e armados, assim com medos de quem se resolve a emigrar e tentar fortuna em outras terras. Atravessaram pacificamente a cidade sem fazer distúrbio algum. Foi entretanto tocado rebate, e consta-nos que uma das mais graduadas autoridades do lugar saiu, pedindo de casa em casa para que se armassem, não encontrando pessoal suficiente para perseguir os pretos. Afinal foram as sete únicas praças do contingente policial de lá no encalço dos fugitivos, dando em resultado ficarem quatro delas bastante maltratadas e não se obtendo notícias das outras três. É para notar-se a imprudência da autoridade que ordenou por essa forma a perseguição dos emigrantes, pois que com tamanha exigüidade de força era bem de ver que os únicos prejudicados seriam os pobres dos soldados. Que aproveite a lição, para que de futuro se proceda com mais critério, evitando o sacrifício de não sabemos quantas vidas. Lamentamos que da parte daqueles que deveriam ser os mantenedores da paz pública naquele município, partisse a idéia de um combate tão desigual quanto perigoso.<sup>89</sup>

Fazendo um contraponto ao jornal *Correio Paulistano*, as notícias divulgadas pelos outros três periódicos apresentam a revolta dos escravos de uma maneira mais pacífica. Dois relatam a imprudência das autoridades que perseguiram os escravos. É interessante percebermos que a notícia da *Gazeta de Campinas* nem ao menos chega a falar sobre uma revolta de escravos, mas sim de vários emigrantes negros que estavam tentando buscar

<sup>87</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1887. (*Província de São Paulo*)

<sup>88</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1887. (*Diário Popular*)

<sup>89</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1887 (*Gazeta de Campinas*).

melhores condições de vida. As autoridades e a população, por causa das várias sublevações de escravos no período, mostravam-se receosas quando encontravam um grande número de libertos em sua região, talvez por isso, antes mesmo de saber o motivo de estes estarem ali, já achavam que se tratava de uma revolta.

Essa “revolta” foi tratada nos periódicos de São Paulo de forma diferente. Percebemos que no jornal o medo de uma desordem era maior e a repressão às revoltas uma ideia difundida no periódico. Claro, temos que considerar também que os periódicos que deram um caráter mais ameno à possível revolta escolhiam publicar esse tipo de notícia para não alarmar a população e para que esta não pensasse que a situação estava fora de controle. No entanto é bem significativo o fato de que três periódicos de São Paulo apresentaram a atitude dos escravos de maneira mais pacífica, enquanto o *Correio Paulistano* demonstrou mais agressividade ao tratar disso.

Podemos encontrar na *Gazeta de Notícias* no período proposto para análise várias notícias que relatavam a fuga dos escravos, suas revoltas ou sua recusa em continuar nas fazendas após receber a liberdade dos seus senhores.<sup>90</sup> Geralmente percebemos que as notícias desse teor não exaltavam a atitude desses escravos e apoiavam as sublevações. Elas demonstravam que a instituição escravista estava em crise, mas não apoiavam diretamente atos subversivos dos escravos. Os jornais que investigamos neste trabalho não apoiavam diretamente essas revoltas e fugas dos escravos, claro, mas havia jornais que possuíam um discurso mais panfletário sobre a abolição, caso do jornal *Gazeta da Tarde*, mas, de uma forma geral, uma grande parte da imprensa no século XIX, tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo, pensava que a abolição deveria ser obra dos poderes públicos, dos senhores de escravos, dos abolicionistas, que apesar de lutarem e ajudarem na liberdade dos escravos também não acreditavam que a abolição deveria ser feita na senzala.

Ferreira de Araújo, um dos donos do jornal, apoiava a causa abolicionista, mas acreditava que a abolição deveria ser feita pelos poderes públicos e não pelos escravos, já que ele prezava pela paz e pela ordem pública. A abolição deveria ser instituída na Câmara e no Senado, evitando assim a desordem no país. Segundo Ramos:

O editorial da *Gazeta*, com seus mais de 24 mil exemplares diários, talvez não fosse visto por Ferreira de Araújo como um espaço apropriado para explorar a fundo as relações e, principalmente, as disputas cotidianas e jurídicas que tinham nos escravos e libertos protagonistas importantes. Se

---

<sup>90</sup> Ver: PEREIRA, Matheus Serva: *Liberdades em movimento. As disputas em torno da liberdade* (São Paulo, 1886-1889). In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011

para ele, os escravos eram aquela “gente semi-selvagem”, “mantida pela força da lei em um estado contrário às suas tendências naturais”, outros teriam que se transformar nos protagonistas ideais da sua marcha pela liberdade. Sendo assim, melhor que a discussão ficasse no âmbito das forças políticas instituídas, ou seja, entre os partidos e seus representantes, mesmo que estes frustrassem suas expectativas.<sup>91</sup>

Para Ferreira de Araújo, a discussão sobre a abolição deveria ficar no âmbito das forças políticas. Mas isso não quer dizer que a *Gazeta* defendia a instituição escravista, muito pelo contrário, apesar de ter um tom mais moderado, principalmente no que se referia a quem deveria ser protagonista nesse processo de emancipação.

Destacamos que a *Gazeta de Notícias* tinha colunas que eram publicadas quase todos os dias, intituladas “*Camara Municipal*” e “*Senado*”. Essas colunas comentavam sobre as principais decisões parlamentares e publicavam na folha um resumo do que havia sido discutido no dia nas sessões. Os principais assuntos dos debates parlamentares do ano de 1888 referiam-se à abolição e a *Gazeta de Notícias*, além de publicar o resumo dessas discussões por intermédio dos seus colonistas e do editorial do jornal, opinava sobre o que era discutido a respeito da abolição.

O parlamento e o Ministério de Cotegipe não pareciam dispostos a discutir projetos sobre o fim da escravidão. Com a queda desse ministério em 7 de março de 1888<sup>92</sup>, outro ministério fora chamado, com o intuito que a questão da abolição fosse não apenas discutida, mas que houvesse uma lei de fato a fim de resolver a questão. Os vários projetos apresentados à câmara sobre a abolição no ano de 1887 têm em comum a proposta de abolição, mas com prazo determinado de serviço para os escravos. Esse prazo variava de dois a cinco anos. Quando o Ministério de João Alfredo subiu ao poder, não era segredo para ninguém que este havia sido chamado para resolver a questão do elemento servil, mas o que ninguém sabia era

<sup>91</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ferreira de Araújo nas “*Balas de Estalo*” e nas “*Cousas Políticas*” da *Gazeta de Notícias*: Imprensa, modernidade e neutralidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

<sup>92</sup> O Ministério de Cotegipe pediu sua demissão coletiva no dia 7 de março de 1888. A *Gazeta de Notícias* do dia 8 de março de 1888, em coluna intitulada “Ministério”, comentou sobre a demissão desse gabinete e sobre a escolha de João Alfredo para formar um novo ministério. Segundo o jornal, muito se especulava sobre os motivos do pedido de demissão do gabinete de Cotegipe, e o mais provável era que a princesa Isabel tivesse pedido a retirada do conselheiro chefe de polícia da corte, Coelho Bastos, e o Ministério, para não demitir seu delegado, resolveu largar o poder. Emília Viotti da Costa afirma que os incidentes na capital revelavam o grau de desmoralização a que a instituição da escravidão tinha chegado. As confrontações entre abolicionistas e escravistas repetiam-se dia a dia. A polícia fazia o que podia para reprimir a ação abolicionista. Em agosto de 1887, uma multidão que se reuniu no Teatro Polytheama para protestar contra algumas medidas impopulares adotadas pelo governo foi atacada com bombas por uma malta de capoeiras contratados para dissolver comícios abolicionistas. Coelho Bastos, chefe de polícia, aproveitou-se da oportunidade para proibir as reuniões públicas à noite. Um comício organizado no dia seguinte para protestar contra essa decisão foi dissolvido pela polícia. Os abusos da polícia não pararam aí. Os ataques à *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, sucediam-se um após outro e havia quem dissesse que atrás dele estavam agentes pagos pelo governo. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 119.

quais seriam as principais medidas que viriam junto à abolição. Muitos senhores de escravos esperavam que, no mínimo, a indenização fosse pauta do projeto do governo.

A *Gazeta de Notícias*, antes mesmo da divulgação do programa oficial do governo, já anunciava algumas medidas deste. No dia 15 de março de 1888, em coluna chamada “*O programa do governo*”, revelava que mesmo apesar de o Ministério de João Alfredo não ter divulgado um programa oficial, sabia por fonte confiável algumas propostas que fariam parte da lei da abolição:

O ponto capital do programa é a abolição imediata da escravidão. Esta lei será naturalmente acompanhada de disposições colaterais, tendentes à organização e regularidade de trabalho, de modo a resguardar o mais possível a fortuna particular e publica. Os libertos serão obrigados à prestação de serviços durante um certo prazo, recebendo salário. A primeira vista, esta ideia da abolição imediata parece ousada de mais para um gabinete conservador; quem refletir, porém, verá que é a única sensata e prática... É preciso acabar com isso de vez; bem recente a lei Saraiva, e a sua inutilidade está provada, porque não era sincera, não correspondia às necessidades do tempo. O seu programa é mais vasto, visa outras necessidades do país, algumas das quais decorrem justamente da nova ordem de coisas, que se vai originar da morte da secular instituição, que tanto nos entorpeceu. É assim, que o honrado ministro da fazenda (João Alfredo) tem um plano financeiro, que pretende executar logo que for possível. A base dele é a criação de bancos de emissão, servindo de ponto de partida para a discussão o projeto apresentado no senado pelos Srs. Teixeira Junior, Affonso Celso e Lafayette. Pretende mais o ilustre ministro ocupar-se com a criação de bancos agrícolas, e dar o maior desenvolvimento possível as caixas econômicas.<sup>93</sup>

É interessante refletirmos sobre essa notícia, que mesmo não sendo a proposta oficial, foi divulgada por fonte segura. À primeira vista, o projeto do governo fala sobre abolição com concessão, ou seja, os escravos seriam considerados libertos, mas teriam que continuar nas fazendas durante um determinado prazo, assim como proposto em todos os projetos já discutidos do ano de 1887. Sabemos que essa proposta não foi de fato cumprida, pois a Lei Áurea instituiu a abolição de forma imediata, e os libertos não teriam que prestar serviços aos seus ex-senhores. Mas um fato curioso nessa notícia é que ela divulga medidas para o pós-abolição que atingiriam apenas os setores da lavoura. Falava-se ainda em resguardar a fortuna particular e pública, em organizar o trabalho, o que, sem dúvida, nesse caso, referia-se ao incentivo à imigração e à colonização, mas não há referências ao mundo dos libertos, ou seja, medidas que visassem ao futuro dos libertos e o garantisse.

---

<sup>93</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de março de 1888.

As únicas medidas<sup>94</sup> que encontramos nos projetos de lei de 1887 que se referiam diretamente aos libertos – lembrando que o principal argumento de todos era que eles deveriam continuar nas fazendas dos senhores – consistia em que os senhores deveriam fornecer alimentação, vestuário, tratamento das enfermidades destes e salários, sendo que as mulheres receberiam menos que os homens. Portanto, de fato, por causa da medida presenteem todos os projetosque afirmavam que os libertos deveriam ainda continuar nas fazendas dos seus senhores por prazo determinado não encontramos propostas que fornecessem subsídios e alternativas reais para eles.

Enfatizamos que o editorial da *Gazeta*, ao falar sobre o emancipacionismo, destacou as discussões sobre a questão financeira. O editorial, na figura de um dos donos do periódico, Ferreira de Araújo, discutiu na coluna “*Cousas Políticas*” do dia 26 de março de 1888 algumas medidas que o novo gabinete deveria tomar dali a alguns meses em relação à situação financeira. Ferreira de Araújo ressalta que o Brasil poderia precisar de um empréstimo para resolver algumas questões ligadas às propostas do novo gabinete, principalmente a questão da substituição do trabalho escravo pelo livre. Como muitos discursos vinculados nesse período, o dele admite que a abolição causaria um enorme prejuízo financeiro por causa de uma possível evasão dos libertos, que deixariam as lavouras sem mão de obra. Mas Ferreira de Araújo destaca que o exemplo de São Paulo prova que a abolição imediata não altera a rotina de trabalho, certamente se referindo aos libertos que ao receberem a sua liberdade continuaram nas fazendas dos seus senhores, trabalhando em troca de salário. Para ele, a ideia do possível empréstimo que o novo gabinete teria que fazer não era oriundasomente da abolição imediata, mas do fato de que o governo iria precisar desse empréstimo para cumprir seu programa, que visava principalmente à organização do trabalho. Segundo Araújo:

Qual a dificuldade que pode resultar da abolição, se alguma dificuldade dali pode vir? É justamente uma tal ou qual irregularidade no trabalho, se alguns libertos abandonarem a fazenda. Este caso não é para recear; prova-o o exemplo de São Paulo; e não é para recear porque a lei de abolição imediata as coisas de modo que o trabalho nada sofra. Admitamos, porém, que se tudo se passar pelo pior, que há desorganização, falta de braços; é forçoso suprimi-lo facilitando a entrada de novos trabalhadores. Pode o governo fazê-lo sem dispendir dinheiro? E não se trata só de substituir algum liberto rebelde, trata-se de criar fontes novas e mais numerosas de produção, trata-se de organizar o futuro, explorar o solo fertilíssimo, até aqui escravizado. Em

---

<sup>94</sup> Dentre outras medidas em comum dos projetos de 1887, destacamos: o governo fundaria colônias para a educação dos ingênuos e o trabalho dos libertos; as taxas e rendas destinadas ao fundo de emancipação seriam empregadas em estabelecimentos do ensino profissional para os ingênuos e em asilos para os libertos inválidos. Ver: Anais Parlamentares da Câmara Municipal do ano de 1887.

resumo, se a abolição não tem de causar abalo, não há inconveniente em que a questão financeira seja decidida já; se trata de preparar futuro mais prospero quanto mais cedo começarmos, melhor; se a abolição abala a fortuna pública, e isso já o sabemos, para que esperarmos pelo desastre para o remediar, se podemos previní-lo...Ora, a política do gabinete atual, que quer fazer a abolição imediata, mas quer também organizar o trabalho, que pensa em introduzir imigrantes em larga escala, é mais do que não influir sobre a taxa de cambio deixando de concorrer ao mercado, é influir sobre ele aumentando a produção nacional.<sup>95</sup>

Na *Gazeta* do dia 2 de maio de 1888, em coluna intitulada “*Projectos do Governo*”, o assunto referente à abolição foi discutido, e comentado um projeto ainda em elaboração que deveria ser aprovado juntamente com a lei da abolição. É importante refletir sobre essa medida que seria proposta pelo governo, e principalmente se ela foi pensada em benefício do destino dos libertos:

Dentro de poucos dias, vai o país conhecer o projeto do governo sobre a extinção do elemento servil. Esse projeto, tão ansiosamente esperado, nos dois únicos artigos em que é concebido, satisfaz as mais adiantadas aspirações abolicionistas. Com ele pretende o governo apresentar outro projeto, elaborado pelo Sr. Ministro da justiça, e que esta quase pronto, contra a vagabundagem, projeto que é uma medida geral contra os vagabundos e não uma lei de repressão contra os ex-escravos. As bases principais deste projeto são a criação de estabelecimentos correcionais de ordens diversas, uns para o caso de primeira punição, outros para os casos de reincidência na vagabundagem. Estes últimos estabelecimentos serão fundados nas fronteiras. Serão passíveis desta pena correcional os indivíduos que não tiverem ocupação nem domicilio certo, os mendigos, e os que exercerem profissões desonestas. Abre-se uma exceção para os aleijados, pois para esses há a assistência pública, que esta sendo organizada. Nos estabelecimentos correcionais haverá oficinas e trabalho agrícola. O produto do trabalho do individuo recolhido ao estabelecimento será dividido: metade para o custeio do estabelecimento, e a outra metade será entregue quando for solto. Se o preso tiver família, a esta será entregue a metade do produto do trabalho do preso, ficando a outra metade para o estabelecimento. Os diretores dos estabelecimentos poderão pedir o aumento da pena para os presos que não derem boas contas de si, e mostrarem pouco amor ao trabalho, assim como a diminuição para os que revelarem vontade de trabalhar e tiverem bom comportamento. A pena será agravada: quando a pessoa que for passível dela, tiver dissipado a fortuna própria ou alheia; os criados que se desempregarem repetidas vezes sem motivo; e outros.<sup>96</sup>

É no mínimo curiosa essa lei proposta pelo ministro Ferreira Vianna “contra a vagabundagem”, já que apesar de ter sido destacado que não era uma lei para reprimir ex-escravos, parecia justamente essa a finalidade da dita medida: uma punição àqueles que não

<sup>95</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de março de 1888.

<sup>96</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1888.

quisessem ficar nas lavouras do seu ex-senhor. Portanto, essa era mais uma medida que beneficiava diretamente os ex-senhores de escravos e a lavoura, e não o destino dos libertos.

Essa lei sugere que o governo estava cerceando o mundo da liberdade dos libertos. Desde 1887, os projetos apresentados, apesar de não terem sido aprovados, tinham como medida “tutelar” de certa forma o liberto. No caso dos projetos apresentados à Câmara em 1887, os artigos que determinavam um prazo de serviço tinham como objetivo também manter o controle sobre os libertos, em uma palavra, “treiná-los” para o exercício do trabalho livre e educá-los para adentrarem na sociedade. O projeto do ministro Ferreira Vianna também mostra essa preocupação do governo em não deixar que os libertos se aglomerassem nas ruas da capital.

Em maio de 1888 todos já sabiam que o gabinete 10 de Março (João Alfredo), a pedido da monarquia, iria resolver a questão da abolição, apenas não se sabia quais seriam as medidas que iriam ser adotadas, e se a escravidão de fato iria acabar de forma imediata. Muitos fazendeiros já estavam concedendo a liberdade aos seus escravos, mas grande parte estava longe de aceitar perder seu domínio sobre os cativos, por isso o mínimo que esperavam do governo era que a abolição não fosse feita de forma imediata, ou seja, que os escravizados após a abolição ainda cumprissem um tempo determinado de trabalho. Além disso, os senhores ainda pretendiam receber indenização pela perda de sua propriedade, no caso, os escravos.

Nos projetos de 1887 não havia artigos que tratassem de uma possível indenização aos senhores. Conforme já frisamos, apenas determinavam um prazo de serviço aos libertos. O assunto referente à indenização começou a ser discutido de fato quando o governo anunciou que faria a abolição de forma imediata, sem prazo determinado de serviço aos libertos e sem indenização.

No dia 3 de maio de 1888 aconteceu a fala do trono, na qual a princesa Isabel anunciou algumas reformas que seriam feitas no país, a principal delas sendo a eliminação do elemento servil. No dia 9, o projeto sobre a abolição foi discutido no senado e teve oposição por parte de alguns políticos, como nos mostra a *Gazeta de Notícias* do dia 10 de maio na coluna “A extinção da escravidão”. O periódico relata que no dia 9 havia sido discutido e aprovado na Câmara a 2ª discussão do projeto extinguindo a abolição, e apesar da resistência ter sido quase nula, ressalta que o senador Sr. Andrade Figueira foi ao seu antigo arsenal de defensor da escravidão buscar alguns argumentos com que vinha combatendo todas as leis de emancipação desde 1871 até os dias de hoje. Já muito gastos e conhecidos os argumentos do deputado, a *Gazeta* revela que estes não produziram outro efeito senão o de manifestar sua

coerência ou, antes, o seu emperramento. Ainda ressalta que esse senador se colocou no ponto de vista da defesa dos interesses da lavoura e da produção nacional. Para esse deputado, a questão servil deveria ser resolvida por iniciativa particular, e para demonstrar esse argumento recorreu à estatística das libertações espontâneas. Segundo a *Gazeta*, o senador havia se esquecido de estudar com mais cuidado essa estatística, já que fora graças às discussões da questão servil no parlamento que ocorreu aumentado número das libertações espontâneas. Proporcionalmente, nunca houvera tantas libertações como naquele momento em que se sabia que a escravidão iria ser extinta. A votação a favor ocorreu finalmente no dia 13 de maio de 1888, claro, não sem oposição, justificada pelo senador Paulino, que achava que essa reforma deveria ser feita pelo Partido Liberal.

Um dia depois do anúncio da abolição, no dia 13 de maio de 1888, a *Gazeta de Notícias* dedicou o jornal a esse grande acontecimento. A princípio, abaixo do nome do periódico, o jornal trouxe a descrição com a frase “Brasil livre: treze de maio: extinção da escravidão”, e abaixo os dois artigos da Lei Áurea. Após a exposição desses dois artigos que aboliam a escravidão a partir daquela data e em que se revogavam todas as disposições contrárias, o jornal foi dedicado a um dos líderes do movimento abolicionista, José do Patrocínio. Vejamos parte do discurso do jornal em homenagem a esse líder abolicionista e à abolição.

Tem-se dito e escrito, que na questão do elemento servil não há vencedores nem vencidos. Isto não é rigorosamente exato. Pode não haver vencidos, porque há convencidos; mas incontestavelmente há vencedores, e entre esses destacam-se no primeiro plano aqueles que ofereceram francamente, destemida e ousadamente, o seu peito à luta pela ideia de que se achavam possuídos, e que por ela pelejaram valentemente, batendo-se dia e noite, a cada momento, com a palavra e com a pena, com a sua coragem e com a sua convicção, não só contra os adversários naturais, mas contra a calúnia, contra a injúria, contra a conspiração dos interesses feridos, e contra a avalanche das conveniências oportunistas. José do Patrocínio combateu e venceu. O que esta feito não é exclusivamente obra do seu trabalho, da sua dedicação e das suas convicções. Não é tudo dele; mas é o principal. A alma, o espírito popular e desinteressado, foi ele que os introduziu na campanha cujo resultado aqui esta festejado entusiasticamente por um povo inteiro. A *Gazeta de Notícias* onde esse moço glorioso, cujo nome há de figurar na historia pátria como o de um dos seus maiores beneméritos, desfechou os primeiros tiros contra o então vasto campo inimigo, orgulha-se e torna publico o seu orgulho por esse fato, e presta-lhe no dia da vitória o mais entusiástico e o mais sincero testemunho do seu respeito e da sua admiração. Na luta triunfante do abolicionismo José do Patrocínio foi a concretização do espírito nacional. Mais de uma vez foi buscar os argumentos a favor da grande causa, não é lógica dos compêndios, mas ao seu grande coração. Para ele, o abolicionismo não foi unicamente uma questão social, mas um dever de solidariedade humana. No ardor da peleja, confiava mais no quadro



descriptivo dos horrores da escravidão, do que nas vantagens econômicas da abolição de tão nefanda instituição. E com essas armas, venceu e com essa vitória não há ninguém que se julgue mais bem recompensado de tantos sacrifícios e de tantas injustiças, o seu nome esta inscrito para sempre no vasto coração de uma nação. A esse herói do abolicionismo, no qual vê a consubstanciação da grande alma nacional, faz a *Gazeta de notícias* a mais fraternal demonstração do seu respeito e de seu entusiasmo. O dia 13 de maio de 1888, não é só o maior dia de nossa história, é maior que toda a nossa história, na bela frase de Affonso Celso Junior. Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; todos têm aberta diante de uma carreira por onde avançar até onde seus talentos o permitirem. Nada mais simples, é o que sucede em todo mundo civilizado; e entretanto nem um fato custou jamais tanto no Brasil...A Joaquim Nabuco, que desde o principio de sua carreira jogou toda a sua fortuna n'esta causa em cuja vitória ninguém acreditava, e honra para todos! Ganhou a causa e não perdeu a fortuna; a Dantas, que converteu em programa de governo as aspirações tímidas da população, A José Bonifácio, José Mariano, Leopoldo de Bulhões, Affonso Celso Junior, Aristides Spinola, Jaguaribe. Ruy Barbosa, Amaro Beserra, muitos outros, tantas vezes iguais, tantas vezes superiores aqueles dois astros de primeira grandeza... A fuga heróica dos escravos de Capivary, ao aviso ministerial mandando dar baixa nas matriculas dos escravizados libertos condicionalmente, a proposta dos republicanos da libertação imediata, o assassinato do Rio do Peixe, tudo foi material, tudo foi lenha que ateou a fogueira imensa, a cujo calor nos reunimos. A causa da libertação estava tão adiantada, que o atual ministério teve de propor a abolição imediata, em que, ao menos na forma que ontem recebeu a sanção imperial, provavelmente não cogitava. Se nos permitisse o ilustre abolicionista, preferiríamos até que se declarasse dia de grande penitencia. Não é o que os escravizados vão gozar, é o que sofreram gerações sucessivas que devemos ter em mente, e de que devemos nos arrepender eternamente.<sup>97</sup>

A *Gazeta* se posicionou em relação à lei que aboliu a escravidão no Brasil lembrando o esforço, o trabalho e dedicando a folha daquele dia a José do Patrocínio, citando o também abolicionista Joaquim Nabuco, dentre outras personalidades que no periódico haviam contribuído para o fim do regime escravocrata. Apesar de ter saudado alguns líderes parlamentares que elaboraram projetos em prol do fim do cativeiro, como vimos em 1887, na figura de Affonso Celso Junior e Jaguaribe, também em discurso do dia 14 de maio a *Gazeta* ressalta que a Câmara e o Senado votaram o projeto pelo fim da abolição em dois dias e conclui dizendo que no prazo de seis dias, de 8 a 13 de maio, fez-se mais pelo Brasil do que nos sessenta e seis anos que os separam da independência.

A *Gazeta* ainda ressalta que, apesar de a lei de 13 de maio ter tido oposição na Câmara e no Senado, os que foram contra estavam em seu direito, mas os felicita por não terem perdido a compostura. O periódico finaliza seu discursoda seguinte forma:

---

<sup>97</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

Não nos precipitemos, nada de querer, por meio de leis sobre vagabundagens, curar em poucos rabiscos de penas as conseqüências de uma lepra que lavrou três séculos os nossos organismos. Não se deixou que os senhores vicejassem impunes durante três séculos? Porque não se há de deixar os vagabundos sossegados ao menos durante três meses?<sup>98</sup>

Podemos perceber que o jornal não concordava com a “lei de vagabundagem” proposta pelo ministro da Justiça Ferreira Vianna, talvez por acreditar também que essa medida era apenas uma desculpa para fazer com que os libertos continuassem nas fazendas dos ex-senhores, impossibilitando-lhes de desfrutar de sua liberdade como bem entendessem.

As questões mais candentes que podemos acompanhar na *Gazeta de Notícias*, principalmente do início do ano de 1888 até a abolição, são questões que de alguma forma envolviam os debates em torno da abolição. Após esta, não podemos dizer que a instituição da escravidão estava encerrada por completo, já que havia alguns assuntos que envolviam diretamente a abolição e que se referiam à indenização aos senhores de escravizados, ao incentivo por parte do governo à imigração, a créditos agrícolas, ao notável crescimento de adeptos do partido republicano. Todos esses assuntos, assim como os principais debates em torno da abolição, aparecem na *Gazeta de Notícias*, no editorial do jornal e nas colunas de vários colonistas, assim como na pena de Machado de Assis na série “*Bons dias!*”.

Um dos principais debates que envolveram o pós-abolição tratava da questão da indenização. Como já analisamos acima, as principais propostas que envolveram a instituição do elemento servil tinham como principal medida a garantia de um determinado tempo de serviço. Com a lei de 13 de maio, essa proposta não foi colocada em prática. A lei continha apenas dois artigos, tendo como principal a abolição imediata da escravidão. Como podemos acompanhar na *Gazeta de Notícias*, após o anúncio da abolição os dias que se seguiram foram de festejos, organizados principalmente pela imprensa carioca, e no final do mês de junho e começo do mês de julho encontramos várias notícias referentes a pedidos de indenização e um projeto proposto na Câmara dos Deputados por Cotegipe, pedindo formalmente a indenização.

Na *Gazeta de Notícias* do dia 25 de maio de 1888, em coluna chamada “*Boletim Parlamentar*”, encontramos a notícia do projeto de indenização proposto pelo deputado Coelho Rodrigues: “Na câmara, o senhor Coelho Rodrigues apresentou dois projetos. O primeiro autoriza o governo a fazer as necessárias operações de credito para indenizar os prejuízos causados aos ex-proprietários de escravos pela lei 13 de maio<sup>99</sup>”. O segundo projeto era a proposta de que houvesse a revisão da Constituição. O projeto não foi julgado

<sup>98</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

<sup>99</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de maio de 1888.

objeto de deliberação, já que apenas cinco deputados, incluindo o autor do projeto, votaram no sentido afirmativo. Em 19 de junho de 1888, o senador Cotegipe também apresentou proposta a ser votada a favor da indenização. A *Gazeta de Notícias* do dia 20 de junho comenta essa proposta:

Depois da votação da lei de 13 de Maio, o parlamento nacional ainda não teve um dia tão solene como o de ontem. O Sr. Barão de Cotegipe justificou e apresentou o seu projeto de indenização aos ex-proprietários de escravos. O projeto é curioso, e é mais uma revelação da habilidade política do seu autor, fértil em recursos de oposicionista disfarçado geralmente sob o esfarrapado capote dos interesses nacionais. Mais adiante vão publicados o projeto e o discurso com que ele foi justificado. O Sr. Barão de Cotegipe pede 200 mil contos para serem dados sob a forma de títulos, com o juro de 3% ao ano, aos ex-proprietários de escravos. Esse dinheiro há de sair dos adicionais atualmente destinados ao fundo de emancipação, e, se estes não chegarem, de um imposto sobre os gêneros nacionais de exportação...O Sr. Cotegipe deixou bem patente na sua fala, que o seu móvel é ir em auxilio da monarquia. Para S. Ex. a instituição monárquica corre risco, se os ex proprietários de escravos não forem indenizados. Em termos simples, o que isto significa, é uma transação política; isto é, os ex-proprietários recebem dinheiro, e como recibo entregam as suas veleidades republicanas. Ainda em termos mais simples, o expediente do ilustre monarquista quer dizer: uma compra por parte da monarquia, e uma venda por parte dos tais republicanos...No correr do seu discurso, disse o Sr. Senador que a imprensa não queria a indenização, porque era comunista e se preparava para atacar qualquer outra propriedade...Ainda considerando o termo na sua acepção vulgar, isto é, como sinônimo de anarquia e de pretensões revolucionárias, quem esta fazendo comunismo é S. Ex. que sob o pretexto de monarquista anima os descontentes com promessas que não podem ser cumpridas<sup>100</sup>.

A notícia afirma que o senador Cotegipe acusa a imprensa de comunista, já que esta não apoia a indenização. O editorial da *Gazeta de Notícias*, na figura de um dos seus donos, Ferreira de Araújo, não aprovou tal projeto e deixou isso bem claro em sua coluna “*Cousas Políticas*” do dia 25 de junho de 1888:

O Sr. Barão de Cotegipe, apresentou ao senado um projeto de indenização, que aceito, seria um sacrificio enorme imposto a todo o país, para não aproveitar a ninguém; porque, o que ali se promete aos ex-senhores de escravos é irrisoriamente mesquinho, e porque, para se lhes dar esse pouco, ainda se sobrecarrega a lavoura em direitos de exportação. Fazendo-o, não se lembrou o Sr. Barão de Cotegipe de que ninguém no partido conservador é menos apto que S. Ex. para ostentar estes escrúpulos tardios pelos princípios, ninguém é menos apto que S. Ex. para proclamar a inviolabilidade do direito de propriedade do homem sobre o homem. Foi o ministério presidido por S. Ex. que decretou a liberdade imediata e incondicional dos escravos de sessenta e cinco anos; foi esse ministério que decretou que os de sessenta anos só seriam obrigados a trabalhar por mais três; que marcou valor aos outros, determinando que esse valor diminuiria de ano para ano até

<sup>100</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de junho de 1888.

extinguir-se. Tudo isto será respeitar o direito de propriedade? Foi ainda esse mesmo ministério que decretou a abolição dos açoitados, isto é, que tirou a propriedade um dos seus característicos, o direito que tem o possuidor de abusar de coisa possuída.

E no entanto, S. EX. agita agora a bandeira da indenização. Por que? Porque, quando fez a lei de 1885, S. Ex. obedecia a vontade do Imperador, que lhe entregara o poder, e hoje S. Ex. rebela-se contra a Princesa Regente, que lhe tirou. Então, não se importava S. Ex. de atacar o direito de propriedade, porque era preciso primo vivere; agora, defende-o S. Ex. zelosamente, porque fora do poder, é tempo de filosofar.

Ferreira de Araújo critica a falta de princípios do senador Cotegipe, que quando estava no poder interferiu por intermédio de leis e projetos na propriedade privada, tirando dos senhores o direito de tratá-la como bem lhes parecesse, e nesse momento somente porque foi retirado do poder pela regente propunha que houvesse uma lei a favor dessa mesma propriedade que ele ajudara a burlar um dia. Araújo sugere uma falta de coerência de Cotegipe e já deixa claro que não apoia a ideia de indenização.

Machado de Assis recebeu o convite para participar do corpo dos colunistas da *Gazeta de Notícias* logo após o segundo ano de existência do jornal, mas não o aceitara, pois estava comprometido com a publicação em outros periódicos, como o *Jornal das Famílias* e *Ilustração Brasileira*. Machado publicou na *Gazeta* pela primeira vez no dia 18 de dezembro de 1881 o conto “Teoria do Medalhão” no espaço do folhetim. Segundo Daniela Magalhães da Silveira, “depois disso, Machado retornaria à folha para publicar a segunda versão de ‘Uma visita de Alcibíades’, ‘O segredo de Bonzo’, ‘O anel de Polícrates’, ‘O empréstimo’, ‘A sereníssima República’, ‘O espelho’ e ‘Verba testamentária’”.<sup>101</sup> De acordo com a autora, “Machado de Assis usava os jornais nos quais colaborava não apenas como suporte de suas histórias, mas também como fonte de diálogo e inspiração”.<sup>102</sup>

O autor permaneceu durante muitos anos fazendo parte do corpo de colaboradores da *Gazeta de Notícias*, publicando nesse periódico contos e crônicas. É importante destacar que a escrita de Machado fez parte de séries de crônicas coletivas nesse periódico, mas ele também publicou crônicas individuais assinadas por pseudônimos. O autor tinha uma relação harmoniosa com um dos donos da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo. Conforme Ana Flávia Cernic Ramos:

Machado tinha grande admiração por Araújo, parceiro de trabalho, seu chefe durante tantos anos. O dono da *Gazeta* tornou-se uma referência para o

<sup>101</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. A *Gazeta de Notícias* e sua “oitava coluna”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v. p. 2

<sup>102</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010. p. 54.

literato. Em 1900, ano da morte do jornalista, Machado escreveu lamentando a perda não só do amigo, do “jornalista emérito”, mas da “perpétua alegria”. Escrevia que Ferreira de Araújo debatia os negócios públicos, expunha os problemas do dia-a-dia com a gravidade e a ponderação” que mereciam, mas que, com o riso, o bom humor expelia a cólera e a indignação deste mundo. Polemista que não deixou um inimigo, franco, jornalista sem partido, patriota sem confissão, Ferreira de Araújo foi descrito por Machado como aquele que mantinha em seus escritos um estilo “vivo e conversado”, o mesmo espírito com o qual fundara a *Gazeta*, que trouxe, na opinião do literato, “vida nova ao jornalismo”.<sup>103</sup>

Como podemos ver, Machado de Assis tinha muita estima por Ferreira de Araújo, e não somente por ele, mas também pelo jornal *Gazeta de Notícias*, pois permaneceu por muitos anos fazendo parte do grupo de literatos colunistas desse periódico. Ademais, com a análise da série “*Bons dias!*” e de seus assuntos que envolveram a abolição, percebemos que, além de escrever nesse periódico, Ferreira de Araújo também era lido e comentado por Machado em suas crônicas.

Essa relação de ambos permitiu que Machado, além de permanecer no jornal por vários anos, contribuísse com sua escrita e seu posicionamento sobre a sociedade na *Gazeta de Notícias*. Como vimos, ele iniciou a série de crônicas “*Bons dias!*” pouco tempo antes da instituição da Lei Áurea, mas teve tempo suficiente para discutir os principais debates em torno da abolição, que apareceram na *Gazeta* e em outros periódicos. Essa série possui 49 crônicas, e as primeiras são significativas, pois permitiram aos leitores conhecer as principais discussões sobre a abolição escolhidas pelo autor para compor sua série.

---

<sup>103</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 40.

## CAPÍTULO II: O NARRADOR NA SÉRIE DE CRÔNICAS “*BONS DIAS!*”

### 2.1 Introdução

Neste capítulo abordaremos como o narrador da série “*Bons dias!*” é construído no decorrer das crônicas. É importante investigarmos quais as suas principais características, como podemos descrevê-lo e o que define sua personalidade. Para tal fim, faremos a leitura e a análise de toda a série para verificarmos a forma como o narrador Policarpo aborda os assuntos propostos, se há mudança de tom entre um assunto e outro, se o uso da ironia oscila entre uma crônica e outra, se percebemos seus trejeitos e manias e se tais características permanecem durante toda a série.

É necessário averiguar se nas crônicas que escolhemos analisar, em que o assunto é a abolição, podemos definir a personalidade desse narrador. Ou seja, sua personalidade nos é mais enfática e detalhada nas crônicas em que o tema abordado é esse? Ao fazermos a análise e a investigação cuidadosa sobre como esse narrador se revela na série e as questões e opiniões deste sobre variados assuntos é que podemos nos perguntar e entender a relação de alteridade entre ele e seu criador, Machado de Assis, e o posicionamento e envolvimento deste acerca das questões e dos debates que nortearam a abolição em 1888.

É fundamental nos perguntarmos se a temática da abolição perpassa todos os assuntos das crônicas de “*Bons dias!*”, isto é, se a temática envolvendo o negro liberto está presente em toda a série ou se há alguma outra questão fundamental que as envolve. A série possui 49 crônicas, portanto devemos analisá-las para vermos se é possível encontrar um fio condutor que dê sentido a elas ao narrador, permitindo que sejam pensadas como um todo e averiguando características que permaneçam em todas elas, sejam em relação ao narrador, aos assuntos que as crônicas comentam ou mesmo no que se refere às críticas, às opiniões e aos debates escolhidos por Machado de Assis.

### 2.2 O narrador em “*Bons dias!*”: Policarpo

Leonardo Affonso de Miranda Pereira, em seu livro *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, estudioso de Machado de Assis, foi o primeiro a nos chamar atenção para o narrador da série “*Bons dias!*”, Policarpo. Pereira analisa os vários

sentidos atribuídos ao carnaval carioca e suas transformações durante o século XIX realizada pelos literatos. O autor ressalta que vários literatos escreviam sobre os significados do carnaval e esses discursos procuravam disseminar uma opinião consensual sobre os dias de Momo. Para vários escritores, o carnaval era um momento de inversão, servindo como uma “válvula de escape” para as tensões de todo o ano, representando um momento no qual as hierarquias eram dissipadas havendo a aceitação de um modelo de carnaval memorialista. Baseado nos desfiles das grandes sociedades e dos carros de ideias, o evento era acolhido e divulgado por alguns literatos na imprensa como o modelo ideal de folia, em detrimento de outro, considerado incivilizado, como o entrudo, por exemplo.

Nesse percurso, Pereira nos traz como exemplo a opinião de Policarpo sobre o carnaval, encontrada em uma crônica da série “*Bons dias!*” publicada no dia 27 de fevereiro de 1889.<sup>104</sup> Esta traz como assunto principal a chegada do carnaval, que é logo ao início da crônica saudada com animação. O autor destaca que aquele que saúda a chegada do carnaval não é Machado de Assis, mas sim um personagem construído minuciosamente para narrar não apenas essa crônica em particular, mas também outros textos de uma série que se iniciava com os “*Bons dias!*”.

Para Pereira, já na primeira crônica da série, que apareceu no dia 5 de abril de 1888, percebemos que quem iria narrá-la era um relojoeiro que descreu do seu ofício, pois os relógios do mundo não marcavam a mesma hora, e que devido a isso tal narrador resolveu virar escritor, pois segundo ele “é mais fácil e vexe menos”.<sup>105</sup> O autor afirma que as crônicas da série “*Bons dias!*” são atribuídas a um narrador de nome Policarpo e que todas as 49 são discutidas por esse narrador. Pereira confere várias características a Policarpo, tomando como exemplo não apenas a crônica em que fala sobre o carnaval carioca, mas também outras da série “*Bons dias!*”. Para ele, podemos encontrar nessa série peculiaridades e particularidades que definiriam o tom desta e do narrador.

Já Gledson, em seu livro *Por um novo Machado de Assis*,<sup>106</sup> não acredita que Policarpo era o narrador da série, pois além do seu nome aparecer somente na décima crônica, o ofício de relojoeiro aparece apenas em cinco das 49 crônicas e, segundo ele, apenas na primeira ele tem relevância.<sup>107</sup> Gledson destaca que além de despedida, “Boas noites!”, frase

<sup>104</sup> PEREIRA, Leonardo, A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004.

<sup>105</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.

<sup>106</sup> GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

<sup>107</sup> Ibid., p. 148.

com a qual Machado encerrava todas as crônicas da série “*Bons dias!*”, funcionava também como pseudônimo desta.

Sidney Chalhoub, em artigo publicado na revista *ArtCultura*, faz uma análise do livro *Por um novo Machado de Assis* (não somente do capítulo que trata da série “*Bons dias!*”, mas de todo o livro), refutando a afirmação de Gledson citada anteriormente, afirmando que se fica sem saber quantas vezes Policarpo precisaria se referir ao seu ofício de relojoeiro para que o leitor se convencesse de que era ele mesmo que voltava, dando-lhes os “*Bons dias!*”. Segundo Chalhoub, de fato Policarpo só revela o seu nome na décima crônica da série. “Visto que o discurso de Policarpo é construído em primeira pessoa, não surpreende a alusão única à sua alcunha, porque não é comum vermos as pessoas referindo-se a elas próprias como personagens de si”.<sup>108</sup>

Discordamos das afirmações de Gledson por dois motivos: primeiro, porque acreditamos que podemos encontrar em toda a série “*Bons dias!*” características que definem o narrador; segundo, porque acreditamos que o ofício de relojoeiro, e principalmente o motivo que fez o narrador desistir deste, nos diz muito sobre Policarpo e o tom que ele irá adotar na narração das crônicas—, ou seja, não é preciso que esse ofício seja citado a todo o momento nas crônicas, pois seu significado deve ser interpretado não somente em seu sentido literal. Devemos nos ater ao fato de que as crônicas são literatura e, portanto, Machado de Assis fazia uso de alguns recursos literários para compor a narrativa, e no caso da profissão e do motivo da desistência desta, ele optou pelo uso da metáfora.

A discrepância dos relógios<sup>109</sup> que fez o narrador desistir do seu ofício não está apenas relacionada à sua profissão de relojoeiro e ao seu relógio, isto é, não se refere somente às crônicas em que o nome ou a profissão de Policarpo aparecem. Trata-se de uma metáfora que irá caracterizar a crítica de Machado de Assis, principalmente à elite do século XIX e a suas atitudes que, para ele, eram desacertadas e discrepantes. Essas discrepâncias e contradições envolvem as atitudes dos senhores de escravos, dos parlamentares, da classe médica, dos literatos e, de uma maneira geral, da sociedade como um todo. Como veremos no decorrer da

<sup>108</sup> CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 114.

<sup>109</sup> Gledson desenvolve um argumento para a referência ao relógio na crônica e afirma que por meio da ideia do tempo e dos relógios que não marcam a mesma hora Machado se remete ao curso da história e, em particular, novamente ao Império como instituição. Mas acreditamos que essa referência ao relógio e o motivo da descrença de Policarpo abandonando o ofício de relojoeiro justamente por causa da falta de precisão e discrepância das horas representa várias opiniões, ideias e visões de mundo da classe senhorial. Classe essa que, como veremos, serve de modelo para Policarpo, ou seja, ele manifesta as mesmas opiniões desta, mas de fato nem sempre se mostra totalmente de acordo com elas. Ver: GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



análise das crônicas, é por intermédio dessas discrepâncias, contradições e estranhamentos frente ao comportamento das elites que encontramos a crítica de Machado de Assis. Essa característica, portanto, nos permite perceber e analisar toda a série como um conjunto, enxergando nas crônicas um fio condutor que perpassa por toda a série e não somente por aquelas em que a abolição é tema central.

Como já dissemos, há características que conferem a Policarpo um tom próprio de narrar e definem sua personalidade. Desde a primeira crônica da série ele quer mostrar ao leitor sua educação e faz questão que este a reconheça e a retribua. Já na crônica do dia 5 de abril de 1888, Policarpo afirma:

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhes os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!<sup>110</sup>.

Essa atitude, no entanto, tem um objetivo específico, pois parece funcionar como um disfarce de Machado de Assis para que seu narrador pudesse apontar as discrepâncias e as decisões incertas e egoístas da sociedade da elite carioca e também aproximava mais Policarpo da elite da época, característica defendida por Pereira, como veremos adiante. Podemos dizer que Policarpo era uma caricatura da própria elite carioca que ele criticava.

Machado de Assis, na intenção de que Policarpo passasse por um escritor culto e educado, faz com que o narrador até mesmo exagere no tom para convencer o leitor disso. Em crônica do dia 1º de junho de 1888, diz Policarpo:

Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças a boa educação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano. Eu, em menino fui sempre um primor de educação. Criou-me uma ama, escrava; e apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar, que não pedisse licença. Não estava em mim; às vezes dizia comigo:  
– Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada. Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos...<sup>111</sup>

<sup>110</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.

<sup>111</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.

Nessa crônica, ao caracterizar sua educação Policarpo a supervaloriza aproximando-a de um dom divino (“graças a boa educação que Deus me deu”). Também afirma que sua educação vem de berço, já que quando mamava pedia por um gesto de olhos a licença para tal fim. Ademais, a explicação de Policarpo para o ato de mamar tem sentido exagerado, pois ele diz que refletia sobre a obrigação da escrava perante ele, ou seja, esta tinha a obrigação de lhe dar de mamar sem que ele pedisse licença. Esse exagero, totalmente improvável, como já o dissemos, tem uma intenção e uma estratégia bem definidas, pois sua polidez é superficial, já que, de fato, por mais que ele queira se passar por uma pessoa que não diz coisas amargas aos outros, sempre acaba dizendo ao leitor o que pensa.

O gesto de olhos de Policarpo parecia querer confirmar não somente sua possível educação, mas também manter as aparências e não desagradar os outros. Ainda em crônica do dia 1º de junho de 1888, Policarpo deixa claro para o leitor que sua alma não se dava com a política, que dormia que era um gosto, mas os seus olhos não, estes faziam com que ele conseguisse manter uma relação amistosa na escola:

Aos cinco anos, como já sabia ler, davam-nos no colégio a Pátria, pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura, com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali fora, risonhos, aprobatórios.<sup>112</sup>

Há momentos nas crônicas em que Policarpo não consegue disfarçar seu surto de sinceridade, o que muitos podiam ver como “grosseria”. E é nesses instantes que conseguimos perceber a verdadeira personalidade desse narrador em relação aos assuntos que ele aborda. Em crônica do dia 5 de abril do mesmo ano, ele afirma: “Se lhes disser já, que não tenho papas na língua, não me tomem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo”.<sup>113</sup> Essa promessa do narrador, no entanto, não é cumprida, já que por mais que tente se esconder atrás de sua suposta polidez, ele não consegue apenas engolir as papas, pelo contrário, ele às vezes as lança aos leitores, por mais que ele queira se passar por uma pessoa bem educada, acaba se revelando para o leitor e deixando clara sua opinião. Policarpo associa a sua boa educação ao fato de não contrariar a opinião dos outros, e de fato ele se faz de dissimulado e irônico ao estabelecer

<sup>112</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 1º de junho de 1888.

<sup>113</sup> *Ibid.*

diálogos com seus interlocutores,<sup>114</sup> não revelando o que pensa a respeito de determinado assunto. Mas para o leitor, sua verdadeira opinião transparece. Vejamos um exemplo:

Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho. Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres: um meio termo entre o Caju e o Recreio Dramático é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a pôr tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial. Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O mesmo que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates...Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a história era um livro aberto, e a justiça perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado. Em linguagem chã, todos eles queriam ir à glória sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho...Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o meu chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhes os bons dias do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora, o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada.<sup>115</sup>

Por trás dessa suposta educação é que podemos saber um pouco mais da opinião de Policarpo sobre determinados assuntos. Para parecer bem educado frente aos abolicionistas que estavam questionando o fato de seus nomes não estarem nas festas em comemoração à abolição, ele se calou e até os consolou, dizendo que as reparações póstumas eram mais certas que a vida. Nessa crônica podemos ver vários traços da personalidade de Policarpo: a sua polidez dissimulada, sua suposta superioridade e sua fina ironia.

Policarpo afirma que se fosse um homem malcriado diria o que verdadeiramente pensava a respeito desses abolicionistas, mas com sua polidez disfarçada e sua sabedoria comparável a de Sócrates ele responde que a história era um livro aberto e a justiça perpétua vigilante. Com essa frase, dosada pelas suas principais características, ele agrada ao grupo de abolicionistas e confirma que foi bem criado. Mas conclui para o leitor ironizando tais abolicionistas que queriam vivas pela abolição sem de fato ter feito nada por esta.

<sup>114</sup> Policarpo, às vezes, conta aos leitores nas crônicas que conversou com determinadas pessoas. Dentre elas, destacamos: abolicionistas, senadores e políticos de uma maneira em geral.

<sup>115</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 1º de junho de 1888. A crônica termina com a conjunção “e” e depois Policarpo se despede com seu “Boas noites”.

Mas como Policarpo é um narrador que não pisa no calodos vizinhos, guarda a verdadeira opinião para aqueles leitores atentos, que conseguem perceber sua fina ironia e sua verdadeira opinião. A própria educação que Policarpo atribui a si funciona de uma forma irônica, pois caracteriza sua verdadeira opinião sobre vários assuntos. Ele tem algumas atitudes aparentemente dissimuladas, como essa em relação aos abolicionistas, contudo, para o leitor, fica bem definido que sua boa educação não passa de uma estratégia para dizer de fato o que pensa.

Policarpo se fazia passar por um narrador precavido e contido em relação às opiniões que tinha sobre vários assuntos. Em crônica do dia 27 de dezembro de 1888 ainda revela: “Cuidava eu que era o mais precavido dos meus contemporâneos. A razão é que saio sempre de casa com o Credo na boca, e disposição feita de não contrariar as opiniões dos outros”:<sup>116</sup>

Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim como uma peteca, salvo seja, entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.<sup>117</sup>

Policarpo comenta que não ousava afrontar a opinião dos outros e que vivia como uma peteca, mas esclarece no mesmo parágrafo que Deus, para compensar a sua suposta humildade, havia indicado a ele uma opinião racional e os seus fundamentos. Essa suposta ambiguidade das opiniões de Policarpo não passa de pilhéria para ele apontar e criticar as decisões e opiniões desacertadas da elite carioca.

Em crônica do dia 3 de agosto de 1889, Policarpo comenta a respeito de um artigo que havia sido escrito na coluna *Revistinha*, do dia 2 de agosto desse ano, dia em que o jornal *Gazeta de Notícias* estava comemorando aniversário. A coluna falava sobre o assunto exaltando o aumento da tiragem do periódico e sugeria que esse fato se devia à série “*Bons dias!*”. Policarpo comenta essa notícia em crônica do dia seguinte:

Negar que o aumento da tiragem da *Gazeta* é devido aos meus cumprimentos, é tapar o sol com uma peneira. Ninguém ignora que as pessoas bem criadas fazem mais atrativas as casas e reuniões. Aqui que me conste, ninguém fala aos leitores saudando-os antes de começar, se não eu. Todos entram com o seu discurso, prosa ou verso, e o estendem logo, sem fazer caso dos que os ouvem. Daí vem que a *Gazeta* nunca teve mais de onze a treze assinantes, e sete leitores. Entrei eu, com estes gestos corteses, e a coisa mudou. A fortuna é mulher: gosta de ser cortejada. Ao ver um jovem simples, bom caráter, mansueto, de chapéu na mão, disse consigo: “Aqui está um cavalheiro distinto”. E abençoou estes tetos com ambas as mãos

<sup>116</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 27 de dezembro de 1888.

<sup>117</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888.

divinas. Senhores, as maneiras finas, polidas, até graciosas, não são apenas, como podem supor os frívolos, uma questão de bom-tom. Constituem virtude; dão de si utilidades práticas.<sup>118</sup>

Policarpo se gaba de sua educação, dizendo-nos que em virtude de seus gestos cortesões o número de leitores da *Gazeta* havia aumentando. Apesar da “educação” de Policarpo ter servido como estratégia para que Machado criticasse as atitudes da elite, de fato ela é uma qualidade que em todas as crônicas o narrador procura exaltar. Na crônica do dia 11 de junho de 1888, a educação de Policarpo também possui outro sentido, servia para que ele tirasse proveito de alguma situação, nesse caso, vender um relógio por mais dinheiro do que ele realmente valia:

Eu cá, no tempo em que tinha relojoaria aberta, distribuí Excelência que foi um gosto. Às vezes até servia de animação e alívio ao freguês. Entrava-me algum carrancudo, assim como quem receia ser enganado. Eu, sem decreto, sem nada, zás, Excelência. Em geral a carranca diminuía, falávamos risonhos, coração nas mãos, e caso houve em que o homem comprava o relógio por mais dinheiro que o marcado<sup>119</sup>

Policarpo, como ele mesmo diz em crônica do dia 25 de novembro de 1888, é fecundo em reflexões graves e ainda nos diz que “é raro achar um homem mais dado a pilhérias do que eu”.<sup>120</sup> De fato, ele brinca com o leitor o tempo todo; se este não for atento e acompanhar o jogo das opiniões do narrador, pode até mesmo ficar confuso diante de algumas falas dele, como veremos a seguir.

Em crônica do dia 27 de abril de 1888, Policarpo escreve que sua rua habitual é a do Ouvidor, e na crônica do dia 26 de agosto aponta o seguinte: “Dizem que houve na rua do Ouvidor uns petelecos e não sei se algum sangue; mas como eu não piso na rua do Ouvidor, desde 1834, não tenho sequer este delicioso prazer de saber que escapei de boa. Não escapei de nada”.<sup>121</sup> Já em crônica do dia 21 de janeiro de 1889, Policarpo nos diz novamente: “Naturalmente, cansadas as pernas, meto-me no primeiro bonde, que pode trazer-me à casa ou à Rua do Ouvidor, que é onde todos moramos<sup>122</sup>”.

O narrador mesmo nos dizer que é dado à pilhéria é bem significativo, pois encontramos essa característica em várias crônicas da série, principalmente quando se trata de sua idade. Em crônica do dia 1º de junho de 1888, Policarpo revela que, aos cinco anos, em 1831, já sabia ler e escrever. (Supõe-se então que em 1888 teria 62 anos.)

<sup>118</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1888.

<sup>119</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 11 de junho de 1888.

<sup>120</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1888.

<sup>121</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 26 de agosto de 1888.

<sup>122</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1889.

Em crônica do dia 28 de outubro desse mesmo ano, Policarpo comenta a atitude política do então senador Visconde Taunay, membro da Sociedade Central de Imigração. O senador tinha como objetivo incentivar a imigração em larga escala e um projeto de nacionalização bem delimitado, o qual versava que toda pessoa residente efetiva no Brasil no espaço de tempo de dois anos seria considerada cidadã brasileira. Esse projeto, sem dúvida, visava tornar o imigrante europeu e branco um cidadão brasileiro e, claro, tal medida estava permeada de significados que expressavam interesses políticos fundamentados nas teses de superioridade racial branca ou europeia.

Nesse sentido, Policarpo critica o projeto do senador, escrevendo que essa atitude interferia na liberdade individual de cada indivíduo, pois, para ele, uma coisa é sair de sua pátria em busca de melhores condições de vida, outra, bem diferente, é trocar essa pátria por outra: “No momento de deixar a pátria, ninguém pensa em trocá-la por outra; todos saem para arranjar a vida”.<sup>123</sup>

Esse projeto propunha que os imigrantes, ao final de dois anos, pudessem ir ao Consulado ou à Câmara Municipal e atestar o desejo de não serem naturalizados brasileiros. Policarpo achava que essa seria uma atitude desnecessária, a qual poderia causar tanto vexame nos estrangeiros quanto nos brasileiros, caso muitos declarassem ao final de dois anos que não desejavam ser naturalizados no país. Sem dúvida, se isso acontecesse, o projeto de uma nação branca, tão sonhada por muitos reformadores, seria frustrado. Policarpo então conclui a crônica dizendo:

O Sr. Taunay já declarou em brilhante discurso, que o projeto é absolutamente original. Ainda que o não fosse, e que o princípio existisse em outra legislação, era a mesma coisa. O estado não nasceu no Brasil; nem é aqui que ele adquiriu o gosto de regular a vida toda. A velha república Esparta, como o ilustre senador sabe, legislou até sobre o penteado das mulheres; e dizem que em Rodes era vedado por lei trazer a barba feita. Se vamos agora dizer a italianos e alemães, que, no fim de um ou dois anos, não são mais alemães nem italianos, ou só poderão sê-lo com declaração escrita e passaporte no bolso, parece-me isto muito pior que a legislação de Rodes. Desagrar a naturalização, facilitá-la e honrá-la, e, mais que tudo, tornar atraente o país por meio de boa legislação, reformas largas, liberdades efetivas, eis aí como eu começaria o meu discurso no Senado, se os eleitores do império acabassem de crer que os quarenta anos já lá vão, e me incluíssem em todas as listas tríplices. Era assim que eu começaria o discurso. Como acabaria, não sei; talvez nos braços do meu ilustre amigo.<sup>124</sup>

<sup>123</sup> ASSIS, Machado. *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 189.

<sup>124</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 28 de outubro de 1888.

Policarpo afirma que a ideia de naturalização de Taunay soa pior que a legislação de Rodes, pois inibe a liberdade individual de cada pessoa. Mas o que nos interessa nesse trecho é a fala que nos diz que em discurso para falar sobre a naturalização diria que esta deveria ser facilitada, levando-se em consideração principalmente a liberdade de cada indivíduo. Policarpo afirma que assim começaria seu discurso se os eleitores do Império acabassem de crer que os seus 40 já lá se vão. Em crônica anterior, ele estaria com 62 anos e nessa crônica a idade dele é a mesma do autor da série, Machado de Assis, que nesse período estava com 49 anos.

Podemos refletir aqui sobre algumas hipóteses relacionadas à variação da idade de Policarpo. Este, por ser dado a pilhérias, pode muito bem brincar com o leitor com relação à sua idade, dependendo do assunto que irá discutir na crônica. Policarpo se intitula como superior, vaidoso e bem educado, características que por ora o aproximam da elite urbana da época. Mas ele é uma caricatura dessa elite, portanto, sua pilhéria esconde a dissimulação. Quando o argumento ou o assunto lhe convém Policarpo muda o que já havia dito anteriormente, sempre com um propósito. Sua dissimulação é constante no texto, como vimos no exemplo da crônica do dia 26 de agosto de 1888. Masele difere dessa elite em um ponto. Esta parece não reconhecer suas contradições e camuflá-las, mas Policarpo acaba se revelando. Ele deixa brechas que nos permitem constatar sua sinceridade, e é justamente nestas que podemos conhecer a crítica de Machado de Assis em relação aos assuntos debatidos.

### **2.3 A metáfora dos relógios**

A segunda razão que nos faz discordar de Gledson é justamente em relação ao ofício de relojoeiro, característica que nos permite moldar a personalidade de Policarpo. O ofício de relojoeiro e a metáfora dos relógios que não marcam a mesma hora se referem às atitudes, falas incoerentes, contraditórias, ilógicas e discrepantes da sociedade carioca, mais especificamente daqueles que faziam parte da elite. Já na primeira crônica da série, do dia 5 de abril de 1888, temos um exemplo dessa metáfora da discrepância do relógio, que se refere à atitude desacertada dos políticos brasileiros. Temos como referência a citação do Partido Liberal, mais exatamente de dois líderes desse partido, Dantas e Saraiva, que se envolveram com a Lei dos Sexagenários. A crônica nos diz:

O partido liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da Chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio estava adiantado, ou Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?<sup>125</sup>

Aqui Policarpo está se referindo ao descompasso e ao desacerto dos membros do Partido Liberal. Dantas, ao apresentar medidas para a lei de 1885, foi duramente criticado por propor a libertação dos escravos com mais de 60 anos, sem indenização aos senhores. Nesse período, os liberais, mesmo sendo maioria na câmara, não aceitaram nem discutir esse projeto. O Partido Liberal não parecia estar coeso em suas ideias, e a forma como muitos liberais reagiram à medida de Dantas, atacando-o, fez parecer que estavam do lado dos escravocratas. Talvez eles mesmos o fossem e estivessem mais preocupados com seus próprios princípios e particularidades do que com os do partido, que deveria tomar suas decisões mais pautadas no bem coletivo da população.

O Gabinete Dantas, diante da recusa e da revolta que sua medida causou, fez com que o imperador dissolvesse a assembleia e convocasse novas eleições. O imperador convocou Saraiva, outro liberal, para dar continuidade à questão, e apesar das mudanças que incluiu no projeto de Dantas sobre a libertação dos escravos sexagenários, incluindo a indenização aos senhores, também foi perseguido pelo setor liberal e conservador e se retirou do poder. Parecia que nem mesmo a indenização era suficiente para os membros do Partido Liberal e, obviamente, do Conservador. O que eles realmente não queriam era que o poder público interviesse na relação de senhor-escravo e na sua propriedade.

Policarpo diz que por essas e outras é que descreu do ofício. Machado de Assis utiliza essa metáfora dos relógios para criticar os princípios que regiam o Partido Liberal desde 1885. A regente sabia que caso resolvesse convidar um componente, nesse caso, Dantas ou o senador Saraiva, dois liberais, para resolver de vez a questão do elemento servil, a câmara teria primeiramente que ser dissolvida ou os liberais deveriam aceitar lidar com uma câmara de maioria conservadora. Caso houvesse a dissolução da câmara, a questão da abolição poderia ser adiada.

O relógio de sua alteza não podia se atrasar em relação à questão da abolição, pois, como vimos no primeiro capítulo, em razão das grandes fugas e revoltas de escravos, a imprensa cobrava do poder público medidas pela abolição, exigindo uma atitude imediata da princesa regente. Policarpo, em relação ao relógio do Partido Liberal e da sua alteza, nos diz:

---

<sup>125</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.



“Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio (ele se refere ao partido liberal) estava adiantado, ou o da Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?”.<sup>126</sup> Esses relógios estavam impossibilitados de marcarem a mesma hora em razão da necessidade imediata de resolver a questão do elemento servil e do descompasso dos membros do Partido Liberal desde 1885 em relação à política da abolição.

Podemos, portanto, por meio dessa característica, perceber a forma como Machado molda Policarpo, já que essa ideia da discrepância perpassa várias crônicas de “*Bons dias!*”, criando um fio condutor para os assuntos da série, ou seja, o narrador, ao criticar as atitudes incertas da elite aponta também o quanto a sociedade da época não estava agindo de forma coerente, não somente durante os debates da abolição, já que essa característica perpassa outros assuntos da série. Policarpo demonstra sua preocupação em relação aos desacordos da sociedade carioca e espera que todos concordem com ele.

Gledson, em seu livro já citado *Por um novo Machado de Assis*, apesar de atribuir a assinatura da série à despedida “Boas noites!”, não acredita que haja em Machado de Assis um esforço para construir uma persona para o cronista. Para Gledson, a série “*Bons dias!*” não tinha um narrador com características próprias e personalidade que desse definição a ela. O autor revela que algumas crônicas, como a do dia 19 de maio de 1888 e a do dia 26 de junho do mesmo ano até possuem narradores individuais, que são totalmente opostos ao narrador aceito por Pereira e por nós neste trabalho. Esses narradores, para ele, permanecem apenas por uma crônica inteira, sendo impossível atribuímos características e uma personalidade a eles.<sup>127</sup> Argumento confuso, segundo Chalhoub, já que, por ora, Gledson nos diz que algumas crônicas possuem narradores individuais e em outras aceita a despedida “*Boas noites*” como assinatura destas.

A ideia de Gledson de que há crônicas que possuem narradores individuais não nos parece pertinente. A crônica, como um gênero literário, permite ao seu criador a ficcionalização de acontecimentos. Mais do que criar um personagem narrador com características e personalidade própria, permite também que seu autor ficcionalize situações e faça até seu personagem narrador se passar por outra pessoa com o intuito de atribuir humor à série ou mesmo para fazer uma crítica.

<sup>126</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888.

<sup>127</sup> Em seu livro “*Ficção e História*”, Gledson ainda afirma que é inviável a existência de um narrador ficcional, porque o gênero cronístico estava sujeito à indeterminação histórica e aos acontecimentos diários dos jornais, ou seja, esses fatos não permitiam a elaboração *a priori* de um personagem e de uma estória. Ver: GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sônia Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 25.

A crônica do dia 19 de maio de 1888 também nos aponta a metáfora do relógio que, como já vimos, tinha como objetivo mostrar a discrepância das atitudes e opiniões da elite letrada, senhorial, médica e urbana da época. Nessa crônica, Policarpo se passa por um senhor de escravos que acabara de dar a liberdade para um escravo de nome Pancrácio, de 18 anos. Para Gledson, o narrador dessa crônica “é claramente distinguível do cronista habitual e fortemente caracterizado”.<sup>128</sup>

Discordamos do autor quando este afirma que há outro narrador nessa crônica, pois não devemos nos esquecer de que a principal característica que Machado de Assis atribuiu a Policarpo foi que ele se passaria por membro da elite para conhecer melhor suas atitudes e opiniões e criticá-la. Nessa crônica essa característica fica evidente. Policarpo finge ser um um senhor que acabara de conceder a liberdade ao seu escravizado, Pancrácio. Mas essa situação ficcional foi construída com o intuito de que esse acontecimento, aliás bem recorrente nos últimos três meses que antecederam a Lei Áurea, fosse criticado. Afinal, os senhores estavam dando a liberdade aos seus escravizados com o intuito de que estes permanecessem em suas fazendas após a abolição. A ideia de Policarpo, portanto, era satirizar a cena que se passa na crônica e assim criticar o ato desse senhor, que para ele não tinha nada de solidário.

Nessa crônica, podemos notar mais uma vez a característica do relojoeiro que descreve do seu ofício por causa da discrepância dos relógios. O senhor de escravos da crônica toma a atitude de libertar seu escravo porque, segundo ele, a lei de 13 de maio estava por ele prevista. O senhor de escravos exagera no tom da sua ação, dizendo que havia recebido muitos cartões, que todos os lenços comovidos apanharam lágrimas de admiração, crendo que estavam até mesmo pintando um retrato dele a óleo.

Como já vimos no primeiro capítulo, a imprensa geralmente também divulgava esse ato de libertação dos escravos por parte dos senhores exaltando a figura destes. Os escravos deveriam receber, portanto, sua liberdade como um ato de generosidade do seu senhor. Não se menciona o fato de que as fugas dos escravos, suas revoltas e mesmo suas ações cotidianas para conseguir liberdade, a desorganização do trabalho por conta desses acontecimentos e mesmo a discussão no parlamento sobre a abolição foram os principais motivos para esse ato dos senhores.

Essa atitude foi recorrente nos anos de 1887 e 1888, e divulgada todos os dias em vários periódicos do período. Mas vimos também que as alforrias divulgadas na imprensa e

---

<sup>128</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sônia Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 33.

concedidas pelos senhores não eram atos de benevolência e solidariedade com os escravos, pelo contrário, possuíam vários motivos determinados, embora grande parte da imprensa procurasse caracterizar esses atos como atitudes cristãs dos senhores de escravos. Policarpo confirma tal argumento nessa crônica, quando diz: “Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico”.<sup>129</sup> Policarpo, ao dizer que as notícias associavam tal ato desse senhor à figura de Cristo, demonstra o quanto a imprensa desejava divulgar que estava tudo sob controle e que a escravidão estava acabando em virtude da benevolência dos senhores de escravos.

O senhor de escravos da crônica chega a dizer que libertou Pancrácio uma semana antes da Lei Áurea, no dia 7 de maio, anteriormente aos debates. A fala desse senhor reforça a intenção dele de se passar por benevolente e adiantado diante da questão e principalmente que o ato de libertação dos escravos era uma ação exclusivamente dos senhores, já que devemos considerar também que muitos libertavam seus escravos com o intuito de o poder público não interferir em suas propriedades e principalmente na sua vontade senhorial. Mas a revelação desse senhor de escravos é absurda e estava em desacordo com a realidade, pois se ele mesmo diz que resolveu libertar seu escravo no dia 7 de maio de 1888, seria impossível que o tivesse feito antes dos debates parlamentares. A essa altura todos sabiam que o ministério conservador de João Alfredo iria resolver a questão do elemento servil e na primeira crônica da série, do dia 5 de abril de 1888, Policarpo já anunciava que achava perigoso que uma pessoa dissesse claramente o que iria fazer, referindo-se ao discurso do ministro da Justiça Ferreira Vianna, que anunciara em um banquete no clube Beethoven que o seu gabinete iria abolir a escravidão. Além disso, no dia 3 de maio de 1888, ocorreu a fala do trono, na qual a princesa Isabel anunciou que a abolição seria feita e o projeto sobre tal lei já estava no parlamento para ser votado, ou seja, a informação concedida pelo senhor de escravos é absurda, e serve para que sua atitude, que sem dúvida se referia a de vários senhores de escravos do ano de 1888, seja alvo da crítica e da ironia machadiana.

Para finalizar a análise dessa crônica mostrando a discrepância, a desarmonia e a incoerência dessa atitude do senhor de escravos, apresenta-se a situação de Pancrácio após a aquisição de sua liberdade, mais especificamente a forma com que o senhor o trata após concedê-la, pois mesmo dizendo:

---

<sup>129</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

Pode ir para onde quiser, já diz que: “aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado...um ordenado pequeno, mas há de crescer...pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha...Pois seis mil réis. No fim do ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por não me escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando não chamo filho do diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia.”<sup>130</sup>

Como podemos ver nesse trecho, fica explícita a contradição e o desacerto do ato desse senhor de escravos. Após conceder a liberdade a Pancrácio, continuou tratando-o como se ele ainda fosse cativo, dando-lhes pontapés e petelecos, pagando a ele um salário irrisório. Ainda justifica seu peteleco ao seu mau-humor, que para ele era um estado natural, quase divino, ou seja, justifica suas atitudes em relação a Pancrácio reivindicando sua superioridade, como nos tempos da escravidão, em que os direitos dos senhores eram tidos como invioláveis. O significado de liberdade para esse senhor é se promover com seu ato, argumento que fica exposto na última estrofe da crônica em que diz que o plano dele está feito, que quer ser deputado, e em sua circular dirá que antes da abolição legal ele libertara um escravo.

Aqui, o direito civil, ou seja, a questão da liberdade dos escravos é abordada por Policarpo, e se sugere que mesmo após a liberdade os direitos civis de Pancrácio não eram respeitados, nesse caso, ainda pelo seu ex-senhor. Mas, e o Estado, como estava se comportando diante da liberdade dos escravos? Não devemos nos esquecer de que se estava discutindo a lei de repressão à vagabundagem. E talvez por isso, muitos libertos teriam o mesmo destino de Pancrácio, tendo que continuar nas fazendas dos seus ex-senhores, que apesar de terem perdido o controle de sua propriedade não tinham perdido a superioridade em relação ao negro... Efeitos do poder senhorial.

Na crônica do dia 15 de julho de 1888, também encontramos a crítica de Policarpo às atitudes incoerentes, hipócritas e contraditórias dos políticos brasileiros, mais especificamente dos componentes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Vejamos a crônica, para que possamos nos ater à sua análise:

<sup>130</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

Não gosto de ver censuras injustas. Há dias, um eminente senador disse que a Câmara dos Deputados era a câmara de dois domingos, e disse a verdade, porque ali um sábado e um domingo são a mesma cousa. Não a censurou por isso, entretanto, mas por adiar para o sábado os requerimentos, isto é, mandar-lhes o laço de seda com que eles se enforcem logo. Sejam justos. A Câmara, não fazendo sessão aos sábados, obedece a um alto fim político – o imitar a Câmara dos Comuns ingleses, que nesse dia também repousa. Deste modo, aproxima-nos da Inglaterra, berço das liberdades parlamentares, como dizia um mestre que tive e que me ensinou as poucas idéias com que vou acudindo as misérias da vida. Dele é que herdei a espada rutilante da injustiça –, o timeos Danaos, – o devolvo-lhe intacta a injúria, e outros vinténs mais ou menos magros. Dir-me-ão que os comuns ingleses descansam no sábado, porque ficam estafados das sessões de oito, nove e dez horas, que é o tempo que elas duram nos demais dias. E verdade; mas cumpre observar que os comuns começam a trabalhar de tarde e vão pela noite dentro, depois de terem gasto a primeira parte do dia nos seus próprios negócios. Deste modo estão livres e prontos para ir até a madrugada, se preciso for. Trabalham com a fresca, despreocupados, tranquilos. Não acontece o mesmo conosco. As nossas sessões parlamentares começam ao meio-dia, hora de calor, sem dar tempo a fazer alguma cousa particular; e depois o clima é diferente. Nem já agora é possível tornar aos sábados. O Sr. Barão de Cotegipe disse que desde 1826 dormem projetos de lei nas pastas das comissões do Senado, com os requerimentos da Câmara deve acontecer a mesma coisa, mas suponhamos que só começam em 1876... Censuras não faltam. Já ouvi censurar um dos nossos costumes parlamentares, que justamente mais me comovem; refiro-me ao de levantar a sessão, quando morre algum dos membros da casa. A notícia é dada por um deputado ou senador, que faz um discurso, pondo em relevo as qualidades do finado. Às vezes o defunto não prestou ao Estado o menor serviço; não importa, essa é justamente a beleza do sistema democrático e de igualdade que deve reger, mais que todos os corpos legislativos. Para o parlamento, como para a morte, como para a Constituição, todos são legisladores, todos merecem igual cortesia e piedade.

Os censuradores alegam que este uso não existe em parte nenhuma, fora daqui. O argumento Aquiles (como me diria o citado mestre) é que, tendo sido as câmaras inventadas para tratar dos negócios públicos, a morte de um de seus membros deve pesar menos, muito menos, que o dever social. Daí o discurso em que o presidente deve noticiar a morte, com palavras de saudade, e passar à ordem do dia. Os preconizadores de hábitos peregrinos chegam a citar o que agora mesmo se deu no parlamento de Inglaterra, quando chegou a notícia da morte do genro da rainha, que não era membro da Câmara dos Lordes, mas podia sê-lo, se não fosse imperador da Alemanha. A notícia foi comunicada a ambas as câmaras por um ministro, respondeu-lhe o leader da oposição, e continuaram os trabalhos, durando os da Câmara até às duas da madrugada. Mas quem não vê que nem o exemplo nem o argumento servem ao nosso caso? Quanto ao exemplo, basta considerar que, posto que o imperador fosse um digno e grande homem, não era membro ele de nenhuma das casas. Fizeram-se mensagens à rainha e à imperatriz. Além disso, pode ser que, realmente, nesse dia houvesse negócios urgentes. Digo isto, porque o discurso do ministro na Câmara dos Lordes, respeitoso e grave, ocupa apenas doze linhas no *Times*, e o da oposição onze. Na dos Comuns, o do ministro tem nove linhas, o da oposição oito. Cabe ainda notar que ninguém mais falou. Finalmente dali em diante proferiram-se na Câmara dos Comuns sobre diversos projetos, mais de cinquenta discursos. Quanto ao argumento, não há nada mais falho. É

certo que as câmaras foram criadas para curar principalmente dos negócios públicos; mas onde é que constituições escritas revogaram leis do coração humano? Podem transtorná-las, e certo' como na dura Inglaterra, na França inquieta, na Itália ambiciosa; mas, tais são as nossas condições. Demais, a veneração dos mortos cimenta a amizade dos vivos. Ponhamo-nos de acordo. Se a Câmara não faz sessão aos sábados, para acompanhar a dos Comuns, aqui-del-rei. Se não acompanha a dos Comuns, e se vai embora, sempre que morre algum membro terá igual censura. Ponhamo-nos de acordo.<sup>131</sup>

Ao lermos a crônica fica claro que Policarpo diz no início que é contra censuras injustas, mas a censura imposta aos parlamentares lhe parece muito justa e ele mesmo a defende. Fica nítida a crítica aos costumes dos parlamentares que fundamentam suas ações numa contradição. Estes seguem o exemplo da câmara da Inglaterra apenas quando convém a eles, como, por exemplo, em relação a não trabalhar aos sábados. Em contraposição, diferentemente da Câmara dos Lordes, suspendem a sessão quando algum membro vem a falecer (mesmo esse membro, como bem nos diz Policarpo, não tendo prestado serviço algum ao Estado). Já a Câmara dos Lordes, mesmo após o falecimento de um dos seus membros, diz algumas palavras e passa a sessão do dia. Policarpo, em toda a crônica, faz uma censura justa aos costumes parlamentares, à falta de coesão para com os negócios públicos e até mesmo à suposta preguiça desses políticos e suas desculpas, pois não é de se duvidar que estes, como diz a crônica, reclamavam das sessões parlamentares que começavam ao meio-dia, hora de calor, sem dar tempo de resolver as coisas particulares. A censura de Policarpo a essa atitude contraditória dos parlamentares vem na forma de cobrança, exigindo que eles se ponham de acordo.

Policarpo cobra da elite carioca coerência em relação ao seu comportamento, principalmente quando se trata dos políticos, que deveriam governar levando em consideração as decisões públicas e não seus próprios interesses. Em crônica do dia 6 de outubro de 1888, o narrador diz: “Nem eu sou pessoa que negue a verdade das coisas, quando as vejo bem ajustadas”.<sup>132</sup>

Em crônica do dia 19 de julho de 1888, o assunto abordado está relacionado também à atitude contraditória de um político, mais especificamente de um senador. Segue a crônica:

Quem me não fez bei de Túnis cometeu um desses erros imperdoáveis, que bradam aos céus. Suponhamos por um instante que eu era bei de Túnis. Antes de mais nada, tinha prazer de viver em Túnis, que é um dos mais desenfreados desejos. Depois, não entendia nada do que me dissessem, nem os outros me entendiam, e para estabelecer relações cordiais não há melhor caminho. O Sr. Von Stein fez-se amigo dos índios do Xingu, recitando

<sup>131</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1888.

<sup>132</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 6 de outubro de 1888.

versos de Goethe. Não perderia o gosto cá do Rio, porque levaria naturalmente assinaturas de jornais; leria tudo, a questão da revista cível n.º 10.893, o imortal processo da Bíblia, os debates do parlamento os manifestos políticos, etc. quando alguma coisa me parecesse dita ou escrita em dialeto barbaresco, teria o meu colégio de intérpretes que me explicaria tudo.

Não indo mais longe, acabo de ler no discurso do Sr. Senador Leão Veloso uma frase, que, se eu estivesse em Túnis, não lhe perderia o sentido. S. EX a declarou que a vitaliciedade do cargo não o segregou daqueles que o elegeram. Ora, os que o elegeram vão morrendo e hão de ir morrer todos, como já devem ter morrido os que elegeram o Sr. Visconde do Serro Frio. Como é que não há segregação! Há e é uma das vantagens da instituição. Se em 1871 os Srs. Silveira Martins e Barão de Mauá fossem vitalícios, não haveria o recurso aos eleitores, que pôs o Sr. Mauá fora da câmara. Quando o primeiro desafiasse o segundo a irem pleitear ante os eleitores liberais o procedimento de ambos, responderia o Sr. Mauá: Mas, meu caro colega, os meus eleitores estão mortos. Há dois dias vivia o Bandeira, de Pelotas; pois morreu, aqui está o telegrama, que recebi agora mesmo da família. Sabe que somos velhos conhecidos...

Entretanto, aquela frase, que em português dá este resultado, talvez possa ser explicada pelo arábico, mas eu não sou beí de Túnis.

Outras muitas cousas me explicará o colégio de intérpretes. Não as digo todas; mas aqui vai mais uma. Os espiritas brasileiros acabam de dar um golpe de mestre. Apareceu por aqui um médium, Dr. Slade é o seu nome, com a fama de ser prodigioso. A Federação espírita Brasileira nomeou uma comissão para estudar os fenômenos de escritura direta sobre ardósias e outros efeitos físicos produzidos com o médium. Pois, senhores, não achou que o homem valesse a fama; declarou que os trabalhos ficaram muito abaixo do que esse mesmo médium conseguiu na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Austrália. É verdade que a própria Federação explica a diferença. Todos os que estudam os fenômenos espíritos (diz ela) conhecem que as mediunidades estão sujeitas a esses eclipses." E noutro lugar: Sabem todos que os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição." Ora tudo isto, que parece algaravia, sendo l do por um espírita, é como a língua de Voltaire, pura, límpida, nítida, e fácil. Os invisíveis não estão servilmente à nossa disposição. Não falo do enriquecimento da língua com a palavra mediunidade, que é nova, sem ser esbelta. Fosse, eu beí de Túnis, e o meu colégio me explicaria tudo isso e mais isto: Somente lamentamos que nesses eclipses da sua faculdade, o medium, sem dúvida por sugestões malignas, busque simular os fenômenos que obtém nas condições normais..."

Ao que parece, o medium não só foi (com perdão da palavra) apenas minimum, mas até procurou embaçar a Federação. Não andou bem; e a Federação cumpriu o Seu dever desvendando as sugestões malignas. Nem pareça que isto mesmo foi sugestão de despeito; a Federação conclui francamente aquele período:...Lato aqui plenamente verificado." Valha-me Nossa Senhora! Que porção de cousas obscuras, que eu nunca hei de entender! E daí, quem sabe? Schopenhauer chegou a crer nas mesas que giram; há quem acredite no casamento da constituição americana com o sistema parlamentar. Não é muito acreditar nos motivos do eclipse do Dr. Slade, mesmo sem entendê-los. .. Ah! por que não me fazem beí de Túnis!<sup>133</sup>

<sup>133</sup> Machado de Assis, "*Bons dias!*", *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1888.

Essa crônica nos traz a incoerência na fala do senador Leão, quando este diz que o cargo vitalício não o separa de seus leitores. Essa fala do senador não possui lógica nem coerência alguma, já que à medida que os eleitores vão morrendo, é claro que se separam dele. Então, um cargo vitalício é importante porque você não precisa conquistar novos eleitores. Policarpo brinca com isso, dizendo que tem coisas que não dá para entender, só sendo médium, morando em Túnis ou tendo um colégio de intérpretes à sua disposição. Nessa crônica, Policarpo diz que tem coisas que não dá para entender, mas essa frase dita pelo parlamentar ele entendeu muito bem.

Policarpo nos dá muitos exemplos nas crônicas de opiniões e atitudes desacertadas. Na dia 10 de novembro de 1888, mais uma vez a Câmara e o Senado vitalício são criticados por sua falta de coerência:

...O dia 2 de novembro é feriado ou não? Vimos este ano duas opiniões opostas, a do Senado e a da Câmara. O Senado declarou que era, e não deu ordem do dia; a Câmara entendeu que não era, e deu ordem do dia. Foi o mesmo que não desse, é verdade, porque lá não apareceu ninguém; mas a opinião ficou assentada. O Senado comemora os defuntos, a Câmara não. Talvez a Câmara não deseje lembrar o próximo fim dos seus dias. O Senado, embalsamado pela vitaliciedade, pode entrar sem susto nos cemitérios. Não é a lei que o há de matar.<sup>134</sup>

Vimos que o Senado e a Câmara não se entendem em relação ao feriado de 2 de novembro, mas só em teoria, porque na prática, apesar de não ser considerado feriado, ninguém apareceu na Câmara para trabalhar. Policarpo, com ironia, diz que o senado considerou o feriado de finados justamente porque este era embalsamado pela vitaliciedade, ou seja, ele parece querer nos dizer que nem mesmo a morte assusta e acaba com o cargo de senador.

Na crônica do dia 26 de janeiro de 1889 o assunto é a febre amarela e outras epidemias que estavam assolando a sociedade carioca. Há também o apontamento da metáfora da discrepância dos relógios, vista nesse caso nas opiniões da classe médica da época.

Com efeito, não se fala de outra coisa. Tudo quer, tudo pede, tudo deseja a saúde, ou pelo menos, a ausência da febre amarela. Esta velha dama, que estabeleceu aqui um pie dà-terre, não se esquece de nós inteiramente; há anos em que traz toda a criadagem, e estabelece-se por uma estação e mais. Não é bonita, nem graciosa, nem se sabe quem seja, conforme diziam os abalizados<sup>135</sup>.

<sup>134</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 10 de novembro de 1888.

<sup>135</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1889.



Quando Policarpo diz que a febre amarela não era bonita nem graciosa, o narrador nos diz que também não se sabe quem o seja. Conforme os abalizados nos informa a respeito dos debates e das teorias médicas da época que estavam investigando as possíveis causas da febre amarela e de outras doenças. Não havia um consenso no que dizia respeito às causas da doença. Por exemplo, existia um deputado que achava que esta era um castigo divino, por isso havia feito até um projeto para a construção e a reforma de várias igrejas com o intuito de amenizar a ira de Deus. Os médicos higienistas procuravam explicações científicas para o aparecimento da febre amarela, acreditando que a epidemia era um fenômeno natural, resultado de várias combinações atmosféricas nocivas à vida humana.<sup>136</sup>

É interessante observar que mesmo os médicos higienistas ou as autoridades do Império não tinham uma opinião consensual e pronta capaz de interpretar as causas da epidemia de febre amarela e, tampouco, de propor medidas para sua prevenção, pois quando Policarpo nos diz que “Nem se sabe quem seja, conforme dizem os abalizados”, se focarmos no significado dessa última palavra, ele está se referindo às autoridades e às fontes autorizadas que, naquela época, eram os médicos higienistas. A principal questão teórica dos médicos naquele período era

[...] descobrir se a febre amarela se propagava por contágio ou infecção. Os contagionistas acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. Por infecção se entendia a “ação exercida na economia por miasmas mórbidos”. Ou seja, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais “miasmas morbíficos”. Era possível que uma doença infecciosa se propagasse de um indivíduo doente a outro; contudo, tal processo não ocorria propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava.<sup>137</sup>

Esses debates duraram anos, muitos dos médicos higienistas, durante toda a vida, buscaram possíveis explicações para o mal que assolava o país. Policarpo ressalta essa contradição da classe médica, que não conseguia chegar a um consenso sobre as possíveis causas da febre amarela e de outras doenças infecciosas. Essa contradição não se referia apenas às causas das doenças, mas também estavam relacionadas às atitudes dessa classe frente aos curandeiros.

---

<sup>136</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 63.

<sup>137</sup> Ibid., p. 64.

Durante todo o decorrer do Império brasileiro, com o objetivo de conseguir maior prestígio entre as autoridades brasileiras e a população em geral, os médicos tentaram estruturar e fazer com que a medicina fosse a única forma legítima da arte de curar, em detrimento de tantas práticas de cura que existiam. Para que a medicina conseguisse esse *status*, os médicos, além de realizar reformas e melhorias no interior desta, deveriam combater qualquer outra prática que não fosse considerada científica, mas, especificamente, deveriam combater os curandeiros e suas práticas. Estes eram vistos como uma verdadeira ameaça aos médicos, justamente porque suas práticas eram bem conhecidas e solicitadas. Com o intuito de fortalecer suas corporações, os médicos fundaram em 1929 a Sociedade de Medicina da Corte, que em 1835 passou a se chamar Academia Imperial de Medicina.<sup>138</sup>

Lá reunidos, travaram diversas batalhas para obter legitimidade para sua ciência e influência junto às autoridades do governo. Longe de ser uma tarefa simples, a consolidação daqueles representantes da medicina científica como influentes e poderosos diante da sociedade foi um processo conflituoso e lento, atravessado sempre por novas dificuldades não imaginadas pelos doutores.<sup>139</sup>

Sem dúvida, a maior dificuldade encontrada por esses médicos eram as práticas ilegais da medicina. Os médicos formados em faculdades praticamente não existiam no início do século XIX; eram os curandeiros, os barbeiros sangradores, os benzedeiros e outros os agentes de cura que existiam no Brasil.<sup>140</sup>

A outra crônica, que para Gledson também possui um narrador individual, é a do dia 26 de junho de 1888. Para ele, quem narra essa crônica é um sujeito que quer imitar a atitude do personagem do romancista russo Gogol, em seu livro *Almas mortas*. Esse personagem chama-se Tchitchikof. Não nos parece, no entanto, que seja esse o caso da crônica de Pancrácio, na qual Policarpo se passa por outra pessoa. Nessa crônica é Policarpo quem nos fala. Ele apenas sugere e cria uma situação hipotética, comparando-a à atitude de Tchitchikof. Policarpo sugere, assim, que os senhores de escravos não sairiam perdendo após a abolição. Nesse caso, ele ficcionaliza uma situação para discutir e abordar a questão da indenização. Tchitchikof comprava “almas mortas”, ou seja, escravos fictícios, que já estavam mortos, de vários proprietários, para ficar depois com o dinheiro que estes receberiam como devolução de impostos, ou seja, uma possível indenização.

<sup>138</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>139</sup> Ibid., p. 24-25.

<sup>140</sup> Ibid., p. 25.

Policarpo sugere que a atitude de Tchitchikof era um bom negócio para os proprietários que vendiam defuntos ou simples nomes por dez réis de mel coado. “Tchitchikof, logo que arranjou umas mil almas mortas, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um monte de socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos e depois fugiu<sup>141</sup>”.

Nesse caso, Machado de Assis, para falar sobre a indenização, constrói um argumento elaborado, permitindo que Policarpo criasse até mesmo uma situação, incluindo um diálogo com os leitores, sugerindo que estes e ele poderiam ter a mesma atitude de Thitchikof, pois ambos teriam vantagens nesse processo. Policarpo já inicia sua crônica dizendo: “Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo”.<sup>142</sup> E continua:

Vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca. Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que perdeu com a lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe: – Os seus libertos ficaram todos? – Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua. – Quer o senhor vender-mos? Espanto do leitor; eu, explicando: – Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram. O leitor assombrado: – Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor... Não lhe importe isso. Vende-mos? – Libertos não se vendem. – É verdade, mas a escritura da venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um. Calcula o leitor: – Duzentas cabeças a dez mil-réis são dois contos. Dois contos por sujeitos que não valem a pena, porque já estão livres, é um bom negócio. Depois refletindo: – Mas, perdão, o senhor leva-os consigo? – Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo a escritura. – Que salário pede por eles? – Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga. Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando. Esperando o que? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinquenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco. Porquanto, isso de indenização, diziam uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não; é por isso que eu pedia o dinheiro a casamento. Dado que sim, pagava e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio. Eu até desconfio que há quem faça o mesmo, com a diferença de ficar com os libertos.<sup>143</sup>

<sup>141</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1888.

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> Ibid.

Policarpo sugere que seu plano era mais honesto do que fora o de Tchitchikof, mas na verdade não o era. Porém, a parte mais significativa da crônica é quando ele diz que, após concluir o seu plano, ficaria esperando, e quando questionado sobre o que, nos diz que é a indenização. Aqui, devemos nos ater a duas situações: a publicação da crônica foi feita após o anúncio da Lei Áurea, e essa espera de Policarpo referia-se à espera de muitos senhores de escravos pela indenização. E, afirmamos, não era uma espera vã, já que se estava discutindo no Parlamento projetos que visavam à indenização dos senhores de escravos.

A *Gazeta de Notícias* do dia 25 de maio de 1888, em coluna chamada “*Projectos de lei*”, revela que o Sr. Coelho Rodrigues havia apresentado no dia anterior à Câmara os seguintes projetos de lei:

Projeto n.10: Providências complementares da lei n. 3353 de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão: Indenização aos ex-senhores: Art. 1: Fica o governo autorizado a indenizar em títulos da dívida pública, os prejuízos resultantes da extinção do elemento servil aos ex-senhores de escravos e aos credores hipotecários ou pignoratícios, em relação aos compreendidos nos respectivos títulos de crédito, podendo para isso fazer as operações necessárias.<sup>144</sup>

Nesse mesmo dia, na coluna “*Telegrammas*”, o periódico trouxe uma notícia da região do Maranhão: “Houve ontem uma reunião de negociantes, que dirigiram ao Sr. Presidente do conselho o seguinte telegrama: “O comércio, reunido aplaude a abolição, mas pede indenização, sendo aplicado a ela o fundo de emancipação<sup>145</sup>”. Esse projeto do Sr. Coelho Rodrigues não foi julgado objeto de deliberação no dia 25 de maio de 1888, e no dia 26 de maio, a *Gazeta de Notícias* revelou: “Apenas cinco deputados, inclusive o autor votaram em sentido afirmativo. Verdade seja que muitos tiveram um movimento favorável ao projeto, e naturalmente não acentuaram o seu voto, por lhes parecer inútil um tão grande esforço a favor de uma iniquidade e contra a própria consciência<sup>146</sup>”. Essa proposta teve muitas críticas. No dia 26 de maio de 1888, também na *Gazeta de Notícias*, encontramos uma coluna de título “*Lei de indenização*”, que afirmava: “O nosso projeto: A assembleia geral legislativa decreta: Art 1º:

O governo imperial indenizará aos exploradores de seus semelhantes com tantos coelhos quantos forem os braços perdidos. 1º: Os coelhos poderão ser assados ou cosidos, saucepiquante, sauceblanche, ou mesmo em civel auchampagne. 2º Fica bem entendido que as sauces plus relevées serão exclusivamente destinadas aos defensores do açoite, do tronco e do

<sup>144</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de maio de 1888.

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de maio de 1888.

viramundo; da palmatória e do chicote, aplicado as crianças nos colégios e nos Atheneus dirigidos por Aristarchos legitimamente constituídos. Art 2º. O governo imperial indenizará também os deputados possuidores de terras encravadas em colônias italianas. 1º A indenização a pagar será fixada pelo Espírito Santo, e, no caso de entrar ele também em patota, calculada por três árbitros, tomando por base a estreiteza dos crânios, a dureza dos corações e a refratidade a todas as idéias de filantropia e de progresso. Art 3º Revogadas as disposições em contrário.<sup>147</sup>

Essa coluna, que não veio assinada, fez pilhéria com o próprio nome de Coelho Rodrigues, sugerindo que os senhores fossem indenizados com coelhos, que podiam ser assados, cozidos ou feitos de diversas maneiras. À parte o tom de brincadeira, sem dúvida a atitude de Coelho Rodrigues parecia contraditória, já que ele havia sido a favor do projeto da extinção do elemento servil e agora, após os festejos em favor da Lei Áurea, resolvera propor a indenização.

Mais uma vez, a contradição nos debates em torno da abolição vem à tona e torna-se assunto de Machado de Assis, que por intermédio de Policarpo, que teve como ideia comprar libertos de senhores e esperar que a indenização lhe rendesse lucros, talvez não via nos poderes públicos a chance de conseguir legalmente a indenização, por isso teve que apelar para medidas mais drásticas. E apesar do projeto de Coelho Rodrigues não ter sido aprovado, a discussão sobre a indenização não estava encerrada. No dia 10 de junho de 1888, a coluna chamada “*Boletim Parlamentar*” relatava que na sessão do senado, o senhor Cotegipe falou que se comprometera a apresentar um projeto de indenização aos senhores dos ex-escravos. Finalmente seu projeto foi apresentado e discutido no dia 19 de junho de 1888.

No dia 20 de junho de 1888, o jornal *Gazeta de Notícias*, na coluna “*Boletim Parlamentar*”, revela algumas medidas desse projeto de indenização proposto por Cotegipe. Segundo a notícia: “O projeto é curioso, e é mais uma revelação da habilidade política do seu autor, fértil em recursos de opositorista disfarçado geralmente sob o esfarrapado capote dos interesses nacionais”.<sup>148</sup> Sobre algumas medidas do projeto e sua justificação declara que

O Sr. Barão de Cotegipe pede 200 mil contos para serem dados sob a forma de títulos, com o juro de 3% ao ano, aos ex-proprietários de escravos. Esse dinheiro há de sair dos adicionais atualmente destinados ao fundo de emancipação...O Sr. Cotegipe deixou bem patente na sua fala, que o seu móvel é ir em auxílio da monarquia. Para S. Ex, a instituição monárquica corre risco, se os ex-proprietários de escravos não forem indenizados. Em termos simples, o que isto significa, é uma transação política; isto é, os ex-proprietários recebem dinheiro, e como recibo entregam as suas veleidades republicanas. Ainda em termos mais simples, o expediente do ilustre

<sup>147</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de maio de 1888.

<sup>148</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de junho de 1888.

monarquista quer dizer: uma compra por parte da monarquia, e uma venda por parte dos tais republicanos...No correr do seu discurso, disse o Sr. Senador que a imprensa não queria a indenização, porque era comunista e se preparava para atacar qualquer outra propriedade...Ainda considerando o termo na sua acepção vulgar, isto é, como sinônimo de anarquia e de pretensões revolucionárias, quem está fazendo comunismo é S. Ex. que sob o pretexto de monarquista anima os descontentes com promessas que não podem ser cumpridas.

A própria imprensa, nesse caso a *Gazeta de Notícias*, via esse projeto sobre a indenização como uma atitude contraditória de Cotegipe, pois este dizia que era uma medida para salvar a monarquia, enfatizando que os senhores de escravos estavam virando republicanos por causa da lei da abolição sem indenização, mas, na verdade, o desejo desse senador era atender aos interesses dos senhores de escravos. Na *Gazeta* encontramos muitas notícias assinadas por fazendeiros que realmente diziam estarse tornando adeptos do republicanismo justamente por causa da abolição sem indenização. Portanto, nesse momento os ex-senhores de escravizados ainda esperavam do governo uma indenização pela perda da mão de obra, portanto a sugestão de Policarpo para esses ex-senhores não passa de pilhéria, já que àquela altura a indenização soava como algo totalmente despropositado, impossível de ser cumprido, como o final da notícia nos sugere.

Gledson não aceitava como narrador da série Policarpo, mas sim a despedida com a qual Machado de Assis finalizava as crônicas “*Bons dias!*”：“Boas noites!”. O autor deixa claro que em relação ao narrador dessa série não há a criação de uma persona, ou seja, Machado de Assis não criou um narrador com características próprias e personalidade, se comparado aos narradores de seus romances. Segundo Chalhoub, Gledson, ao negar que há um narrador na “*Bons dias!*”, “aproxima o sentido dos textos às opiniões do próprio Machado de Assis, que as exprimiria sob a dupla proteção do anonimato das crônicas e do efeito relativista pertinente à ironia”.<sup>149</sup>

Para Pereira, Policarpo não representa a opinião de Machado, pelo contrário, está radicalmente distante deste, argumento também apontado por Chalhoub: “Ora, boa parte da comicidade desses textos e sua ironia às vezes avassaladora dependem da distância que Machado logra construir em relação ao narrador ficcional”.<sup>150</sup> Segundo Pereira: “A voz do relojoeiro, embora sedutora, deve, assim, ser lida não como uma afirmação das opiniões do

<sup>149</sup> CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 114.

<sup>150</sup> Ibid., p. 113.

romancista, mas como uma proposta de discussão de algumas questões levantadas por Machado de Assis”.<sup>151</sup>

Para o autor, quando Policarpo fala da chegada do carnaval, as opiniões que ele demonstra são as mesmas dos vários literatos do século XIX, que tinham como objetivo criar um consenso a respeito do modelo de folia que deveria ser adotado por todos. Mas, ao mesmo tempo em que Policarpo parece escrever e concordar em sua crônica com o mesmo modelo de carnaval legitimado pela elite letrada, demonstra também estranhamento em relação a essa opinião tida como consensual. Para compreender esse jogo do narrador, é importante então que as opiniões contidas nas crônicas não sejam tomadas e interpretadas como as opiniões de seu autor, Machado de Assis, mas sim do personagem criado por ele, nesse caso, o relojoeiro Policarpo.<sup>152</sup> Vejamos a crônica do dia 27 de fevereiro de 1889, na qual Policarpo fala sobre o carnaval:

Ei-lo que chega... Carnaval à porta!...Diabo! Aí vão palavras que dão ideia de um começo de recitativo ao piano; mas outras posteriores mostram claramente que estou falando em prosa; e se prosa quer dizer falta de dinheiro (em cartaginês, é claro) então é que falei como um Cícero...Nem isso, ai de mim, amigas, nem esse gozo particular, único, cronológico, marcado, combinado, e acertado, me é dado saborear este ano. Não falo por causa da febre amarela; essa vai baixando. As outras febres são apenas companheiras...Não; não é essa a causa...Talvez não saibam que eu tinha uma ideia e um plano. A ideia era uma cabeça de Boulanger, metade coroada de louros, metade forrada de lama. O plano era metê-la em um carro, e andar. E vede bem, vós que sois ideias, vede só se o plano desta ideia era mau. Os que esperam do general alguma coisa, deviam aplaudir; os que não esperam nada deviam patear; mas o provável é que aplaudissem todos, unicamente por este fato: porque era uma ideia. Mas a falta de dinheiro (prosa, em língua púnica) não me permite pôr esta ideia na rua. Sem dinheiro, sem ânimo de o pedir a alguém e, com certeza, sem ânimo de o pagar, estou reduzido ao papel de espectador. Vou para a turbamulta das ruas e das janelas, perco-me no mar dos incógnitos<sup>153</sup>.

Policarpo, ao falar sobre o carnaval no primeiro trecho da crônica – “Ei-lo que chega... Carnaval a porta<sup>154</sup>”, –, utiliza a mesma maneira de falar da folia dos homens de letras do período. Mas, logo em seguida, mostra um estranhamento em relação ao estilo rebuscado e artificial utilizado para falar desse carnaval: “estranhamento que, pode parecer ocasional e

<sup>151</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>152</sup> Ibid., p. 192.

<sup>153</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1889.

<sup>154</sup> Ibid.

sem importância para o relojoeiro, mas estava na base do argumento construído por Machado de Assis, explicitando todo um jogo de identificação e distanciamento presente na crônica.<sup>155</sup>

O desconforto de Policarpo parece vir quando este caracteriza a “prosa” como falta de dinheiro, desconforto esse que se repete pelo estilo rebuscado usado pelos literatos para falar da festa. Mas a lamentação de Policarpo tem algo de curioso, pois embora reafirme toda uma visão construída pelos demais literatos sobre os dias de Momo, a posição que ele assume no restante da crônica acaba por demonstrar aos leitores algum tipo de desconforto em relação ao caráter consensual atribuído ao carnaval.

Como aponta Pereira, ao afirmar em uma crônica que em todas as lutas se encontrava do lado do vencedor, para um escritor como Policarpo, isso significava apoiar posições que se tornavam quase consensuais entre os homens de letras do período, como era o caso da defesa do carnaval de modelo veneziano. No entanto, essa identificação de Policarpo com o lado “vencedor”, não somente na crônica sobre o carnaval, mas em todas as crônicas da série, tinha um problema: “sua própria posição social, não tão próxima quanto poderia desejar daqueles que ele pretendia apoiar”.<sup>156</sup>

Tentando fazer-se literato, o relojoeiro passa a apoiar uma série de causas com as quais, devido ao seu distanciamento com o mundo das letras, não concordava inteiramente, mas as quais não ousava afrontar...Policarpo é, assim, alguém que tenta colocar-se em uma posição na qual não está, tenta ser o que não é, ansiando por ver o mundo através da visão dos outros. Daí resulta o seu inevitável estranhamento com os pressupostos de um modelo de carnaval defendido pelos demais literatos ao qual ele se filia...A caracterização da personalidade de Policarpo parece, dessa forma, ser fundamental para a compreensão da crônica carnavalesca escrita por Machado. Se, ao falar pela boca de um relojoeiro, o romancista estava colocando em discussão certos preconceitos e consensos compartilhados por seus possíveis leitores, a adesão de Policarpo àquele modelo de folia defendido pelos demais literatos deve ser lida a partir de uma nova perspectiva. A sua crônica, que parece concordar com aquele modelo de carnaval que tanto entusiasmava os homens de letras do período, apenas indica um debate proposto por Machado de Assis, que tem como alvo a construção dos sentidos unívocos atribuídos por muitos literatos a esse modelo de folia, à qual se ligava à própria construção de uma certa imagem que muitos de seus pares pretendiam para a nação como um todo.<sup>157</sup>

Na crônica de 27 de fevereiro de 1889, Policarpo dá uma pista da sua verdadeira condição e também da sua crítica ao modelo de carnaval defendido pelos literatos da época, que diziam que este era um momento de inversão no qual todos se igualavam, rompendo

---

<sup>155</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 171.

<sup>156</sup> Ibid., p. 193.

<sup>157</sup> Ibid., p. 194.



assim qualquer tipo de hierarquia. Apesar dos discursos dos literatos dizerem que o carnaval era um momento de relação igualitária, para Pereira, Policarpo denuncia que não era bem assim, pois, como bem diz, ele mesmo não iria aproveitar os dias de folia. Segundo Pereira, a relação estabelecida por Policarpo (quando este fala da falta de dinheiro no início e volta a falar sobre o assunto no decorrer da crônica) certamente não era casual. “O carnaval defendido pela maior parte dos homens das letras do período envolvia, realmente, grandes gastos, o que fazia com que muitos foliões, como o próprio relojoeiro, ficassem impossibilitados de aproveitá-lo”.<sup>158</sup>

O carnaval que os literatos defendiam, portanto, não possibilitava que todos aproveitassem os dias de folia, já que era defendido como modelo essencial, como, por exemplo, dos carros que desfilavam as ideias. Resumindo, era um carnaval para aqueles que possuíam dinheiro. Para Pereira:

O leitor já pode entender desse modo, a desolação de Policarpo a se ver impedido, por falta de dinheiro, de levar às ruas suas criativas ideias para comemorar o carnaval. Os motivos da sua tristeza, indicados no início do texto, são explicitados em uma desconsolada reclamação presente na crônica. “Sem dinheiro, sem ânimo de o pedir a alguém e, com certeza sem ânimo de o pagar, estou reduzido ao papel de espectador. Vou para a turbamulta das ruas e das janelas; perco-me no mar dos incógnitos”. Impossibilitado de aproveitar o carnaval como desejava, Policarpo acaba por não ver, para si mesmo, nenhuma alternativa de divertimento carnavalesco reproduzindo, com isso, uma visão letrada que só atribuía legitimidade a um certo modelo de carnaval que se pautava pelo tipo de folia das Grandes Sociedades. Excluído do carnaval das alusões e dos carros de ideias, o relojoeiro se auto-atribui o papel passivo de mero “espectador”, misturando-se com isso à grande multidão das ruas, ao “mar dos incógnitos”, ao qual ele nega a possibilidade de diversão carnavalesca. Longe de manifestar-se como um momento de igualdade, o carnaval assumia, assim, para o relojoeiro, o caráter de pura exclusão, uma alegria que seria privilégio de poucos<sup>159</sup>.

Para Policarpo, o modelo de carnaval não era harmônico como escreveram vários literatos, pois por mais que ele queira passar por um membro dessa classe de literatos e da classe senhorial, percebemos em seu discurso os momentos em que se distancia daqueles de quem procura mostrar as opiniões, sem dúvida, uma estratégia discursiva do próprio autor da série, Machado de Assis, na construção da personalidade do seu narrador. Machado, portanto, constrói um ponto de vista ficcionalizado para Policarpo, no qual este se aproxima dessa classe literária, mas com o objetivo de construir um significado para esta e de apontar suas discrepâncias, assim como vimos nessa crônica que fala sobre o carnaval.

<sup>158</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed.. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 210.

<sup>159</sup> Ibid., p. 212.

Há essa aproximação inicial de Policarpo com o modelo de carnaval defendido pelos literatos e depois o distanciamento em relação a ele. Essa relação é também apreendida em outras crônicas da série “*Bons dias!*”, como na do dia 29 de agosto de 1889, em que o assunto é o curandeirismo. Este perpassa várias crônicas da série e era assunto recorrente na imprensa, principalmente no jornal *Gazeta de Notícias*. Pereira conclui:

Este é o quadro dentro do qual Policarpo escreve sua crônica. Por querer igualar-se aos demais literatos do período, restaria ao relojoeiro aceitar acriticamente essa espécie de consenso. Ele tenta, assim, reafirmar aquelas imagens da festa que embasavam os sentidos gerais atribuídos a ela pela maioria dos poetas e romancistas do período. A atitude de Policarpo, entretanto, serve apenas de gancho para que Machado pudesse indicar seu questionamento a uma série de princípios que fundamentam a construção dessa imagem do carnaval. Mais do que discordar de uma certa representação construída para a festa, ele minava os seus próprios pressupostos, alvos frequentes de seu olhar crítico e irônico...Machado parece indicar, assim, que, se a ideia de inversão pode realmente fazer parte dos dias de carnaval, ela é o fruto da visão de um grupo social específico, não podendo ser generalizada para a sociedade como um todo.<sup>160</sup>

Na crônica do dia 29 de agosto de 1889, Policarpo fala sobre os curandeiros, mais especificamente sobre Tobias Figueira de Melo. Ao iniciar a crônica, ele nos diz:

Hão de fazer-me esta justiça, ainda os meus mais ferrenhos inimigos; é que não sou curandeiro, eu não tenho parente curandeiro, não conheço curandeiro, e nunca vi cara, fotografia ou relíquia, sequer, de curandeiro. Quando adoeço não é de espinhela caída, coisa que podia aconselhar-me a curandeira; é sempre de moléstias latinas ou gregas. Estou na regra; pago impostos, sou jurado, não me podem arguir a menor quebra de dever público.<sup>161</sup>

Policarpo começa a crônica esforçando-se para provar seu distanciamento das práticas de curas não ocultas, nesse caso, o curandeirismo. Aqui, mais uma vez se identifica com as opiniões da classe médica, que criticava as práticas dos curandeiros, e com as pessoas que se diziam “civilizadas” e de “bem” e que não mantinham relações com os curandeiros. Policarpo diz que sofria apenas de doenças latinas e gregas, e que estas deveriam ser tratadas por médicos. Um curandeiro parecia poder diagnosticar doenças simples, como, por exemplo, segundo o próprio narrador, “espinhela caída”, mas não podia aconselhar sobre doenças sérias<sup>162</sup>. Ainda segundo Policarpo:

<sup>160</sup> PEREIRA, op. cit., p. 200-201.

<sup>161</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 29 de agosto de 1889.

<sup>162</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 102.

Sou obrigado a dizer tudo isso, como uma profissão de fé, porque acabo de ler o relatório médico acerca das drogas achadas em casa do curandeiro Tobias. Saiu hoje; é um bonito documento. Falo também porque outras muitas coisas me estimulam a falar, como dizia o curandeiro-mor, mal das vinhas chamando, que já lá está no outro mundo. Falo ainda, porque nunca vi tanto curandeiro apanhado, o que prova que a indústria é lucrativa. Pelo relatório se vê que Tobias é um tanto Monsieur Jourdain, que falava em prosa sem o saber; Tobias curava em línguas clássicas. Aplicava, por exemplo, solanumargetum, certa erva, que não vem com outro nome; possuía umas cinqüenta gramas de aristolochiaappendiculata, que dava aos clientes; é a raiz de mil-homens. Tinha, porém, umas bugigangas curiosas, esporões de galo, pés de galinhas secos, medalhas, pólvoras e até um chicote feito de rabo de raia, que eu li rabo de saia, coisa que me espantou, porque estava, estou, e morrerei na crença de que rabo de saia é simples metáfora. Vi depois que era rabo de raia. Chicote para que? Tudo isto, e ainda mais, foi apanhado ao Tobias, no que fizeram muito bem, e oxalá se apanhem as bugigangas e drogas aos demais curandeiros, e se punam estes como manda a lei...A minha questão é outra, e tem duas faces. A primeira face é toda de veneração; punamos o curandeiro, mas não esqueçamos que a curanderia foi a célula da medicina. Os primeiros doentes que houve no mundo, ou morreram ou ficaram bons. Interveio depois o curandeiro, com algumas observações rudimentárias, aplicou ervas, que é o que havia à mão, e ajudava a sarar ou a morrer o doente. Daí vieram andando, até que apareceu o médico...Eu tenho um sobrinho, estudante de medicina, a quem digo sempre que o curandeiro é pai de Hipócrates, e sendo meu sobrinho filho de Hipócrates, o curandeiro é avô do meu sobrinho; e descubro agora que vem a ser meu tio, fato que eu neguei a princípio.<sup>163</sup>

Polícarpo comenta sobre o relatório do exame clínico legal feito em diversas drogas e líquidos que eram ministrados pelo curandeiro Tobias Figueira. A *Gazeta de Notícias* do dia 28 de agosto de 1889 traz a notícia desse relatório revelando que não foram encontradas nos líquidos substâncias tóxicas, mas que entre eles havia vegetais e preparados de plantas medicinais, alguns de ação energética, que não podiam sem perigo ser administrados ou propinados por curandeiros. Dizia ainda que entre as bugigangas encontradas em grande embrulho pertencente ao curandeiro havia um chicote de 63 centímetros de comprimento com as pontas gastas talvez pelas aplicações feitas aos clientes.<sup>164</sup>

<sup>163</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 29 de agosto de 1889.

<sup>164</sup> *Gazeta de Notícias*, 28 de agosto de 1889. Essa notícia também apareceu no jornal *Diário de Notícias* do dia 28 de agosto de 1889. Gledson, em seu livro “Bons dias!”, na introdução e nas notas em análise dessa crônica, ressalta que provavelmente Machado de Assis leu essa notícia no jornal *Diário de Notícias*, o que acreditamos ser uma afirmação coerente pelos próprios comentários na crônica. Citaremos essa notícia do referido jornal na íntegra. A coluna chama-se “O curandeiro”:

“O curandeiro Tobias, de quem esta folha, como toda a imprensa, tanto tem tratado, é um desses indivíduos atrevidos, que nada poupam para alcançar os seus fins, isto é: especular com os...tolos. O homem prometia tirar o demo do corpo dos ingênuos e para isso dava-lhes tremendas sovas (o pândego) com um chicote original: uma cauda de raia, cheia de umas tantas virtudes especiais. Os médicos de polícia, encarregados de proceder a exame nas drogas de que se servia Tobias para curar os seus consultantes, apresentaram o seguinte relatório: Recebemos da secretária da polícia da corte, acompanhando o ofício n. 6206, um embrulho de ervas, duas garrafas e dois vidros, que foram encontrados em poder do curandeiro Tobias Figueira de Mello, que, com esses ingredientes, estava tratando a nacional Rosalina Maria da Conceição, afim de proceder a análise e dar relatório para ser

Analisando o restante da crônica, percebemos que, por mais que Policarpo quisesse passar a impressão de que compactuava com a perseguição aos curandeiros, opinião consensual da classe médica da época, retirando dele mesmo qualquer proximidade com esse grupo, ao mesmo tempo dizia também reconhecer que as práticas destes haviam sido importantes para o Império, principalmente se considerarmos que a medicina demorou a ser institucionalizada no Brasil. Portanto, aqui percebemos essa relação de aproximação e distanciamento do narrador em relação à classe médica e aos médicos higienistas.

Durante todo o decorrer do Império brasileiro, com o objetivo de conseguir maior prestígio entre as autoridades brasileiras e a população em geral, os médicos tentaram estruturar e fazer com que a medicina fosse a única forma legítima da arte de curar, em detrimento de tantas práticas de curas que existiam. Para que a medicina conseguisse esse *status*, os médicos, além de realizar reformas e melhorias no interior da ciência, deveriam combater qualquer outra prática que não fosse considerada científica, mais especificamente, deveriam combater os curandeiros e suas práticas. Os curandeiros eram vistos como uma verdadeira ameaça aos médicos, justamente porque suas práticas eram bem conhecidas e solicitadas. Com o intuito de fortalecer suas corporações, os médicos fundaram em 1929 a Sociedade de Medicina da Corte que, em 1835, passou a se chamar Academia Imperial de Medicina.

Lá reunidos, travaram diversas batalhas para obter legitimidade para sua ciência e influência junto às autoridades do governo. Longe de ser uma tarefa simples, a consolidação daqueles representantes da medicina científica como influentes e poderosos diante da sociedade foi um processo conflituoso e lento, atravessado sempre por novas dificuldades não imaginadas pelos doutores.<sup>165</sup>

---

transmitido ao subdelegado da freguesia de Santana. O embrulho a que se refere o ofício era de grandes dimensões, estava amarrado e continha: Um pacote de folhas de *volanuminsidusium*, pesando 270 grammas; Um pacote de folhas de *volanumargentium*, pesando 70 grammas. Dois pedaços de raiz de *milhomens* (*aristolochiaappendiculata*), pesando 50 grammas; Um fragmento de raiz de *singibreofficinale*, pesando 40 grammas; Um embrulho com uma porção de resina de pinho e um resto de vela de cera; Um caramujo grande; um pé de galinha seco, dois breves, tendo dentro livros de Santa Barbara; um outro com pele de cobra, dois esporões de galo; 8 conchas envolvidas em pano encarnado; 4 rosários de contas com medalhas; um polvarinho com pólvora, um chicote feito de causa de raia (raja clavato), tendo 63 centímetros de comprimento e a extremidade, que servia de cabo, envolvida em pano, estando a outra já gasta, talvez pelo uso. Garrafas: A primeira que examinamos trazia 800 grammas de um líquido de cor amarelo esverdeado, de cheiro característico de pipi ou guiné (*petiveriatetandra*). No fundo da garrafa viam-se pedaços, perfeitamente reconhecíveis, da raiz desta planta. O conteúdo era um hidroleo deste vegetal, sem substância tóxica e só com pequena porção de álcool. A outra garrafa estava cheia de um líquido de cheiro característico de guiné ou pipi. Era um hidróleo do vegetal, não tendo nenhuma substância tóxica... Dos exames, tiramos a seguinte conclusão: Entre os objetos diversos, de uso do charlatão ignorante, há vegetais e preparados de plantas medicinais, alguns enérgicos, que não podem ser administrados ou propinados por curandeiro, máximo para uso interno”. Assinado: Dr. Antonio Maria Teixeira. Ver: *Diário de Notícias*, 28 de Agosto de 1889.

<sup>165</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 24-25.

Sem dúvida, a maior dificuldade encontrada por esses médicos eram as práticas ilegais da medicina. Os médicos formados em faculdades praticamente não existiam no início do século XIX; eram os curandeiros, os barbeiros sangradores, os benzedeiros e outros os agentes de cura que existiam no Brasil, conforme já foi dito anteriormente.<sup>166</sup> Segue trecho da crônica que exemplifica a opinião de Policarpo a respeito dos curandeiros, opinião que não parecia tão ferrenha quanto a dos médicos higienistas.

Punamos o curandeiro, mas não esqueçamos que a curandeira foi à célula da medicina. Os primeiros doentes que houve no mundo, ou morreram ou ficaram bons. Interveio depois o curandeiro, com algumas observações rudimentárias, aplicou ervas, que é o que havia a mão, e ajudava a sarar ou a morrer o doente. Daí vieram andando, até que apareceu o médico. Darwin explica por modo análogo a presença do homem na terra. Eu tenho um sobrinho, estudante de medicina, a quem digo sempre que o curandeiro é pai de Hipócrates, e sendo o meu sobrinho filho de Hipócrates, o curandeiro é avô do meu sobrinho; e descubro agora que vem a ser meu tio, fato que eu neguei a princípio. Também não borro o que lá está.<sup>167</sup>

Gabriela dos Reis Sampaio, ao analisar essa crônica, mostra que Policarpo se contradiz e acaba confessando que tem, sim, parentesco com curandeiros, embora tenha negado tal fato no início da crônica. Embora o texto do narrador pareça contraditório, Sampaio afirma que o narrador da crônica sabia exatamente sobre o que estava falando. Segundo a historiadora, o narrador parecia querer acompanhar a opinião da classe médica e o movimento de modernização do país em direção à ordem, ao progresso e aos novos hábitos tão louvados pelos higienistas, mas há também nas crônicas de Policarpo, e principalmente nas que tratamos sobre o curandeirismo, uma determinada denúncia das atitudes das autoridades que tentavam impor seus padrões e valores científicos como norma, passando por cima de antigas tradições e hábitos que eram tão arraigados em diversos grupos sociais. Para Sampaio:

Machado de Assis realiza, através do estranhamento de Policarpo, uma severa crítica às atitudes repressivas dos higienistas, que taxavam o diferente de inferior, bárbaro ou atrasado para justificar sua dominação e para garantir sua posição, afastando a ameaça daquela “lucradora indústria”, se tinham lucro é porque eram muito procurados; se o eram, ameaçavam a classe médica, que ainda não tinha conseguido conquistar a confiança das pessoas em seus tratamentos.<sup>168</sup>

<sup>166</sup> SAMPAIO, op. cit., p. 25.

<sup>167</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 29 de agosto de 1889.

<sup>167</sup> Ibid., p. 296.

<sup>168</sup> SAMPAIO, op. cit., p. 104.

Notamos que Policarpo ora concorda com os higienistas e condena as práticas dos curandeiros, ora reconhece o valor dos últimos. E é inegável que, como já foi dito acima, a classe médica ainda não era uma classe que tinha conseguido se legitimar como tal. Havia muita divergência entre os médicos, o que talvez não permitisse a população de uma forma geral, e nesse caso podemos incluir nosso narrador Policarpo, uma opinião totalmente formada e coerente a respeito dos acontecimentos e principalmente a respeito dos médicos higienistas.

Podemos dizer, portanto, que as visões de Policarpo são ficcionalizadas por Machado de Assis, para que ele pudesse comentar e se posicionar diante dos vários assuntos que permeavam o cotidiano. A aproximação de Policarpo com as opiniões do vencedor também o aproximam não somente da classe letrada da época, mas da classe médica e senhorial. Mesmo quando o distanciamento do narrador não fica explícito na crônica, devemos perceber que Machado de Assis, ao fazer com que Policarpo apenas mostrasse as opiniões da classe urbana, da elite literária, médica ou senhorial sem ressaltar essa relação de aproximação e distanciamento, permite que interpretemos tal forma de ação como uma estratégia do autor das crônicas, que com seu tom irônico estabelece essa dubiedade das opiniões de Policarpo.

No capítulo “A arte de alinhar histórias, a série “A + B”, de Machado de Assis”, do autor Sidney Chalhoub, há a discussão sobre se os conteúdos das crônicas são ideias de personagens-narradores criados por Machado de Assis ou se são do próprio literato. Chalhoub faz um questionamento:

São narradores com desenvoltura própria, como Brás Cubas ou Dom Casmurro, por exemplo, ou são personalidades “fracas, por assim dizer, ventríloquos (ainda que irônicos) de seu autor, Machado de Assis?”<sup>169</sup>

Essa pergunta, segundo Chalhoub, é de extrema importância, pois indica de que maneira os textos de Machado de Assis devem ser interrogados para se buscar as intenções do autor e o que ele pensava sobre assuntos cotidianos. É importante assim para sabermos como lidar com o testemunho de Machado a respeito dos acontecimentos da época e da sociedade em geral.

Para Chalhoub, em alguns temas da série encontramos certa aproximação e afastamento de Policarpo em relação a Machado de Assis. O autor aponta dois exemplos retirados das crônicas “*Bons dias!*”. Um exemplo de aproximação entre as opiniões da série e

---

<sup>169</sup> CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série A+B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 67.

de Machado ocorre nas crônicas em que o assunto principal é a medicina. Policarpo, a princípio, parece reproduzir as opiniões dos médicos higienistas e das autoridades públicas que no século XIX criticavam as tradicionais práticas dos curandeiros.

Chalhoub menciona a crônica do dia 14 de junho de 1889 para confirmar seu argumento do narrador que ora se aproxima, ora se afasta de Machado. O assunto abordado por Policarpo é o curandeirismo. Ele faz referência justamente a esse embate que acontecia no século XIX em relação às práticas dos curandeiros, e é bem enfático ao afirmar que estes estavam sofrendo uma verdadeira perseguição. “Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão”.<sup>170</sup>

Policarpo cita que os curandeiros estavam sofrendo uma perseguição por parte da imprensa que, segundo Gabriela Sampaio, “em sua missão pedagógica de ‘persuasão’ e ‘doutrinação do povo’, deveria agir, cobrando das autoridades que cumprissem seus deveres e acabassem com aquele ‘mal’, deixando de ser ‘condescendentes’ com o curandeiro”.<sup>171</sup> É importante notar que, mesmo que os curandeiros, como bem diz Policarpo, estivessem sendo perseguidos, não podemos deixar de notar a última frase do narrador: “O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão”. Essa frase nos diz muito, pois como é possível os curandeiros sofrerem tanta perseguição por parte dos políticos, médicos higienistas e da imprensa e ainda possuírem o governo da multidão? Essa resposta, talvez, possa nos ser dada levando-se essa discussão para o âmbito da própria imprensa.

Os jornais do Rio de Janeiro do século XIX publicavam quase diariamente as discussões e os embates entre os médicos higienistas, que discordavam sobre as causas das doenças e os diagnósticos destas. Esses doutores se acusavam publicamente uns aos outros de matarem seus pacientes por não terem feito o tratamento adequado, o que sem dúvida foi um motivo contundente para que as pessoas demorassem tanto para confiar neles ou mesmo para procurá-los em caso de doença, pois ainda confiavam nos procedimentos dos curandeiros.

Para Chalhoub, Policarpo, ao dizer que os curandeiros ainda detinham o poder da multidão, “parecia duvidar da noção de que os curandeiros deixariam de existir por força, como acreditavam aqueles fiéis a concepções lineares e evolucionistas da história”.<sup>172</sup> Justamente por essa falta de consenso entre os higienistas, Policarpo se aproxima das opiniões

<sup>170</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 14 de junho de 1889.

<sup>171</sup> SAMPAIO, op. cit., p. 22.

<sup>172</sup> CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série A+B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 68.

de Machado de Assis, que se mostrava cético em relação às ideologias científicas correntes à época. Segundo Chalhoub, “aqui podemos considerar irrelevante a distância entre autor e narrador, entre criador e criatura”.<sup>173</sup> O vaivém do personagem permitia uma maior liberdade para discutir sobre os mais variados assuntos políticos e sociais. Policarpo permanecia envolvido nas indeterminações dos acontecimentos e do processo social sobre o qual Machado refletia e do qual participava.

Chalhoub acredita que se deve assim considerar que há várias maneiras e possibilidades de se fazer a leitura da mesma série de crônicas. O que devemos fazer é analisar cada texto em particular, procurar entrecruzar as fontes, observar os nexos entre os assuntos e verificar tudo isso na empiria da série.<sup>174</sup> Portanto, para o autor, deve-se fazer um estudo mais aprofundado das séries, para que os leitores consigam distinguir Machado de Assis de seus narradores ficcionais.

Aprofundando-nos, portanto, na figura de Policarpo, considerando características que este demonstra ter em toda a série – como, por exemplo, uma característica própria, já apontada por Chalhoub: a ambiguidade de algumas opiniões, ou seja, o fato de que procura mostrar os dois lados da moeda –, podemos constatar que ele não foge de apresentar várias opiniões semelhantes às da classe senhorial. Aqui concordamos com o argumento de Leonardo Pereira e Sidney Chalhoub,<sup>175</sup> que afirmam que Policarpo procurava se identificar com o mundo e as opiniões da classe senhorial, mas, por ora, aparece em seu texto um duplo sentido, porque por mais que se esforçasse para fazer parte da classe senhorial urbana, ele demonstrava semelhanças com a opinião das classes mais subalternas.

Por isso, as crônicas devem ser lidas nas entrelinhas e com cautela, para assim percebermos os jogos ficcionais estabelecidos nela. No estranhamento e afastamento de Policarpo em relação à elite urbana da época é que podemos encontrar a crítica de Machado de Assis, e às vezes, a opinião deste em relação aos vários assuntos que escolheu abordar em seu texto. Na crônica de dia 19 de maio de 1888, esse argumento fica evidente, já que Policarpo, do início ao fim, como vimos, passa-se por um senhor de escravos que exalta sua atitude em libertar seu escravo do começo ao fim da crônica. Ou seja, fica clara a aproximação de Policarpo com esse senhor ao se passar por ele, mas a relação de distanciamento não fica evidente, já que quem narra supostamente é um senhor de escravos.

---

<sup>173</sup> CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série A+B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 68-69.

<sup>174</sup> Ibid., p. 70.

<sup>175</sup> Para Chalhoub, Policarpo tentava se identificar com as ideias e visões de mundo da classe senhorial. Ver: Ibid. p 68.



Por isso, nesse caso, é necessário que percebamos a ironia e o objetivo de Machado nessa crônica.

Em crônica do dia 19 de maio de 1888, Policarpo reproduz outra vez o discurso e as opiniões da elite senhorial. Não devemos perder de vista o argumento levantado por Pereira, de que as opiniões contidas na série não são de Machado de Assis, mas sim de Policarpo. Machado utiliza essa característica do relojoeiro para assim discutir e comentar as contradições, discrepâncias e opiniões dessa elite. Na crônica do dia 19 de maio do mesmo ano, além de relatar e difundir a opinião e a atitude de um membro da elite senhorial, também nos aponta a metáfora do relógio, que nos permite perceber que essa foi uma ideia que passou várias crônicas da “*Bons dias!*”, criando um fio condutor para os assuntos da série.

Quando Policarpo nos diz que “vivia como uma peteca”, revela o quanto esse personagem e o próprio Machado de Assis estavam totalmente inseridos na indeterminação do seu tempo, embora seja importante ressaltar que, apesar da ambiguidade às vezes presente na fala do nosso narrador, este possui um olhar crítico e contundente acerca do Brasil do século XIX, portanto, no decorrer das crônicas, por mais que nosso narrador diga que não sabe de que lado ficar, ou mesmo que vive como uma peteca, ele sempre consegue trazer significados aos leitores sobre o cotidiano. Se ele “vivia como uma peteca” era justamente porque, apesar de ser um narrador que procurava estar do lado das opiniões de uma classe senhorial, de fato não fazia parte desta, portanto, sabia muito bem atribuir significados aos acontecimentos correntes que trazia para seus leitores.

Assim, por mais que Policarpo queira se aproximar das opiniões da classe senhorial e urbana, seu estranhamento está sempre presente em relação a algumas atitudes desta. A grande percepção de Machado de Assis foi criar um personagem que “passaria” por um integrante da classe senhorial, mas que não fazia parte dela, por isso conseguia comentar ironicamente os acontecimentos envolvendo essa classe.

Machado de Assis definiu características para a personalidade de Policarpo, permitindo que seus leitores dessem credibilidade a ele quando comentava sobre os mais variados assuntos. Apesar de ser um relojoeiro, é importante frisar que ao ler e analisar cada crônica em particular e depois ao inseri-la na série como um todo, percebemos características inerentes do narrador. Policarpo, apesar de ser um “pobre relojoeiro”, como o mesmo diz em crônica do dia 5 de abril de 1888, tem um vasto conhecimento literário, cita Gogol, Molière, Shakespeare e faz várias citações em latim, alemão e francês, mesmo pertencendo a uma posição social inferior, ou seja, essas características foram pensadas por Machado de Assis para aproximá-lo cada vez mais da classe senhorial e da elite letrada da época, mas com o

objetivo de questionar as opiniões desta. Ademais, essas qualidades atribuídas a Policarpo também o aproximam por diversas vezes das opiniões do próprio Machado.

O jogo ficcional que Machado de Assis construiu para as crônicas e para Policarpo é justamente este: o narrador escolhe o lado dos vencedores, não ousa afrontar as opiniões destes, mas, por ora, discordava dessas opiniões. Nas crônicas percebemos esse jogo do narrador. “Policarpo é, assim, alguém que tenta colocar-se em uma posição na qual não está, tenta ser o que não é, ansiando por ver o mundo através da visão dos outros”.<sup>176</sup>

Concordamos com a perspectiva já levantada por Pereira, além de considerarmos algumas características que para nós norteiam várias crônicas da série “*Bons dias!*”. A metáfora dos relógios desacetados foi um modo que Machado encontrou para discutir e criticar a elite letrada, médica, senhorial e urbana da qual Policarpo procurava se aproximar.

Como um personagem que quer se passar por um membro da classe senhorial, mas que na verdade não pertencia a essa classe, Policarpo consegue transitar entre esses dois polos. Assim, acreditamos que ele tem como objetivo passar por membro dessa classe apenas para denunciar os abusos e opiniões desta. Portanto, Policarpo é um personagem que, por ora, como já dissemos, é ambíguo.

Por fim, é importante destacarmos que, apesar de discordarmos da bibliografia referente ao pseudônimo da série “*Bons dias!*”, atribuímos como narrador das 49 crônicas da série Policarpo, mesmo quando há o jogo ficcional em que este finge se passar por outra pessoa com o intuito de abordar determinados assuntos.

---

<sup>176</sup> PEREIRA, Leonardo, A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004, p 193-194.

### CAPÍTULO III: A ABOLIÇÃO NA SÉRIE DE CRÔNICAS “*BONS DIAS!*”

#### 3.1 Introdução

Neste capítulo serão analisadas as crônicas da série “*Bons dias!*” que abordam temas referentes à abolição. Nosso objetivo é entender o posicionamento de Machado de Assis, ou seja, suas questões, ideias, opiniões, discordâncias a respeito dos vários significados da abolição e dos principais acontecimentos que norteiam o final do século XIX. A série “*Bons dias!*” nos ajuda a justificar as ideias de Machado de Assis acerca da abolição, já que suas crônicas debatem as principais questões acerca de tema.

Apesar de considerarmos que por intermédio de Policarpo Machado discutia tais questões, devemos destacar que a interpretação desse período histórico deve ser lida pensando-se na relação entre o narrador da série e o autor, ou seja, devemos fazer um exercício crítico de interpretação de cada crônica, para assim compreendermos em que momentos a distância entre a opinião de Machado e de Policarpo é irrelevante.

Nesse caso, é de extrema importância entender o posicionamento de Policarpo diante das discussões sobre a abolição e nos atermos às características atribuídas a esse personagem e à personalidade dele, já analisadas por nós no segundo capítulo deste trabalho. Dessa forma poderemos entender a crítica de Machado de Assis à abolição e como a crônica foi para ele um instrumento político para dar significados a esse acontecimento. Vimos que Policarpo se identificava com alguns posicionamentos e opiniões da elite, mas também em alguns momentos se distanciava desta, e é quando há essa brecha que podemos perceber o desconforto, a ironia e o estranhamento desse narrador e enxergar a crítica de Machado de Assis em relação aos debates em torno da abolição.

O diálogo da série com o jornal *Gazeta de Notícias* é essencial, pois como veremos adiante, algumas notícias comentadas por Policarpo apareceram nesse periódico, e não somente as referentes à abolição, mas também relativas a vários assuntos do cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX. As crônicas possuem uma estreita relação com as notícias dos periódicos nos quais eram publicadas, valendo-se, para isso, de um tom leve, que atraiu o

leitor.<sup>177</sup> Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, os debates em torno da abolição se intensificaram nos anos de 1887 e 1888. Destacamos as principais propostas no parlamento e em alguns periódicos sobre a emancipação dos escravos e, conforme já dito, a imprensa interveio nesse período cobrando do poder público que este resolvesse a questão servil, já que o número de revoltas e fugas preocupava não somente a imprensa, mas a população de uma forma em geral.

Além de cobrar do senado e da Câmara Municipal medidas referentes a essa questão, vimos que alguns órgãos da imprensa discutiam os projetos de lei apresentados com o objetivo de pôr fim à escravidão. A *Gazeta de Notícias* participou ativamente dessas discussões, não somente noticiando a desorganização da instituição escrava, mas também se posicionando diante as leis que propunham a abolição.

Machado de Assis publicou nesse periódico desde o início da década de 1880. Por isso é importante que conheçamos mais do que a relação entre a *Gazeta* e o autor, compreendendo também o posicionamento ideológico e/ou político que o periódico dizia adotar,<sup>178</sup> o posicionamento do autor em relação ao jornal e as estratégias de escrita empregadas, para investigarmos em que medida ele partilhava das ideias políticas acerca da abolição defendidas pela *Gazeta*. Neste sentido, compreende-se que o traço político do jornal é definido por seu editorial, a cargo de Ferreira de Araújo nesse período.<sup>179</sup>

As crônicas devem ser pensadas levando-se em consideração a série como um todo, para que assim possamos compreender a narrativa e as ideias de cada crônica em particular. Essa análise relacionada ao contexto social do período, envolvendo os assuntos que iremos problematizar neste trabalho, confere unidade à série, já que os assuntos que serão comentados por Machado de Assis por intermédio de Policarpo envolvem desde a discussão do projeto da abolição até mesmo a crise do regime monárquico, as várias mudanças na cidade do Rio de Janeiro após a abolição, o destino dos libertos e as várias opiniões acerca desse processo histórico. Podemos dizer, portanto, que os assuntos que compõem a série de

---

<sup>177</sup>CHALHOUB; NEVES; PEREIRA; Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 12-13.

<sup>178</sup> Já destacamos várias características da *Gazeta de Notícias* no capítulo 1 deste trabalho, além da forma como esse periódico tratou dos assuntos referentes à abolição. Dentre algumas características do jornal já destacadas, lembramos: apreocupação do editorial em garantir a presença de literatos e seus escritos nas colunas da folha; a defesado ideal de modernidade, conhecida pelo seu constante incentivo à literatura, tendo preferência por textos mais simples e ligeiros; e a defesado discurso imparcial e de neutralidade política.

<sup>179</sup> Ferreira de Araújo era um dos donos do jornal *Gazeta de Notícias*, e juntamente com Elísio Mendes e Manoel Carneiro fundou o jornal em agosto de 1875. Ferreira de Araújo permaneceu no comando desse jornal até 1900, ano de sua morte.

crônicas “*Bons dias!*”, juntamente com nossa escolha de análise para este trabalho, nos permitem pensar nesta como uma unidade.

Nesse caso, não podemos considerar apenas as características do procedimento narrativo, ou seja, a forma da crônica como ela é apresentada ao leitor para atribuir caráter de unidade à série. Devemos nos lembrar de que mais do que a forma do texto, o que concerne unidade às crônicas são também as ideias de Machado de Assis mediadas por Policarpo acerca dos debates sobre a abolição. Perceberemos essa unidade, que vai além da forma na empiria e na análise das crônicas, na interpretação das que discutem a abolição e entendendo o posicionamento político de Machado acerca dos debates então vigentes sobre o fim da escravidão.

Desde o início dos anos de 1880 os debates em torno da abolição tornaram-se mais urgentes, principalmente se levarmos em consideração o avanço do movimento abolicionista nesse período e os debates em torno da Lei dos Sexagenários em 1885. As questões mais candentes que podemos acompanhar na *Gazeta de Notícias* são aquelas que de alguma forma envolviam a abolição. No primeiro capítulo deste trabalho, acompanhamos vários projetos parlamentares que propunham o fim da escravidão no ano de 1887, além de, no ano de 1888, a chamada do ministério conservador de João Alfredo para resolver de vez a questão servil. Esses fatos eram comentados e discutidos não somente pela *Gazeta de Notícias*, mas por vários periódicos do século XIX.

Os principais assuntos referentes à abolição que encontramos nas colunas da *Gazeta* referem-se a como seria feita a reforma da abolição; se ela viria acompanhada de indenização aos senhores de escravizados; se haveria incentivo por parte do governo à imigração; se a concessão de créditos agrícolas para os senhores que já estavam concedendo liberdade aos seus escravizados seria feita; como se dava o notável crescimento de adeptos do partido republicano; o papel dos abolicionistas nas libertações de escravizados; e as disputas pessoais e retóricas do Partido Liberal e Conservador. Todos esses assuntos aparecem na pena de Machado de Assis na série “*Bons dias!*”.

Os assuntos que nos interessam neste trabalho, conforme já dito, são os referentes à abolição. Neste capítulo analisaremos as crônicas que abordam essa temática. Com a análise da série como um todo entendemos que as crônicas por nós escolhidas tratam diretamente das discussões sobre a abolição e das consequências desse ato. Nosso principal objetivo é entender qual foi a intervenção de Machado de Assis nesse contexto de discussão da abolição.

Analisaremos as crônicas a fim de melhor entendermos o posicionamento de Machado e de Policarpo a respeito dos últimos acontecimentos que envolveram a Lei Áurea.

Delimitaremos a posição ideológica do nosso narrador, compreendendo de que forma ele interpreta a realidade social da época e em que esse olhar contribui para que nós, historiadores, tenhamos uma visão do posicionamento de Machado por intermédio de Policarpo, e o que representou a abolição. Ademais, as opiniões de ambos serão entendidas juntamente com outros posicionamentos de jornalistas que também escreviam na *Gazeta*, pois entendemos que esse jornal era muito mais que um simples espaço no qual as crônicas eram publicadas. Machado de Assis era um leitor ávido deste e em várias crônicas notaremos que o narrador criado por ele dialoga com notícias que eram publicadas ali por outros colaboradores.

Esse diálogo permitir-nos-á interpretar e entender melhor tanto os assuntos abordados na série “*Bons dias!*” quanto o posicionamento do narrador desta e de Machado de Assis em relação aos bastidores da abolição da escravidão e as várias opiniões referentes a esse fato. Quando falamos que havia várias opiniões acerca desse período estamos nos referindo à opinião dos abolicionistas, dos liberais, dos conservadores, dos escravos, dos senhores de escravos, da monarquia e da população do Rio de Janeiro de uma maneira geral. Vejamos as crônicas nas quais os assuntos referentes à abolição aparecem como tema central.

### 3.2 Crônicas inscritas nos debates sobre a abolição

A primeira crônica da série é a do dia 5 de abril de 1888, e o que encontramos *a priori* são os cumprimentos de Policarpo, que embora não revele seu nome, fala sobre sua profissão, dizendo que é um “ex-relojoeiro” que descreu do ofício, pois estava cansado de ver que todos os relógios do mundo não marcavam a mesma hora. Os cronistas no século XIX, quando iam começar uma série de crônicas, geralmente apresentavam um programa, ou seja, de início já mostravam um pouco de seu posicionamento político e social e o tom que iriam adotar nas crônicas. Policarpo afirma que não traz programa, que é melhor vir uma vez por semana com seus “*Bons dias!*” na boca, mas de bico calado, referindo-se a um discurso proferido no dia 24 de março de 1888 no clube Beethoven.<sup>180</sup> Segue o trecho da crônica:

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar

<sup>180</sup> O clube Beethoven era um lugar onde aconteciam grandes concertos, sendo que Ferreira Vianna era presidente deste.

um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, pouretonnerlebourgeois; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos.) de Bismarck. O príncipe de Bismarck tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado imperador, e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O parlamento e o país viram só o resto. Deus fez programa, é verdade (E deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida etc. Gênesis I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao criador nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a sua gaforinha são obra do diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus crêem-se filhos do céu, tudo por causa do versículo da Escritura.<sup>181</sup>

Esse discurso ao qual Policarpo se refere é bastante significativo, e foi proferido por Ferreira Vianna<sup>182</sup> durante um banquete em sua homenagem, que deixava a presidência daquele clube para, a partir daquele momento, assumir o cargo de ministro da Justiça do gabinete conservador de João Alfredo. Vianna anunciou a todos que lá estavam, inclusive a Machado de Assis, que a escravidão seria abolida sob o comando daquele gabinete. Sem dúvida, tal discurso suscitou curiosidade geral, pois as pessoas esperavam que Vianna, mais do que anunciasse que a abolição seria feita, comentasse as medidas que ela traria, já que essa era uma questão que estava sendo discutida na imprensa.

A imprensa, antes do discurso de Vianna, especulava sobre de que forma a abolição seria feita. *A Gazeta de Notícias* do dia 9 de março de 1888, em coluna chamada “*Ministério*”, ressalta que “Consta que o projeto do Sr. Conselheiro João Alfredo acerca do elemento servil terá por base a abolição imediata, ficando os libertos sujeitos a prestação de serviços por um prazo determinado e com salário”.<sup>183</sup> No dia 15 de março de 1888,<sup>184</sup> a coluna da *Gazeta de Notícias* intitulada “*O programma do Governo*” revela que o que realmente gerava curiosidade de todos era sob que condições a abolição seria feita:

<sup>181</sup> O jornal do dia 5 de abril de 1888 encontra-se totalmente danificado, não sendo possível, portanto, ler a crônica desse dia, por isso recorremos, nesse caso, ao livro de Gledson. Ver: ASSIS, Machado. “*Bons dias!*”, John Gledson (org), São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, 1900.

<sup>182</sup> Segundo Raimundo Magalhães Júnior, esse discurso acontecia num momento de transição política, quando caía um gabinete conservador, o do Barão de Cotegipe, partidário intransigente da manutenção da escravatura, e ia subir outro gabinete também conservador, mas liderado por homens decididos a continuar a obra libertadora do Visconde do Rio Branco, a quem o país ficara devendo, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Ver: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*, v.3: maturidade. Rio de Janeiro: Record, 2008.

<sup>183</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1888.

<sup>184</sup> Não há as atas da Câmara Municipal dos meses de janeiro, fevereiro e março para serem consultadas nos anais parlamentares, somente as encontramos a partir do mês de abril.

Nas cousas políticas de segunda-feira ultima, já esta folha disse, por dedução, o que se deve esperar do caráter, do espírito de coerência do organizador do gabinete e do seu prestigioso companheiro o Sr. Conselheiro Antônio Prado, em relação ao problema da escravidão. Pareceu-nos, porém, que isso era pouco para satisfazer o publico, e hoje podemos fornecer-lhe, não já hipóteses, mas informações, de boa fonte, colhidas com cuidado e perseverança, com um pouquinho de manha, que é a virtude essencial do nosso ofício, e indispensável nestes casos, porque os ministros em regra desconfiam da discrição dos jornalistas, e com boas razões. Isto, porém pouco importa ao público, o modo pelo qual nos desempenhamos do nosso encargo; o que lhe importa, é que a informação seja exata. Ora, nós respondemos pelo que vamos dizer, e em maio o publico verá se é ou não verdade. O ponto capital do programa é a abolição imediata da escravidão. Esta lei será naturalmente acompanhada de disposições colaterais, tendentes à organização e regularidade do trabalho, de modo a resguardar o mais possível a fortuna particular e publica. Os libertos serão obrigados à prestação de serviços durante um certo prazo, recebendo salário. A primeira vista, esta ideia da abolição imediata parece ousada de mais para um gabinete conservador; quem refletir, porém, verá que é a única sensata e prática. A questão chegou a um ponto em que não há mais transigir; é preciso acabar com isto, e de vez; bem recente é a lei Saraiva, e a sua inutilidade está provada, porque não era sincera, não correspondia às necessidades do tempo. E tanto o atual governo está convencido da necessidade e urgência de tratar deste assunto, que está em suas intenções apresentar o projeto no primeiro dia de sessão depois da eleição de comissões, e fazer todo o esforço, mesmo com sacrifício da retórica de seus amigos, para que a lei seja votada o mais rapidamente possível.<sup>185</sup>

Apesar de terem dito que não eram hipóteses, que haviam retirado de fonte segura as informações divulgadas sobre o projeto do governo a respeito da abolição, é certo que esse programa só seria apresentado de fato no primeiro dia de sessão, com a abertura das câmaras, que veio a ocorrer apenas no dia 3 de maio de 1888. Mas, como vimos, a *Gazeta de Notícias* já adiantava que de fato haveria a abolição imediata, mas com os senhores recebendo indenizações, que viriam em forma de trabalho dos libertos.

No dia 18 de março de 1888, em coluna intitulada “*Chronica da Semana*”, a *Gazeta* teceu elogios ao atual ministério de João Alfredo, que trazia como meta principal de seu programa a abolição, como vemos na afirmação seguinte: “e finalmente um ministério que tem a coragem de hastear uma bandeira-programa, em que está inscrito como artigo primeiro a audaciosa declaração “Fica extinta a escravidão em todo o império”<sup>186</sup>. Ademais, a imprensa divulgava como certo que o gabinete de João Alfredo iria resolver a questão da abolição, mas até o momento noticiava também que esta viria sob a forma de prestação de serviços pelos libertos.

<sup>185</sup> *Gazeta de Notícias*. 15 de março de 1888.

<sup>186</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de março de 1888.



A *Gazeta da Tarde* do dia 15 de março de 1888, na coluna “*Programma do ministério*”, também enfatizou que o governo faria a abolição, mas que os libertos seriam obrigados a cumprir determinado prazo de serviço: “A ideia capital da sua orientação será, pois, a extinção imediata do elemento servil, sujeitos os libertos a dois ou três anos de serviço”.<sup>187</sup>

De fato, portanto, o discurso de Vianna, proferido no dia 24 de março de 1888, estava gerando expectativas na imprensa e principalmente nos principais envolvidos nas discussões em torno da abolição. Vejamos o discurso proferido no Beethoven por Vianna, então publicado na *Gazeta de Notícias* do dia 25 de março de 1888:

Como é belo! Exclama o orador, há aqui homens de todas as crenças políticas, adversários de ontem; hoje como que unidos n’um pensamento comum. Quem nos dá esta força? De onde vem ela? De nós? Não! Do poder? Não! Da autoridade tão transitória como o ministério? Também não! O ministério é forte porque se inspira na humanidade, porque o seu intuito é nobilitar o trabalho, reconstruir pela lei a igualdade nas condições em que ela saiu das mãos do Criador; finalmente restituir o verdadeiro caráter à liberdade, a segurança e à propriedade. Não sabem se podem ou não levantar crítica ao governo do nobre presidente do conselho; o que afirma é que esse governo quer viver da opinião nacional e acompanhar-lhe os impulsos. O ministério presidido pelo Sr. João Alfredo, quer trabalhar na causa comum, realizar a aspiração de todos e, para desempenhar-se, esta pronto a todos os esforços e a todos os sacrifícios. Pede, portanto, a cooperação de todos que desejam o engrandecimento da pátria. Adiemos as nossas paixões e as nossas deserções para depois d’essa evolução social, reclamada por todos, e mais tarde regularizemos os partidos, com ideais políticos em conformidade com as instituições livres que temos. O ministério deseja e há de provar que é esta a sua vontade: restaurar o que for bom e estiver enfraquecido, renovar o que o abuso houver estragado, inovar o que for omissa na legislação ou incompatível com as necessidades. Na ordem mais elevada de seu pensamento, tem como resolução reparar as injustiças, restabelecer os direitos violados, acudir as enfermidades sociais e dar remédio aos males que venham da lei ou da sua má aplicação. Está convencido de que o ministério não faltará ao seu desideratum<sup>188</sup>. Parece-lhe que chegou o tempo em que já não se pode adiar: o movimento não vai do ministério para a opinião, vem da opinião para o ministério; é a nação que quer, é o ministério que a segue. Julgando o passado pelo presente, à luz viva do coração humano, pode asseverar que seria mais fácil aos oprimidos esquecerem três séculos de agonia do que apagar-se da nossa consciência o vestígio dos remorsos que devemos ter d’esse passado. Está certo de que foi a paciência e resignação dos oprimidos que não tinham senão Deus como consolação a força que venceu a indiferença dos senhores triunfantes desde a fundação do Império. Está finalmente certo de que este movimento, que é devido principalmente à resignação do escravo, há de terminar pela reconciliação de

<sup>187</sup> *Gazeta da Tarde*, 15 de março de 1888.

<sup>188</sup> Palavra de origem latina que significa “aspiração”, “desejo”.

todos, vencidos e vencedores, sob o estandarte de Jesus Cristo e da confraternidade humana.<sup>189</sup>

Para analisarmos o discurso de Ferreira Vianna e sua repercussão, consultamos outros periódicos, além da *Gazeta de Notícias*. Esse discurso foi notícia também no *Diário de Notícias*, na *Gazeta da Tarde*, na *Cidade do Rio* e em *O Paiz*. A notícia do banquete foi divulgada praticamente da mesma maneira em todos os periódicos consultados. Nas palavras de Vianna, a abolição não seria mais adiada, pois era vontade da nação que esta fosse realizada. Ele ressalta que o gabinete do qual faria parte resolveria a questão do elemento servil. Enfatizamos que o que incitava a curiosidade geral desde a subida do gabinete ao poder no dia 9 de março de 1888 era de que forma a abolição seria resolvida, ou seja, sob que condições, mas apesar de no discurso acima Vianna ter anunciado que a abolição seria feita, as propostas da lei não foram expostas.

Segundo Magalhães Júnior, durante esse discurso Vianna anunciou que a abolição seria feita sem indenização aos senhores de escravos. Como podemos ler no discurso que citamos, não há menção dessa fala de Vianna, mas por considerarmos que pode ter sido uma estratégia de cautela do periódico para não alarmar os senhores de escravos e aqueles políticos que esperavam do governo uma indenização pela perda dos seus escravos, é importante que sua repercussão seja analisada em alguns jornais, em especial no jornal escravagista “*Novidades*”, que segundo Magalhães atacou o discurso de Vianna por este ter dito que faria a abolição sem indenização. Magalhães não nos mostra de onde retirou essa informação, apenas cita o jornal em questão como exemplo de um periódico que atacou o discurso de Vianna.

Para Magalhães Júnior,<sup>190</sup> Vianna tinha sido indiscreto ao fazer seu discurso de agradecimento ao gabinete do qual faria parte, pois tal gabinete vinha para fazer a abolição imediata e sem qualquer indenização aos senhores de escravos. Logo após o discurso, que ocorreu no dia 24 de março de 1888, o jornal *Novidades* do dia 26 de março de 1888 trouxe em seu espaço do folhetim, sob o título de “*Notas Políticas*”, algumas considerações a respeito do discurso de Vianna:

As palavras do Sr. Ferreira Vianna no banquete do Beethoven repercutiram cá fora num sentimento esquisito de espanto e de dor. Pela primeira vez, o ministério tinha ocasião de patentear os seus intuitos, as suas opiniões e as suas ideias; e ansiosamente o público as esperava, alimentando a ingênua crença de que as práticas inglesas tão doutrinadas vingariam neste momento,

<sup>189</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1888.

<sup>190</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*, v 3: maturidade. Rio de Janeiro: Record, 2008.

sintetizando no brinde forçado o programa leal e sincero do gabinete. Entretanto, o discurso do Sr. Ferreira Vianna no banquete no Beethoven foi um desastre. Um desastre político e um desastre oratório. Nós devemos confessa-lo nós não esperávamos que o Sr. Ferreira Vianna tivesse a franqueza de assinalar categoricamente o programa do governo. Tínhamos certeza de que S. Ex. encontraria nos escaninhos de seu espírito as frases de habilidade com que se ilude e se transpõe uma situação. Por mais íntimo que se quisesse fazer o banquete do Beethoven, S. Ex. sabia que não ia encontrar-se com uma reunião de amigos em que pudesse disretere sem compromissos entre la poireet la fromage [entre a pêra e o queijo], mas que ia ser acareado com a nação em peso, intimativa na sua interrogação, formal na sua exigência de saber o que o ministério quer e pretende. S. Ex. julgou-se na obrigação de justificar a sua entrada para o gabinete e confessou que não podia dizer não ao Sr. Presidente do Conselho, quando para ele apelava a fim de restabelecer a ordem pública, “posta em risco por paixões anônimas, por homens sem idéias, sem sentimentos próprios que afrontavam a lei e constituíam um ultraje à cidade do Rio de Janeiro. Ninguém diria que estas palavras saíram dos lábios do ministro de um gabinete que não veio suceder, mas continuar a permanência do mesmo partido na gerência do Estado!...S. Ex. esqueceu-se de que comungando a mesma mesa achava-se um cavalheiro que, posto seja hoje esteio forte do 10 de março, foi membro proeminente do 20 de agosto. S. Ex. esqueceu-se do Sr. Rodrigo Silva; e com uma crueldade anti-cristã, teve prazer em cravar-lhe agudo punhal ao peito, lembrando a sua cumplicidade naquela situação ominosa, ora tão verberada! S. Ex. foi, pois, desastrado e cruel, porque não soube poupar a susceptibilidade de seu colega e provocou assim, quem sabe? Uma desinteligência intestina...Desde sábado, o Sr. Rodrigo Silva está incompatível com o ministério, porquanto é o próprio ministério quem o argúe de cúmplice em uma situação prenhe de calamidades, repleta de erros funestíssimos ao país, que reclamou o advento da nova era para a felicidade geral...O desastre foi voluntário e a inabilidade não teve outro fim, senão esse de patentear abertamente que o gabinete 10 de março repudia tudo e todos quantos se prenderam por qualquer forma ao 20 de agosto...Nada de positivo, nada de categórico; meias sombras de nave de igreja, meias palavras de orador sagrado desvendando um dogma e impedindo a discussão sobre ele. Como pretende o gabinete levar a efeito o programa? De que partes se compõe? Como será apresentado? Que pensa o governo da questão financeira? Para quando a libertação total? E o ministério, diante de todas essas interrogações formuladas ansiosa e imperiosamente pelo povo, fecha-se como uma porta de granito. E o Sr. Ferreira Vianna, delegado pelo gabinete para adquirir popularidade, ocupa o seu tempo em nos falar de reabilitação moral, de reparação às injustiças, de restabelecimento do império da lei, conspurcado por aquele ministério que foi o predecessor do de Sr. João Alfredo que ouviu impassível, mudo e taciturno como uma esfinge a acusação sem termo à uma situação que S. Ex não condenou como parlamentar que é.<sup>191</sup>

Como vimos na notícia, o jornal *Novidades*, de fato, assim como apontado por Magalhães Júnior, criticou o discurso de Ferreira Vianna, mas não por ele ter dito que o ministério do qual ele aceitava participar teria como medida de lei a abolição imediata e sem indenização aos senhores, mas sim porque Vianna havia criticado o gabinete conservador do

<sup>191</sup> *Novidades*, 26 de março de 1888.

Barão de Cotegipe e seus componentes, sugerindo que tal partido tinha sido composto por pessoas sem ideias, sem sentimentos próprios e que afrontavam a lei. Essa fala foi julgada pelo jornal, pois, para esse periódico, Vianna e o ministério de João Alfredo também eram do Partido Conservador. Ademais, um membro que havia feito parte do gabinete anterior (Cotegipe) estava presente no discurso, e pior, também havia sido chamado para fazer parte do novo ministério (João Alfredo).

Tratava-se de Rodrigo Silva, que no gabinete do Barão de Cotegipe foi chamado para comandar o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e sob o comando de João Alfredo foi chamado para ficar à frente do Ministério da Agricultura. O jornal, portanto, achou deselegante a atitude de Vianna de criticar o gabinete anterior e seus membros. Ao final da notícia, o *Novidades* questiona o fato de que as medidas que seriam tomadas pelo gabinete em relação à abolição não haviam sido discutidas, e aponta uma que reforça a ideia de que, de fato, Vianna não havia “falado de mais” e dito que haveria a abolição sem indenização. O jornal pergunta: “Para quando a libertação total?”, ou seja, já era sabido por toda a imprensa que a abolição seria feita, mas não se haveria a indenização por determinado prazo de serviço e até quando este se estenderia.

O *Novidades* do dia 27 de março de 1888 ainda fala sobre esse discurso em coluna intitulada “*O discurso do Beethoven*”, revelando que “O Sr. Ferreira Vianna deve à estas horas estar arrependido de ter falado de mais. S. Ex. denunciou o pensamento secreto do gabinete nesse repúdio formal e positivo que se patenteia contra todos os actos e contra todos os partícipes do ministério 20 de agosto”.<sup>192</sup>

A coluna publicada na *Gazeta* do dia 28 de março de 1888, chamada “1871-1888”, portanto divulgada após o discurso de Vianna, questiona de que forma o governo irá cumprir sua promessa e obrigar os libertos à prestação de serviços por determinado prazo. Essa coluna e esse questionamento reforçam a ideia de que realmente Vianna havia “falado de mais”, mas em relação à outra questão:

Todos os fazendeiros, felizmente se acham desiludidos das esperanças alentadas pelo Sr. Paulino de Souza; todos consideram a imediata abolição da escravidão como inevitável. A questão para eles é como irá o governo cumprir sua promessa de obrigar os emancipados à prestação de serviços por um prazo mais ou menos longo...O Sr Prado (Ministério dos Estrangeiros) ao aceitar o governo declarou, como noticiamos em nossa folha, do dia 15 do corrente, que o Maximo de serviço que exigiria não poderia passar de dois anos.<sup>193</sup>

<sup>192</sup> *Novidades*, 27 de março de 1888.

<sup>193</sup> *Gazeta de Notícias*, 28 de março de 1888.

Como podemos ler em trecho da notícia, os senhores de escravos esperavam do governo medidas para que os escravos, após a libertação, continuassem nas fazendas, como bem enfatizou a notícia, “por um prazo mais ou menos longo”. A fala de Policarpo, vista no início da crônica do dia 5 de abril de 1888 – “acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado”.<sup>194</sup> –, demonstra uma cautela aparente deste, mas não porque Vianna anunciou que seu gabinete realizaria a abolição sem indenização. Não temos como saber se Machado de Assis leu o jornal *Novidades* e a crítica deste ao discurso de Vianna. Caso tenha lido, sua cautela em dizer que não apresenta programa se justifica. O modo como a abolição aconteceria não foi revelado pelo discurso de Vianna, portanto Policarpo também pode ter falado que era melhor fazer calado, para que os seus leitores não criassem falsas expectativas sobre o assunto, justamente porque o ministro Vianna não anunciou de que forma a abolição seria feita e, sem dúvida, havia opiniões dissonantes a esse respeito.

Policarpo se compara ao príncipe de Bismarck,<sup>195</sup> que segundo ele também não trazia programa e não consultara nem o parlamento alemão para realizar suas reformas e decisões. Aliás, o único que ouvia suas ideias era o imperador alemão, mas só com a orelha direita, pois Bismarck tinha ordem deste para não repetir suas ideias à orelha esquerda, o que mostra cautela em relação à política e aos objetivos que desenvolviam. Policarpo diz que não traz programa, pois acha perigoso que uma pessoa diga claramente o que vai fazer.

Ele justifica sua atitude pelo fato de Deus ter feito programa dizendo que fez o homem à sua imagem e semelhança e que, por conta disso, apesar da fraude que os homens cometem, por causa do programa de Deus, estes se consideravam bons. Policarpo afirma que é melhor ficar de bico calado, ou seja, não manifestar programa e ter cautela, por exemplo, para falar sobre a escravidão e a abolição, mas ressalta em trecho seguinte que não fará isso, que não abrirá mão de expressar suas ideias em relação a esses acontecimentos. Como já vimos, ele tenta se esconder atrás de sua “educação”, mas na verdade não guarda nunca para si seus questionamentos sobre os mais variados assuntos. Segue trecho da crônica:

Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os bons dias na boca. Se lhe disser já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que

<sup>194</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*. 05 de abril de 1888.

<sup>195</sup> O príncipe de Bismarck foi um diplomata prussiano mais conhecido como o chanceler de ferro. Ele lançou as bases para o chamado 2º Reich, que deu aos países de origem germânica pela primeira vez a possibilidade de conhecer um estado unificado.

vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo.<sup>196</sup>

Policarpo continua a crônica explicando a descrença no seu antigo ofício de relojoeiro, enfatizando que não tem papas na língua e é para vir a tê-las que resolve escrever: “Se as tivesse, engolia-as e estava acabado”.<sup>197</sup> Sem dúvida Policarpo não tinha papas na língua ao exprimir suas opiniões. Ainda justificando a descrença no seu ofício, diz: “A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro”.<sup>198</sup> Ele sugere dar um exemplo dessa discrepância, e então percebemos que esta e seus desacertos não são apenas do relógio, ou seja, como já vimos no segundo capítulo, eles são também uma metáfora referente aos últimos acontecimentos que faziam alusão à escravidão e à abolição. Policarpo diz ainda em crônica do dia 5 de abril de 1888:

O partido liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da Chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio estava adiantado, ou a Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo? Foi por essas e por outras que descri do ofício; e na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos.<sup>199</sup>

Policarpo parece sugerir nesse trecho o descompasso entre as ideias do Partido Liberal e seu cumprimento de fato. Dantas<sup>200</sup> e Saraiva<sup>201</sup> eram membros do Partido Liberal e

<sup>196</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*. 05 de abril de 1888.

<sup>197</sup> *Ibid.*

<sup>198</sup> *Ibid.*

<sup>199</sup> *Ibid.*

<sup>200</sup> O projeto Dantas foi apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1884, encaminhado pelo deputado liberal Rodolfo Dantas, filho do então presidente do Conselho de Ministros, Manoel Pinto de Souza Dantas. Desde 1871, talvez, a “questão servil” não provocava tal acirramento de ânimos no Parlamento brasileiro. A Câmara, em sua 18ª legislatura, estava então composta predominantemente pelo Partido Liberal, mas, a despeito disso, Dantas enfrentou uma obstinada oposição que incluía membros de seu próprio partido. O projeto de Dantas sofreu grandes disposições contrárias, até mesmo de membros do Partido Liberal, principalmente porque estabelecia que os escravos com idade superior a 60 anos completos deveriam adquirir a liberdade, não prevendo a indenização para os senhores. Com a perda do apoio parlamentar, Dantas encaminhou para o Imperador o pedido de dissolução da Câmara, o que foi feito. Portanto, o projeto Dantas só foi discutido na Câmara novamente após a legislatura seguinte. Realizadas as eleições, a situação do Ministério Dantas permaneceu confusa. Mais uma vez o Partido Liberal tinha a maioria na Câmara, mas muitos deputados da chamada dissidência liberal, opositores do Projeto Dantas, retornaram aos lugares que a dissolução havia deixado vazios. A Câmara criou uma moção contra o ministério Dantas negando seu apoio; o Imperador, tendo que optar entre dissolver uma Câmara recém-eleita ou demitir um ministério que talvez avaliasse impossibilitado de arregimentar apoio consistente ao “projeto do elemento servil”, demitiu Dantas e convidou o senador José Antonio Saraiva para compor um novo gabinete. Ver: MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição*. Campinas: Ed. UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p. 30-31.

propuseram mudanças na lei referente à escravidão, que deu origem à lei de 1885, mais conhecida como Lei dos Sexagenários. É importante lembrar que Policarpo parece descrente em relação a esse descompasso do partido liberal, que como ele bem lembrou, vinha desde a elaboração da lei de 1885. Dantas, após apresentar seu projeto referente à libertação dos escravos com mais de 60 anos, foi duramente criticado por membros do próprio Partido Liberal, que até então era maioria na Câmara, com o número de 67 deputados, sendo 55 conservadores e três republicanos. Esse descompasso dentro do próprio partido explica a metáfora do relógio que não marca a mesma hora,<sup>202</sup> ou seja, nem todos os membros do Partido Liberal pareciam estar de acordo em relação à abolição da escravidão, o que torna incoerentes os princípios do partido.

O descompasso dos relógios sugerido por Policarpo pode também representar as discussões em torno da questão e, sendo a ideia da abolição tipicamente liberal, dever-se-ia chamar um gabinete liberal para resolvê-la. Como já citamos no primeiro capítulo, caso isso ocorresse, a Câmara, que tinha em sua maioria conservadores, ou deveria ser dissolvida, o que demandaria tempo para que se organizasse outro gabinete – e a questão da abolição não podia ser mais adiada – ou os liberais deveriam lidar com uma maioria conservadora. Ademais, na análise de alguns periódicos como *Diário de Notícias*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio* e *Gazeta da Tarde* alguns questionamentos em relação a isso, mas não a defesa panfletária de que era o Partido Liberal que deveria resolver a questão da abolição, pelo contrário, esses periódicos exaltavam o gabinete de João Alfredo e seus componentes, que julgavam ser qualificados para resolver a questão.

Na crônica do dia 5 de abril de 1888 Policarpo cita dois líderes do Partido Liberal, Dantas e Saraiva, para falar do descompasso dos relógios. Essa alusão poder ter referência ao jornal *Gazeta da Tarde* dos dias 13 e 15 de março, que fez uma entrevista com esses dois

---

<sup>201</sup> Saraiva pertencia às fileiras do Partido Liberal, mas gozava de um trânsito fácil entre os conservadores. Em 1885, ele foi muito bem recepcionado por boa parte dos deputados conservadores, assim como pela dissidência liberal que tanto trabalho havia dado ao Gabinete Dantas. Os deputados que haviam apoiado o Ministério Dantas, por outro lado, não tardaram a manifestar seu desagrado com relação à substituição. O projeto Saraiva foi apresentado por Pádua Fleury, deputado liberal pela província de Goiás, no dia 12 de maio de 1885. O novo “Projeto sobre a emancipação Gradual do Elemento Servil”, ou Projeto nº 1, alterou em vários pontos o Projeto Dantas. Uma das alterações mais significativas foi o estabelecimento da indenização pelos escravos sexagenários alforriados, na forma de prestação de serviços por três anos ou até completarem 65 anos de idade. Por meio de tal princípio, Saraiva pretendia transigir com os interesses dos senhores, consagrando o tão propalado direito de propriedade. No dia 14 de agosto, quando o projeto aprovado foi publicado na forma que seria remetido ao Senado, já se aventava a possibilidade de que a Câmara negasse confiança ao Ministério Saraiva. Antes que tal ideia se tornasse concreta, entretanto, Saraiva encaminhou ao Imperador um pedido de demissão. O Imperador, depois de aceitar a demissão de Saraiva, compôs um ministério de minoria liderado por um “velho fazendeiro-político pró-escravatura”, o conservador Barão de Cotegipe. Ver: MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição*. Campinas: Ed. UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p. 32-33.

<sup>202</sup> Ibid., p. 31.

líderes liberais. No dia 13, a entrevista foi com Dantas, então senador do Império no período. O jornal começa a matéria afirmando que de toda parte se ouvia o questionamento sobre qual seria a atitude dos chefes liberais diante do Gabinete João Alfredo. Segue a entrevista com esse político liberal:

– V. Ex. votará pelo projeto abolicionista do gabinete?

O Sr. Dantas respondeu:

– A minha questão é de idéias, e se o gabinete apresentar um projeto, como o meu último, submetido ao senado, ou mais adiantado, votarei por ele sem restrições e aconselharei aos meus amigos a proceder do mesmo modo.

– V. Ex. para dar esse voto ao gabinete, o faz depender de qualquer outras concessões políticas?

– Não. Como entendo que a resolução da questão servil prima a todas as outras, votarei pelo projeto do governo se for mais elaborado nas condições já indicadas, independentemente de qualquer modo de proceder político que tenha o gabinete.

– V. Ex. não entende que tal reforma deveria ser realizada pelos liberais, e que era ocasião do poder caber a estes?

– Sim, julgo que tal reforma liberal devia ser realizada pelo partido que tem este nome: mas, como acima de tudo coloco o interesse da pátria e a coerência das idéias, creio cumprir o meu dever como patriota, liberal e abolicionista, concorrendo para a vitória de uma ideia pela qual sempre me empenhei.

– E se o governo tiver projetos sobre outros assuntos, qual será a atitude de V. Ex e de seus amigos?

– Votarei por todos os projetos tendentes a realizar idéias liberais e até aplaudirei muito o gabinete se, por uma série de circunstâncias, só realizar idéias liberais. Quem nos dera que o gabinete de fato se transforme em liberal, e, mais ainda, que por uma série de acontecimentos, os atuais ministros, que são homens de mérito reconhecido, venham para o partido liberal.

– Nem o fato de fazerem parte do ministério cidadãos que tanto hostilizaram a V. Ex. e ao seu projeto, influem no seu espírito?

– Não. Só lastimo ter deixado o poder sem haver terminado definitivamente a questão servil, mas felicita-me por ver hoje convertidos as boas idéias, meus adversários de ontem.

– Não acha V. Ex. que de par com a reforma do elemento servil, pode-se levar avante outras reformas?

– Não. Entendo que essa questão deve passar antes de todas as outras e enquanto ela não for resolvida não se pode tratar de nenhum outro assunto, pois todos rendem-se, mais ou menos, a essa questão.

– V. Ex. não julga possível que, terminada essa questão pelo partido conservador, venham a transformar-se os nossos partidos políticos?

– Acho que sim e que os partidos só se organizarão definitivamente quando terminada a questão servil.<sup>203</sup>

Apesar de Dantas reconhecer que seria o Partido Liberal que deveria fazer essa reforma, não mostra oposição ao governo conservador de João Alfredo, pelo contrário, diz que apoiará qualquer reforma em prol da abolição. Ainda na *Gazeta da Tarde* do dia 22 de

<sup>203</sup> *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1888.



março de 1888, outro líder liberal citado por Policarpo é entrevistado, e questionado sobre o fato de um partido conservador estar resolvendo a questão do elemento servil, sendo essa uma ideia liberal. O jornal, antes de iniciar a entrevista, destaca: “E, por sabermos a ansiedade com que o público deseja conhecer o modo do conselheiro Saraiva encarar o atual estado de coisas, que o redator chefe desta folha procurou a S. Ex, com quem teve ontem a seguinte conversa”:

- Como está V. Ex. em relação à questão servil e ao ministério?
- Estou coerente com as idéias que enunciei ainda na sessão passada; voto por qualquer projeto abolicionista que venha da Camara dos Deputados, pois como senador do império, não me julgo com direito a opor-me ao que for votado pelo ramo legislativo mais em contato com o eleitorado.
- A questão servil pode ainda ser tratada por algum projeto anódino que prolongue a escravidão por algum tempo?
- Não. Qualquer resistência é inútil e ineficaz. O projeto deve ser o mais resumido possível e extinguindo a escravidão por uma vez.
- O que pensa V. Ex da ideia de obrigar libertos a três anos de serviços remunerados pelos ex-senhores?
- Penso que tal medida é absurda. De que modo se há de obrigar homens livres a trabalhar em certo e determinado lugar quando hoje já não se pode fazer isso a escravos?
- Então o que se há de fazer para regular as relações entre os ex-proprietários e os ex-escravos?
- Entendo que isso só pode ser resolvido amigavelmente entre os interessados e que os libertos que, como escravos, eram bem tratados pelos senhores e não eram acabrunhados de serviço e de rigor, ficarão trabalhando nas mesmas propriedades.
- A que atribui V. Ex. ter esta questão caminhado tão rapidamente de 1885 para cá?
- Em 1º lugar estou convencido que a última lei de 28 de setembro tinha em si todos os elementos para, aplicados convenientemente, dar-lhes desenvolvimento preciso para terminar a escravidão em poucos anos. Infelizmente os executores da lei a contrariaram o mais possível, já nos regulamentos, já na aplicação. Ainda na sessão do ano passado lembrei ao governo a conveniência de aceitar uma emenda reduzindo 25% anualmente o valor do escravo. Era uma medida complementar da lei que apressaria a resolução final da questão.
- Acredita V. Ex. que as condições econômicas do país venham a se alterar tão profundamente como o esperam os inimigos da abolição?
- Certamente o país sofrerá algum abalo com a nova ordem de coisas, mas não tão profundamente como alguns receiam.
- Não julga V. Ex que tais medidas deveriam ser levadas avante pelo partido liberal?
- De fato parece que a ideia da abolição, sendo essencialmente liberal, devia ser realizada pelo partido que traz esse nome, mas tratando-se de questão que não é política, e cuja solução urge, deve ser resolvida pelo partido que, na ocasião, estiver mais no caso de levá-la adiante. Agora, com a chamada do conselheiro João Alfredo, a questão estará terminada dentro de dois a três meses; se o partido liberal, porém, fosse chamado ao poder teria de dissolver a câmara e se perderia mais de um ano para terminar essa questão.<sup>204</sup>

<sup>204</sup> *Gazeta da Tarde*, 22 de março de 1888.

Assim como Dantas, Saraiva declara seu apoio ao projeto de abolição do gabinete conservador de João Alfredo, mas ressalta que tal reforma deveria ser feita pelo Partido Liberal. Outro ponto marcante no discurso do senador Saraiva foi a objeção deste em relação à indenização aos senhores de escravos. Para ele, a abolição deveria vir de forma imediata e sem concessão aos ex-senhores. Ele deixa claro que caso a regente chamasse para resolver a questão do elemento servil um gabinete liberal, que, nesse caso, poderia ser formado por ele mesmo ou pelo senador Dantas, a questão da abolição acabaria sendo adiada pela dissolução da Câmara. Pelo visto, os liberais não estavam dispostos a lidar com uma câmara de maioria conservada, por isso Saraiva ressalta que seria melhor que o gabinete de João Alfredo resolvesse a questão da libertação dos escravos, pois assim esta poderia ser decretada dentro de apenas alguns meses.

Portanto, a fala final de Policarpo, que questiona o relógio do Partido Liberal e da princesa regente, “Quem os porá de acordo?”,<sup>205</sup> indica que não seria agora que se atenderia ao programa de governo em relação à abolição, embora, como vimos, seus dois líderes concordassem com a ideia de que a abolição deveria ser feita por esse partido. Mesmo assim, eles não iriam se opor às medidas em prol da abolição. Policarpo conclui a crônica afirmando que justamente por causa dessas discrepâncias entre ideias e atitudes que descreu do seu ofício e escolheu ser escritor:

Foi por essas e por outras que descri do ofício; e na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexe menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até a chegada do Bendegó, mas provavelmente até a escolha do Sr. Guaí, e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço. Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio, trocadilho que fede como o diabo.<sup>206</sup>

Na crônica do dia 12 de abril de 1888, Policarpo discute um assunto que havia aparecido na *Gazeta* no dia 8do mesmo mês.<sup>207</sup> A notícia foi publicada na coluna “*Telegrammas*” de São Paulo, e comenta sobre uma carta escrita por um tal de “Corso”, que admite ser o autor do crime de Campinas, inocentando assim Pinto Junior. Porém o chefe de polícia, com grande habilidade e talento, conseguiu descobrir a verdade, obtendo de uma testemunha a declaração de ter visto um bilhete de Pinto Junior para Corso aconselhando-o a

<sup>205</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*. 05 de abril de 1888.

<sup>206</sup> Ibid.

<sup>207</sup> *Gazeta de Notícias*, dia 8 de abril de 1888.

escrever a carta se declarando culpado. Pinto Júnior deu dinheiro a Corso para que ele fizesse isso e, afinal, Corso era esperto, pois mesmo admitindo o crime não seria preso<sup>208</sup>. Policarpo comenta essa notícia:

Hão de lembrar-se da condenação de Pinto Júnior, como autor do crime de Campinas. Quando eu já havia posto esse caso na cesta onde guardo a revolução de Minas e a queda de Constantinopla<sup>209</sup>, surge a polícia da corte e demonstra-me que não, que a carta de um tal Corso, dizendo ser autor do crime, era verídica. Reformo a cesta, e vou dormir; mas aqui aparece a polícia de S. Paulo e afirma o contrário; Corso não foi autor do crime; a carta não passou de um estratagema de Pinto Júnior. Vaidoso até á ponta dos cabelos, e não sabendo em qual das duas polícias crer, procurei por mim mesmo a solução do caso, e achei que a carta de Corso talvez não passe de um calembour, obra de algum advogado compungido e pilhérico. Quando lhe pedisse notícias do Corso e da carta, ele responderia que já se não dão cartas de corso, que os últimos corsários ficaram nos versos de Lorde Byron, e na famosa balada de Espronceda: Condenado estoy a muerte....Yo me rio! No me abandone lasuerte. Etc. etc. etc.<sup>210</sup>

Policarpo afirma que já havia colocado o caso do crime de Pinto Júnior na cesta na qual também guardava a revolução de Minas e a queda de Constantinopla, ou seja, assim como esses dois eventos, o crime havia sido muito comentado, mas era dado por Policarpo como encerrado.

Esse crime ocorrera em 1885, e quando Pinto Júnior já havia sido condenado à pena de morte, surgiram em 1888 especulações causadas pela carta de Corso confessando ter assassinado Victorino de Menezes. Policarpo se justifica afirmando que o fato de a polícia da Corte revelar que um tal de Corso enviara uma carta admitindo ser o autor do crime o fizera reformar a cesta. Ele cita a notícia da *Gazeta de Notícias* do dia 8 de abril, que afirma que o chefe de polícia de São Paulo havia descoberto que a carta era falsa, e que não passava de uma estratégia de Pinto Júnior.

Policarpo, por causa dessa contradição em torno do crime e pelo fato de este não ter sido aparentemente solucionado ainda, faz pilhéria da notícia, já que as duas polícias são discrepantes em relação ao autor do crime. Ele diz que irá investigar por si mesmo a solução do caso. O narrador faz um trocadilho do nome Corso com a prática do corso nos séculos XVII e XVIII, citados versos de Lorde Byron. Aqui encontramos a metáfora do descompasso do relógio novamente, nesse caso, na atitude das polícias do Rio de Janeiro e de

<sup>208</sup> *Gazeta de Notícias*, dia 8 de abril de 1888.

<sup>209</sup> A revolução de Minas (Inconfidência Mineira) e a Queda de Constantinopla (os russos queriam invadir esse território no século XIX, o que levou à chamada Guerra da Criméia). O império francês, inglês, otomano e o reino da Sardenha formaram uma aliança contra o expansionismo russo. Ao final da guerra as pretensões russas haviam fracassado.

<sup>210</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888.

São Paulo, que não entram em consenso em relação ao crime de Campinas. Policarpo dá continuidade à crônica:

Se não é isto, e se as duas polícias discrepam, então não sei quem me dará a explicação do Corso e da carta. Não será o Sr. Dr. Bezerra de Meneses, porque este distinto homem político, a rigor, precisa ser explicado. Opôs-se à intervenção dos liberais na eleição de 19 do corrente; mas tendo de cumprir a deliberação da assembléia eleitora, foi pedir candidato ao Sr. Senador Otaviano. Este recusou fazer indicação. Vai o Sr. Dr. Bezerra, a quem não pediram nada, designou um candidato, que não aceitou. É claro que a designação de S. Exa vinha grávida da recusa; era só para efeito decorativo. Mas então (e aqui começa o inexplicável) por que não me designou a mim? Eu, para deputado de verdade, não dou absolutamente; mas assim para um aparte e vai-se, para um bout de role, nasci talhado. Alcançava-se a mesma coisa, com realce para mim, porque é certo que eu haviade explorar o ato por todos os lados.<sup>211</sup>

Essa notícia sobre a eleição que aconteceria no dia 19 e sobre a possível designação de um candidato liberal para concorrer ao cargo de deputado do 1º distrito, deixado vago pelo Sr. Ferreira Vianna ao tornar-se ministro da Justiça do governo de João Alfredo, apareceu também nos dias 5 e 8 de abril de 1888 no jornal *Gazeta de Notícias*, assinada pelo próprio Bezerra de Meneses.

Pode-se supor que Machado de Assis havia lido o jornal do dia 5 de abril, que trazia a coluna com o título de “*Reunião Liberal*”. Essa coluna traz a notícia de que haviam se reunido no clube liberal muitos eleitores dos diversos distritos da capital, para discutir se o Partido Liberal deveria apresentar candidato à eleição do dia 19 de abril para ocupar uma cadeira de deputado. Punha-se em discussão o seguinte: “Se era conveniente apresentar-se o partido liberal, no dia 19 do corrente, disputando uma eleição, em face de um ministério que quer a reforma da abolição imediata e incondicional”<sup>212</sup>. Voltamos a Policarpo e à metáfora dos relógios desacertados novamente, pois a notícia destaca que, por exemplo, o Sr. Senador Ignacio Martins (liberal) manifestara-se a favor de escolherem um candidato para participar da eleição, já o Sr. Pinto Peixoto (liberal) mostrava-se contrário em um pequeno discurso que vale a pena transcrever aqui:

O partido liberal, trabalhando para a derrota de um ministro abolicionista, fazia esse fato causa comum com os emperrados conservadores que nada mais querem além da lei de 28 de setembro de 1885, e que nesse caso deixaria o partido liberal de ser o que é, o propugnador das ideias adiantadas, para ser um auxiliar do partido da resistência.<sup>213</sup>

<sup>211</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888.

<sup>212</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1888.

<sup>213</sup> Ibid.

Houve também um discurso do Sr. Dr. Henrique de Carvalho afirmando que faltava ao Partido Liberal coesão e harmonia de ideias, lembrando o governo de Dantas em relação à Lei dos Sexagenários. Carvalho diz que o melhor a se fazer é esperar que o atual partido (conservador) apresente seu programa e que os liberais cumpram o seu dever no parlamento concorrendo às eleições, para que haja a libertação imediata dos escravos, devendo esta ser feita pelos liberais. A notícia revela que, de fato, alguns membros do Partido Liberal consideravam que a ideia referente à abolição dos escravos era estritamente uma medida liberal, devendo ser promulgada, portanto, por eles. Mesmo que o membro do Partido Liberal que se candidatasse não alcançasse a vitória nas urnas, o partido não deveria cometer o erro político de não concorrer às eleições. Por isso, ao final da notícia, Bezerra de Meneses (presidente da reunião) deixa claro que o Partido Liberal escolheria o nome de um candidato, e quem ficaria responsável por designá-lo seria o chefe do Partido Liberal do Rio de Janeiro, Octaviano.

Bezerra de Meneses declara que, embora reconheça o direito do Partido Liberal de lançar candidato para concorrer às eleições para deputado do 1º distrito, “os partidos não podem levar tão longe a sua intransigência a ponto de não fazerem causa comum com os que aceitam os princípios mais sãos, mais adiantados do seu corpo de doutrinas”.<sup>214</sup> Ainda afirma que estranha que membros do Partido Liberal, partido esse que tanta vezes se absteve de concorrer às urnas, quisessem naquele momento colocar obstáculos à realização de uma ideia de cunho liberal. Policarpo, como já vimos na primeira crônica da série, demonstra aparentemente a mesma atitude de Bezerra de Meneses frente aos liberais, ou seja, Meneses desconfiava desse descompasso dos liberais em relação à abolição, e essa notícia deixou mais evidente que os próprios liberais reconheciam a falta de harmonia entre seus membros.

Ainda em entrevista do dia 22 de março de 1888 para o jornal *Gazeta da Tarde*, o senador liberal Saraiva revela sua opinião em relação à candidatura do conservador Ferreira Vianna e sobre a ideia do Partido Liberal de escolher um candidato para a eleição de deputado do 1º distrito:

- Como pensa V. Ex a respeito da reeleição do ministro da justiça?
- Esta questão é pequena e, por ser da vida íntima dos partidos, especialmente na corte, não desejo entrar nela. Todavia entendo que o partido liberal deve cumprir o seu dever, mas que os abolicionistas intransigentes, em caso nenhum, devem deixar de votar no Sr. Ferreira Vianna.
- Acredita que a derrota do Sr. Ferreira Vianna prejudicará a causa?

---

<sup>214</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1888.

- Não, pois se ele for derrotado, o presidente do conselho irá buscá-lo para substituir outro abolicionista que tenha reeleição segura.
- V. Ex. acha que os liberais devem ter alguma benevolência para com o gabinete?
- Entendo que os abolicionistas devem votar pelo projeto, mas no mais não devemos concorrer para dar força ao governo, que só deve viver pelo apoio de seus amigos políticos.
- V. Ex, como eleitor da corte, o que pretende fazer?
- Se o partido liberal pleitear unido a eleição do 1º distrito cumprirei o meu dever de partidário de votar no candidato que for indicado. Não havendo candidato do partido, não irei votar, pois por mais consideração e respeito que me mereça o Sr. Ferreira Vianna pelo seu grande talento e profunda ilustração, como liberal não votarei nele que é conservador.<sup>215</sup>

Na opinião do senador Saraiva o Partido Liberal deveria designar candidato para concorrer às eleições e, caso não escolhesse, ele afirma que, por ser liberal, não votaria em alguém do Partido Conservador, emporadissesse concordar com o projeto de abolição do gabinete conservador de João Alfredo.

No dia 8 de abril, o assunto referente à eleição para deputado aparece na *Gazeta de Notícias* com assinatura de Bezerra de Meneses, que agora apresenta o nome de possíveis candidatos para concorrer às eleições: “Apesar de ser contrario à resolução que se tomou, de pleitear-se a eleição do dia 19 do corrente, entendi do meu dever, como presidente da reunião do dia 03, dar cumprimento ao que ali se resolveu”.<sup>216</sup> A coluna revela que Francisco Otaviano (abolicionista e chefe do Partido Liberal do Rio de Janeiro) mandara uma carta a Bezerra de Meneses dizendo que se recusava a designar um candidato para não impedir a aprovação da abolição:

Neste momento eu cometeria uma traição à minha própria consciência se ajudasse quem quer que fosse, ainda o meu maior amigo, a demorar a extinção que nos prometem os honrados ministros do atual gabinete, declinopois da honra de indicar candidato do partido.<sup>217</sup>

Mas Bezerra, em vez de dar a questão por encerrada, já que nem mesmo tinha concordado em designar um candidato para que o projeto da abolição não tivesse obstáculos, afirma: “Esta comunicação do ilustre chefe devia ser o fecho da questão; mas eu, por que tinha declarado a assembléia do partido que cumpriria sua resolução, tomei a mim a responsabilidade de ir contra a do inclito chefe.”<sup>218</sup> Nesse trecho da fala de Meneses encontramos o estranhamento de Policarpo, quando diz que Bezerra de Meneses, distinto homem político, precisava ser explicado, ou seja, ele estava mais preocupado em resolver

<sup>215</sup> *Gazeta da Tarde*, 22 de março de 1888.

<sup>216</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de abril de 1888.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid.

uma formalidade do Partido Liberal do que de fato em apoiar uma ideia consistente, que outrora ele dissera também ser ideia desse partido: a abolição. Com a negação de Octaviano, era mais plausível com as ideias do partido que simplesmente o Partido Liberal não concorresse às eleições, afinal o atual ministério conservador iria fazer cumprir uma das principais preocupações do partido, a abolição.

Portanto, Meneses resolve pedir candidatura ao Dr. José Caetano de Paiva Pereira Tavares, que responde à solicitação dizendo que estava disposto a aceitar, mas “Desde que o chefe do partido declarou que não é conveniente entorpecer a imediata passagem da ideia abolicionista que o atual gabinete tem a peito, não serei eu que me preste a contrariar as vistas do venerando chefe”.<sup>219</sup> Diante de outra recusa, Bezerra de Meneses conclui, finalmente, que os liberais não devem concorrer às eleições do 1º districto.

Policarpo, apesar de ressaltar que o inexplicável seria o Sr. Bezerra de Meneses designá-lo, já que as designações eram mais para efeito decorativo, continua fazendo pilhéria do ato deste: “Eu, para deputado de verdade, não dou absolutamente; mas assim para um aparte e vai-se, para um bout de role (papel mínimo), nasci talhado. Alcançava-se a mesma coisa, com realce a mim...”.<sup>220</sup> E conclui seu argumento da seguinte forma: “Porque é certo que eu havia de explorar o ato por todos os lados”,<sup>221</sup> ou seja, Meneses, mesmo não concordando em apresentar alguém para concorrer às eleições, fez questão de “cumprir seu papel”, como bem disse, e designar candidato. Talvez esse fosse o papel mínimo que Policarpo ironicamente dizia querer ocupar. O Partido Liberal, para mostrar que estava fazendo algo pela abolição, e que essa era uma ideia liberal, cogitou concorrer às urnas, mas acabou tendo seu “papel mínimo” diante desse processo, pois, como Policarpo já dissera, era um partido descompassado, atrasado em relação aos seus próprios princípios.

E o assunto continua no decorrer da crônica a respeito de partidos políticos e da atitude de Bezerra de Meneses. Policarpo, aqui, mostra uma característica muito peculiar, sua relação com o leitor e a mania de achar que sabia o que este estava pensando. Nesse caso, ele vai mais longe e advinha a pergunta que o leitor irá lhe fazer: “Estou a ver que reprova o fato de estar o Partido Conservador com ideias liberais....? Interrompe-me o leitor”.<sup>222</sup> Policarpo responde ao leitor e por intermédio de um exemplo expressa sua opinião. Vejamos o restante da crônica:

Respondo que não reconheço em ninguém o direito de interrogar-me, salvo se é para publicar a conversação, porque então a coisa muda de figura.

<sup>219</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de abril de 1888.

<sup>220</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888.

<sup>221</sup> *Ibid.*

<sup>222</sup> *Ibid.*

Distingo, nos países velhos os partidos podem pegar em algumas ideias alheias. Agora mesmo o ministério Salisbury apresentou uma reforma liberal ao parlamento, e o chefe da oposição, Gladstone, declarou em discurso: “O governo dispõe-se a uma grande e difícil tarefa: a oposição o acompanhará com todo o desejo de fazer que a medida saia satisfatória e completa...E o Daily News comentou o caso dizendo: “Quando a gente adverte que é um governo tory que empreende a reconstrução do governo local em toda a Inglaterra, é impossível não ficar impressionado com o progresso que têm feito os princípios liberais”. Em inglês: “When we remember that. – Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa? – Por que nos países novos há em geral poucas ideias. Suponha uma família com pouca roupa; se o Chiquinho vestir o meu rodapé, com o que hei de ir à missa?”<sup>223</sup>

Policarpo responde à pergunta do leitor com um certo tom de superioridade, dizendo que ninguém tem o direito de interrogá-lo, mas, como vimos no início dessa crônica, ele também é vaidoso e por isso diz que, se for para publicar a conversação, aí sim, poderiam interrogá-lo. Ele revela que diferencia dois exemplos: os países velhos e os novos. A respeito dos países velhos, ele cita o exemplo ocorrido no parlamento britânico, no qual políticos conservadores propuseram uma reforma liberal, e esta se mostrou satisfatória e apoiada por um membro do partido liberal, Gladstone, como podemos ver em seu discurso: “a oposição, no caso, os liberais, o acompanhará (os conservadores) com todo desejo de fazer com que a medida saia satisfatória e completa”. Com esse exemplo, podemos ver que Policarpo acaba respondendo ao questionamento do leitor. Ele não é contra o Partido Conservador estar com ideias liberais. O que Policarpo questiona é a atitude de alguns liberais, como, por exemplo, a de Bezerra de Meneses, que mesmo aparentemente não concordando em designar um candidato para concorrer às eleições, cede à vontade dos membros do Partido Liberal, que pareciam estar mais preocupados em afirmar que a abolição era uma medida liberal do que de fato em libertar os escravos, diferentemente da atitude do liberal Gladstone, que parecia mais preocupado em resolver a reforma inglesa de fato, mesmo que não fosse sob seu governo.

Nesse caso, quando o leitor questiona Policarpo dizendo “Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa?”, este responde: “Porque nos países novos há em geral poucas ideias. Suponha uma família com pouca roupa; se o Chiquinho vestir o meu rodapé, com que hei de ir à missa?” Aqui, quando Policarpo se refere aos países de poucas ideias, está se referindo ao Brasil e mais particularmente ao Rio de Janeiro e à atitude de Bezerra de Meneses e dos liberais, ou seja, às “poucas ideias” podem se referir à única concepção que afligia os partidos políticos naquele momento: a ideia referente à abolição.

Ademais, encontramos o estranhamento de Policarpo e a possível crítica de Machado de Assis quando aquele, referindo-se a uma possível fala dos liberais, diz: se o Chiquinho

<sup>223</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888.



vestir o meu rodauque, ou seja, se o partido conservador abolir a escravidão, com que hei de ir à missa? Nesse caso, quais serão as glórias que o Partido Liberal terá, já que o “rodauque”, a ideia de abolição, era desse partido, mas estava sendo realizada por conservadores? A crítica nessa crônica é em relação à falta de princípios do Partido Liberal, que parecia mais preocupado com as glórias que seu nome receberia por libertar os escravos do que de fato com sua libertação.

Isso, de fato, explica a atitude de Bezerra de Meneses e dos liberais, que não se abstiveram de concorrer às eleições do 1º districto, mesmo sabendo que a abolição seria promulgada pelo Partido Conservador. O que parecia importar para tais liberais era quem iria promulgar tal medida e não a medida em si. Ou seja, a discrepância e o desacerto que Policarpo encontrara nas polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo perpassou por toda a crônica, até na atitude de Bezerra de Meneses.

Essa crítica de Machado de Assis parecia ser partilhada, nesse caso, pelo dono da *Gazeta de Notícias*. Um dos seus colunistas e dono, Ferreira de Araújo, em coluna fixa intitulada “*Cousas Políticas*”,<sup>224</sup> traz um discurso significativo sobre a mesma pergunta feita pelo leitor a Policarpo, a saber, o que ele achava de o Partido Conservador estar com ideias liberais. Ferreira de Araújo afirma:

Têm-se discutido ultimamente, a propósito do ministério João Alfredo Prado, a competência do partido conservador para resolver uma questão liberal, como o abolicionismo (Seu ministério assegurou a aprovação parlamentar do projeto da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel... Em princípio, esta questão teria razão de ser, se todos os membros do partido conservador fossem conservadores, se tivessem ideias liberais todos os membros do partido liberal...A rigor, pode-se dizer que o partido liberal perdeu a vez de fazer a abolição; deixou que a questão se adiantasse tanto, deixou que a propaganda, depois de levar a todos os espíritos, os argumentos do direito, de sentimento, de filantropia, chegasse a convencer pelo interesse dos senhores, que já hoje pensam mais em libertar-se dos escravos; do que em libertar escravos; de modo que hoje a grande questão já não é o direito do homem negro espoliado, é o interesse do trabalho, da fortuna nacional, que é preciso assentar em bases mais sólidas, mais humanas que a funesta instituição servil.

Não há, pois, em princípio, um atentado do partido conservador contra o liberal; e se todo o partido conservador não pensa como o governo atual, também há liberais ferozmente escravistas que, se tivessem o poder, não queriam resolver a questão. Por isso, na família liberal, as opiniões se dividem sobre o procedimento que devem ter em relação ao Gabinete João Alfredo Prado. Uns opinam, e esses são os verdadeiros liberais, que devem apoiar o projeto de abolição, e ajudar por todos os modos o gabinete. Outros entendem apoiar o projeto, mas guerrear politicamente o ministério.

<sup>224</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de março de 1888.

Por conseguinte, se o partido liberal se esforçar por condenar nas urnas a nomeação do Sr. Ferreira Vianna para os conselhos da coroa, o mais que o partido liberal condena, é o grande serviço que a causa nacional tem prestado aquele grande espírito, que pôs sempre aquilo que entendeu ser a verdade, acima de suas legítimas ambições.

Indicado, porém pelo ex-primeiro ministro, ou lembrado pela augusta princesa regente, o nome do Sr. João Alfredo indica que a grande questão não foi o conflito das ruas, ou a demissão do Sr. Coelho Bastos, mas sim a divergência de pensar entre coroa e ministério, sobre a questão servil.

Ora, a guerra política ao ministério, pode dar lugar a queda d'este, a chamada do partido liberal, dissolução das câmaras, nova eleição, isto é, mais seis a doze meses de parada na vida pública, para que a questão seja resolvida pelo partido liberal, em vez de o ser pelo conservador. Quem lucrará com isso? O trabalho? A fortuna pública? O escravo? Nada d'isto; só a glória do partido liberal. Confessemos que é pouco...É lamentável para a regularidade dos nossos partidos, que sempre tem sido irregulares, que não seja a reforma feita pelo partido liberal; mas confessemos ao menos, que é preferível ter a emancipação total dos escravos no Brasil feita pelo partido conservador, do que tê-la feita pelo papa.<sup>225</sup>

Machado de Assis partilha da mesma opinião de Ferreira de Araújo em relação ao Partido Liberal e à sua intenção de achar que a abolição, por ser uma medida liberal, tinha que ser feita por eles quando estivessem no poder. Mas Ferreira de Araújo, assim como Machado, deixa claro que o problema dos partidos, inclusive do liberal, era o descompasso e as discordâncias dentro dele próprio, pois, como ele bem explicitou, nem todos os membros eram a favor da abolição, muitos atendiam aos interesses dos escravocratas. Aqui voltamos ao projeto de Dantas, lembrado por Policarpo, que sofreu oposição de membros do próprio Partido Liberal, que eram contra as medidas propostas para o fim da escravização, mesmo que gradual.

A crônica seguinte é do dia 19 de abril de 1888, e já começa com o mesmo assunto da crônica anterior, as eleições do 1º districto. Essa crônica foi publicada na *Gazeta* no mesmo dia da eleição, portanto é interessante dizer que esse periódico deu lugar de destaque a Vianna e publicou na 1ª página do jornal o apoio a ele, em coluna chamada “*Ferreira Vianna*”. Esta não possuía assinatura, mas em um momento da notícia o autor parece falar por todos da folha, ou seja, pelos donos da *Gazeta*, pois não devemos nos esquecer de que qualquer artigo poderia ser publicado nesta, já que ela recebia para tal fim, portanto escravocratas, liberais, conservadores, poetas, comerciantes, funcionários públicos ou quaisquer outros poderiam publicar na folha, e justamente por isso encontramos no periódico múltiplas opiniões sobre a escravidão e a abolição.

---

<sup>225</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de março de 1888.

Destarte, a coluna “*Ferreira Vianna*” recebeu um lugar de destaque na *Gazeta*, sendo publicada no dia 19 de abril como a primeira notícia do dia. Vejamos uma parte da notícia e o apoio que Vianna teve da folha em detrimento de outro candidato republicano, Quintino de Bocaiuva.

Realiza-se hoje no 1º Distrito da corte a eleição para um lugar de deputado, vago pela nomeação do eminente orador parlamentar e emérito jornalista Ferreira Vianna para o cargo de ministro da justiça...Ostensivamente a disputar esta eleição se apresenta o candidato do partido republicano; se no partido conservador há dissidentes, se criou dissidência o programa do atual gabinete, esta não é tão acentuada que se traduza no propósito de opor abertamente um candidato ao ilustre ministro...Não se trata pois, de uma questão de partidos, e o republicano escolheu mal a ocasião para pretender afirmar um amor a princípios, de que nem sempre tem dado provas em outras ocasiões. Esta folha não é suspeita de desafeição às ideias democráticas; mas tão desligada do partido republicano, tal qual está constituído hoje, que dele se pode dizer que está constituído, como dos partidos monárquicos, cuja desorganização é evidente...Ora sendo o artigo capital do programa do governo João Alfredo a abolição imediata da escravidão e sendo esta medida no estado atual dos espíritos a que reclama mais pronta solução, a mais imprescindível, com base da nova organização em que vamos entrar, entendemos cumprir pura e simplesmente o nosso dever fazendo votos para que saia hoje triunfante das urnas, com uma votação superior à que tantas vezes tem aureolado o seu nome ilustre, o honrado ministro da justiça...

A abstenção no pleito de hoje é um erro grave; não basta que o conselheiro Ferreira Vianna seja eleito, é preciso que a sua eleição seja uma vitória na altura dos seus méritos e que o eleitorado mostre compreender que aquele homem não é ministro pela vangloria da posição, mas porque se sente capaz de ser grandemente útil ao país, que se ufana de o considerar um dos mais distintos dos seus filhos.<sup>226</sup>

O apoio a Ferreira Vianna, ao ministério de João Alfredo e a suas medidas para que houvesse a abolição da escravidão fica evidente nessa notícia. Esse candidato teve apoio também dos abolicionistas, que no jornal *Gazeta* do dia 18, um dia antes da eleição, em coluna intitulada “*Manifesto*”, deixaram claro aos leitores o apoio à candidatura de Ferreira Vianna: “A confederação abolicionista cumpre um dever dizendo o que pensa a respeito do pleito eleitoral do dia 19, do corrente...A confederação abolicionista, no pleito de 19 de Abril vota no Sr. Conselheiro Antonio Ferreira Vianna.”<sup>227</sup>

Policarpo discute sobre a eleição do 1º distritonesta crônica do dia 19 de abril de 1888 e não se mostra cordial como de costume, reclamando que ninguém responde ao cumprimento dele, justamente porque todos estão interessados apenas na eleição:

<sup>226</sup>*Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888.

<sup>227</sup>*Gazeta de Notícias*, 18 de abril de 1888. Esse manifesto teve o apoio e a assinatura dos abolicionistas: João Clapp; presidente. Luiz de Andrade; vice-presidente; André Rebouças; tesoureiro; José do Patrocínio; orador. Alberto Victor; 1º secretário. Ignacio Von Doellinger; 2º secretário.

E nada; nem palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º distrito. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando, lá irei dar o meu recado, por sinal que já o trago de cor; mas cada coisa tem o seu lugar. Quando um homem chega e cumprimenta, parece que os cumprimentados o menos que podem fazer é retribuir o cumprimento; acho que não custa muito. Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será político, mas não é político; não sei se me entendem. Enfim, por essas e outras é que eu gosto mais da roça. Na roça a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão: – Bons dias, Sr. Coronel! – Adeus, José Bernardes. – Toda a obrigação de V. Exa... – Todos bons, e a tua? – Louvado seja Deus, vai bem, para servir a V. Exa. Que custa isto? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fora, mesmo quando há eleição, ninguém se esquece dos seus deveres: às vezes até os cumprem com mais galhardia. Esta corte é uma terra de malcriados.<sup>228</sup>

Policarpo diz que ninguém o cumprimenta com a desculpa de que vão votar e que essa conduta do leitor não é uma atitude política. Ele demonstra ter aqui um posicionamento mais abrangente da noção de política, que nesse caso não se restringe apenas a cumprir o dever de votante, mas também a retribuir seu cumprimento. Por fim, o narrador ressalta que as pessoas da roça são mais bem educadas, pois sempre retribuem o cumprimento. Policarpo afirma que já sabe de cor em quem irá votar, e que acabando de escrever a crônica desse dia irá dar o seu recado.

Como já frisamos, uma característica inerente ao nosso narrador Policarpo é a de querer se passar por membro de uma classe abastada e letrada, mas no decorrer das crônicas vamos percebendo que ele não é, de fato, um membro dessa classe e nem mesmo partilha da mesma opinião dela. Ainda na crônica do dia 19, após mostrar sua revolta aos leitores porque os mesmos não o saudaram, lamenta sua falta de dinheiro, fato que o distancia dessa elite com a qual ele queria se identificar:

Pois olhem, quando eu entrei aqui, vinha alegre; tinha lido umas revelações do amigo Dr. Costa Ferraz<sup>229</sup>, que me lavaram a alma das melancolias pecuniárias, únicas que me afligem deveras. As outras não passam de canseiras ridículas. Falta de dinheiro, isso dói; ao menos, para quem não é governo. O governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, às vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente empréstimo. Quem é que me fia mais, desde outubro do ano passado, um jantarinho melhor? Seguramente ninguém; mas ao governo fiam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por isso, não admira que tanta gente queira ser governo. Só esse gosto de ver chegar o credor, de chapéu na mão, todo zumbaias, com uma bolsa debaixo do braço, tratando o devedor por majestade, palavra que dá vontade de pôr a procissão na rua.<sup>230</sup>

<sup>228</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888.

<sup>229</sup> Costa Ferraz era autor de obras sobre saúde pública.

<sup>230</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888.

Policarpo deixa claro que a única coisa que o atormenta são as melancolias pecuniárias e que a falta de dinheiro dói. Nesse trecho ele revela mais um pouco sobre si e enfatiza o argumento de Leonardo Pereira<sup>231</sup> e sua análise, tanto da crônica do dia 27 de fevereiro de 1889 quanto do narrador da série “*Bons dias!*”. O assunto principal da crônica que Pereira analisa é o carnaval. Segundo o autor, “Policarpo desejava divertir-se durante os dias de folia, mas a falta de recursos para aproveitar a animação desses dias, provável responsável pelo mau humor expresso no primeiro parágrafo, não o permitia aproveitar os dias de momo”.<sup>232</sup> Assim como nessa crônica, na do dia 19 de abril de 1888 Policarpo refere-se novamente à falta de dinheiro, o que certamente o exclui de pertencer a uma classe abastada, embora não queira dizer que não possua nenhuma condição financeira, pois há várias características na série, como veremos no decorrer da análise das crônicas, que nos permitem afirmar que ele possuía recursos financeiros, pois tinha ido à escola desde pequeno, além de ser frequentador assíduo da rua do Ouvidor, conhecida por ter vários clubes e locais onde se encontravam os poetas, jornalistas e políticos.

Na verdade, a falta de dinheiro citada por Policarpo era um subterfúgio para que ele comentasse sobre o recente empréstimo do governo brasileiro. A *Gazeta de Notícias* do dia 10 de abril de 1888 trouxera essa notícia em coluna intitulada “*Empréstimo Brasileiro*”.<sup>233</sup> A notícia destacava que corria como certo que o governo brasileiro pretendia realizar em Londres um importante empréstimo. Já no dia seguinte, a *Gazeta* noticiou que o empréstimo fora realizado no valor de 6 milhões de libras pelo governo brasileiro com a Casa Rotschild.<sup>234</sup> Essa atitude do governo é criticada por Policarpo, pois para ele este já devia muito, e mesmo assim continuava a pedir mais dinheiro:

Mas vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi. Há dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hipotecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma destas a aprovada...Ora, entre os discursos proferidos houve um do digno acionista Sr. José Luís Fernandes Vilela, declarando ser tudo aquilo uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos. Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que retifique o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios o são.<sup>235</sup>

<sup>231</sup> PEREIRA, Leonardo, A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004.

<sup>232</sup> Ibid., p. 172.

<sup>233</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de abril de 1888.

<sup>234</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de abril de 1888.

<sup>235</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888.

Policarpo revela de forma irônica que “estimou” ler tão agradável notícia do acionista José Luís Fernandes e conclui que há pouco havia recebido uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas. Sem dúvida, ele questiona o discurso de José Luís Fernandes, contrapondo a ele a carta assinada provavelmente por escravizados, nesse caso por mais de 600.000, já que ele ainda não tinha conseguido acabar de contar as assinaturas. Essa passagem é evidentemente metafórica, porque no século XIX a maioria dos escravos não sabia ler nem escrever. Segundo Sidney Chalhoub,<sup>236</sup> os senhores brasileiros não tinham nenhum interesse na instrução primária dos seus escravizados, por considerar tal medida perigosa ou mesmo por outros motivos. O autor cita os dados do censo do Rio de Janeiro de 1872 no quesito “instrução”, e diz que havia 24.666 escravos homens analfabetos no município, sendo que 220 sabiam “ler e escrever”. Já entre as mulheres escravas, 23.944 eram analfabetas, com 109 que sabiam ler e escrever: “Os agregados e ponderados os números, 0,67% dos escravos residentes na capital do Império sabiam ler e escrever”.<sup>237</sup>

Ademais, Policarpo parece sugerir que ainda há no Brasil mais de 600 mil escravos, número que nos parece estar correto, mesmo apesar da lei de 13 de maio ter libertado poucos negros em relação à população de cor, como nos diz Wlamyra R. de Albuquerque.<sup>238</sup> Albuquerque afirma que a maioria dos escravos já havia conquistado a alforria antes de 1888 por meio de estratégias possíveis, e revela os números de população escrava no Brasil através dos anos: em 1873 (1.541.345); em 1883 (1.211.946), e em 1887 (723.419). A mortalidade, as alforrias e o comércio interprovincial explicam essa queda dos escravos em todo o país. Com esses dados, percebemos que apesar de o número de escravos estar diminuindo gradualmente, principalmente no ano de 1888, nos meses de maio a abril, o jornal *Gazeta* publicou vários anúncios de senhores se antecipando à lei e concedendo liberdade aos seus escravos.

Policarpo parece não ter exagerado no número de assinaturas de escravos que refutaram a fala do acionista José Luis Fernandes, pois, se no ano de 1887 ainda o país contabilizava 723.419 escravos, um ano após, 600.000 parece-nos um número razoável, e sem dúvida, para ele, ainda era um número exorbitante. Portanto, ele refuta a fala de alguns senhores de escravos que diziam que as leis de 1871 e 1885 já haviam resolvido a questão. A

<sup>236</sup> CHALHOUB, Sidney. Precaridade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista História Social*. Campinas, Unicamp, n° 19, 2010, p. 42-43.

Ainda segundo Chalhoub, o formato imaginário do protesto escravo é ironia direta às ações deliberadas de proprietários e governantes para barrar qualquer acesso de escravos e seus descendentes à instrução primária. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 241.

<sup>237</sup> CHALHOUB, Sidney. *Precaridade estrutural*, op. cit., p. 43.

<sup>238</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 96.

interpretação de Chalhoub para essa questão e para a pilhéria de Policarpo nessa crônica é a seguinte:

O solo da piada era, ao menos em parte, um aspecto conspícuo da tradição política dos escravocratas: mostravam-se sempre dispostos a pregar o imobilismo em relação à “questão do elemento servil” a partir do argumento de que o assunto já fora resolvido na legislação existente. Primeiro disseram que a abolição do tráfico negreiro, em 1850, resolvera o problema; depois fizeram o mesmo quanto à lei de 1871. Em 1888, sustentavam que não era preciso ir além da lei de 28 de setembro de 1885. A escravidão desapareceria gradualmente, ou melhor, “já não existem escravos”.<sup>239</sup>

O número de escravos que Policarpo sugeriu para a assinatura, portanto, desconstrói o argumento de alguns senhores de escravos e do próprio acionista, no mais, ele parece sugerir com esse número exatamente o oposto do Sr. Fernandes Vilela, pois, apesar das leis de 1871 e 1885 terem contribuído para a libertação de alguns escravos, e mais do que isso, terem transformado a relação entre estes e seus senhores, tais medidas não passaram de regras graduais e lentas, pois ainda havia escravos no Brasil. Policarpo conclui: “As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou o leitor trouxer uma enxada às costas, ou um guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente”.<sup>240</sup> A enxada é diferente, pois se refere a um dos instrumentos de trabalho dos escravizados, portanto Policarpo faz essa referência para concluir que há escravizados e que as leis referidas acima, apesar de terem contribuído para a libertação de muitos destes e para ao afrouxamento da relação entre senhores e escravos, não fizeram mais que dispor de medidas graduais e lentas. Era preciso que a abolição fosse extinta de uma vez por todas, sem concessões e de forma imediata. Essa, sem dúvida, é a grande questão da crônica.

Em crônica do dia 27 de abril de 1888, o assunto referente à abolição retorna à pena de Policarpo. O narrador, antes de falar sobre o assunto, faz toda uma construção narrativa por meio da crítica e da ironia, para assim chegar ao assunto da abolição:

O cretinismo nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo: é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho.<sup>241</sup> E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá nestas palavras, que ofereço à contemplação dos homens de olho fino: – “Não vedes todos esses indivíduos de pernas inchadas, que se arrastam pelas ruas desta capital? Não vedes que são portadores de enormes sarcocelos e de hidroceles e hematocelos? De

<sup>239</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. op. cit., p. 240-241.

<sup>240</sup> *Gazeta de Notícias*. Quinta-feira, 19 de Abril de 1888. Edição: 00110. 3ª Coluna, página 2. Título: *Bons dias*.

<sup>241</sup> Segundo Gledson, Maximiano Marques de Carvalho (1826-1896) foi catedrático de filosofia no Seminário de São José e defensor ardente do sistema homeopático. Ver: ASSIS, Machado. *Bons dias!* op.cit., p. 97.

mim confesso que, na rua, ando sempre distraído. Às vezes é uma ideia, às vezes é uma tolice, às vezes é o próprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciência, negar nem afirmar. Depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e tais as palestras, que não há tempo nem espaço...Mas há outras ruas; deixe estar. Sim, não se imagina como sou distraído. Para não ir mais longe, ainda ontem estive a conversar com alguém, sobre estes negócios de abolição e emancipação. A conversa travou-se a propósito dos vivos ao Partido Liberal, dados por uns escravos de Cantagalo, no ato de ficarem livres, manifestação política tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza. E dei um viva à natureza. O sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me: – A quantos de maio nasceu?

– Porto Alegre. Respondi imediatamente:

– De porta acima. O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d’asno e some-se. Valha-me Deus! Estou com mais esse inimigo?<sup>242</sup>

Policarpo, ao início da crônica, utiliza o termo “cretinismo”, que se refere a algo patológico, mas também pode aludir à atitude das famílias fluminenses em geral. Ao final do trecho, parece que o primeiro caso se confirma, quando Policarpo utiliza as palavras “sarcocelos”, “hidrocelos” e “hematocelos”.<sup>243</sup> Ele diz que oferece a contemplação aos homens de olhos finos, ou seja, esses homens não estão vendo todos os indivíduos de pernas inchadas que estão pelas ruas da capital? Antes de responder, já revela que é distraído. Esse termo empregado por ele é interessante, já que pode ser uma crítica aos “olhos distraídos” de boa parte da sociedade fluminense da época, que parece não ver de fato os problemas que acometem a cidade, ou mesmo fingem não percebê-los.

Nesse caso, podemos dizer que o termo cretinismo pode, de fato, estar fazendo referência ao sentido patológico, mas também ao termo popular, pois há indivíduos nas ruas da capital que apresentam determinadas doenças e há aquelas pessoas que fingem que não enxergam. Policarpo diz que de fato não pode negar nem afirmar, justificando-se que na sua rua habitual, a do Ouvidor, há muitas pessoas e muitas palestras, e que por causa disso não há tempo nem espaço para constatar tal situação.

Ele continua afirmando que é distraído, mas, como veremos na crônica, de distraído ele não tem nada. Policarpo comenta uma notícia sem assinatura que aparecera no jornal *Gazeta de Notícias* do dia 24 de abril de 1888<sup>244</sup> em coluna intitulada “*Libertações em Cantagallo*”. Segue a notícia na íntegra:

A grande obra civilizadora da abolição despertou os altos sentimentos patrióticos dos fazendeiros do importante município de Cantagallo, muitos

<sup>242</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888.

<sup>243</sup> Conforme Gledson, essas três palavras referem-se a sintomas que aparecem nos testículos. Ver: ASSIS, Machado. *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 97.

<sup>244</sup> *Gazeta de Notícias*. 24 de abril de 1888.



dos quais acabam de libertar os seus escravizados, provando assim que não é aquele município um baluarte do escravagismo, como se dizia. A frente desses dignos cidadãos estão os Srs. Visconde de São Clemente e Visconde de Nova Friburgo, que incondicionalmente libertaram os seus escravizados, em numero de 1909, e desistiram dos serviços dos ingênuos. Estes ilustres fazendeiros marcaram salários aos libertos, para a colheita d'este ano.

Um fato que prova a gratidão dos libertos deu-se com os da fazenda da Aldeia, de que é proprietário o Sr. Visconde de Nova Friburgo; esses libertos enviaram uma comissão ao seu generoso ex-senhor, incumbida de declarar que desistiam dos salários marcados para a próxima colheita. Os da fazenda do Gavião, também do Sr. Visconde de Nova Friburgo, com a banda de musica CaliopeCantagallense à frente, fizeram uma esplendida manifestação ao seu ex-senhor, esplendida pela gratidão que eles assim testemunhavam; em nome de todos, declarou um deles que jamais abandonaria o seu libertador e que redobraria de esforços para servi-lo. Registrando este fato, diz o Voto Livre, que, entre os vivas erguidos pelos libertos, foram ouvidos estes: Viva o senhor que nos restituiu a liberdade que Deus nos deu! Viva o partido liberal que ajudou.<sup>245</sup>

A notícia trata de alguns fazendeiros do município de Cantagalo que haviam libertado seus escravos, tentando provar que aquele município não era mais uma fortaleza de escravos. Claro, muitos senhores os libertaram antes da Lei Áurea com o objetivo de que estes fossem gratos por tal ato e, assim, permanecessem em suas fazendas, o que de fato aconteceu em alguns casos.

Em artigo publicado no dossiê “Racismo: história e historiografia”,<sup>246</sup> Walter Fraga Filho reflete sobre as celebrações do fim da escravidão na Bahia entre 1888 e 1889, para perceber de que maneira os festejos daquele dia inserem-se no contexto de embates e expectativas nascidos durante as lutas contra o fim da escravidão. Fraga revela que mesmo antes da promulgação da lei ser divulgada na Bahia, os senhores e os próprios escravos já esperavam pela notícia, tanto que alguns destes já estavam se recusando a trabalhar e alguns senhores anteciparam-se à lei e deram-lhes a alforria. Obviamente isso se deu como tentativa e estratégia para manter sua autoridade sobre eles e também as atividades produtivas na fazenda após a abolição.

Policarpo, desde a primeira crônica, criticara o Partido Liberal, pois este vivia em discordâncias, principalmente quando se tratava da abolição dos escravos. Portanto, a atitude dos escravizados de Cantagalo poderia ser de fato natural, já que, como vimos na própria *Gazeta*, era recorrente que esses escravos atribuíssem sua liberdade aos senhores ou mesmo

<sup>245</sup> *Gazeta de Notícias*. 24 de abril de 1888.

<sup>246</sup> FRAGA, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade: Bahia, 1888, 1893. *Revista História Social*. Campinas, Unicamp, n° 19, p. 63-90, 2010.

ao Partido Liberal,<sup>247</sup> mas Policarpo, sem dúvida, não acreditava que este merecia tais vivas, talvez porque até aquele momento não tivesse feito muito pela abolição. Segundo José Murilo de Carvalho, a única contribuição do Partido Liberal enquanto estava no poderem relação à questão da abolição foi a aprovação da Lei dos Sexagenários na Câmara. E isso só foi possível graças à liderança do ex-conservador, o baiano Saraiva, que conseguiu o apoio de conservadores para a aprovação. As principais leis que abordam as reformas sociais, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei da Abolição e a Lei de Terras de 1850 foram aprovadas por ministérios e câmaras conservadores.<sup>248</sup>

Policarpo desconfiava dessa atitude dos libertos, e não as via como natural. Para enfatizar que não via com naturalidade essa atitude dos escravos de Cantagalo, exagera no tom dizendo que a manifestação política era tão natural que ainda mais se confirmou na adoração da natureza. Policarpo afirma que deu “um viva à natureza. O sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me: – A quantos de maio nasceu Porto Alegre?”<sup>249</sup> O exagero de Policarpo ao dizer que a atitude dos escravos de Cantagalo se confirmara na adoração da natureza, e logo após ao dar viva a essa natureza, faz com que o locutor com o qual ele conversara no dia anterior pergunte em que dia o poeta Porto Alegre nasceu. Porto Alegre foi um poeta da primeira geração do romantismo brasileiro que tinha como uma característica principal a exaltação da natureza.

O locutor, após Policarpo exaltar a natureza, achou que ele poderia estar fazendo referência ao poeta Araújo Porto Alegre e à característica do romantismo de exaltação da natureza, até que o sujeito, mostrando acompanhar o raciocínio no narrador, pisca o olho a ele, mas Policarpo é surpreendido quando ele lhe pergunta em que dia do mês de maio nascera o poeta Porto Alegre. Ele imediatamente responde:

– De Porta acima. O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d’asno e some-se. Valha-me Deus! Estou com mais esse inimigo. Entretanto foi tudo distração.

---

<sup>247</sup> Walter Fraga Filho revela que três dias depois da abolição o senhor de engenho e comerciante Aristides Novis, em carta endereçada ao Barão de Cotegipe, confidenciou suas impressões sobre as ocorrências do dia 13 de maio em Salvador. Segundo ele, desde então “vivemos em completo delírio!” Da sacada de sua casa, ele ouviu muitas homenagens ao conselheiro Dantas, a Rio Branco, a Joaquim Nabuco e a outros chefes liberais. Notou que o nome de João Alfredo, chefe do gabinete conservador, foi pouco ovacionado durante as manifestações. Ver: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. 2004. 355 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004, p. 116-117.

<sup>248</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 224.

<sup>249</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888.

Quando ele piscou o olho, comecei eu a ruminar uma ideia que tenho, para dar empregos aos libertos que não quiserem ficar na agricultura...<sup>250</sup>

Esse falso entendimento do locutor em relação ao que Policarpo de fato estava querendo dizer é para atribuir humor ao texto, já que o verdadeiro assunto que interessava a Policarpo era a ideia que ele tinha sobre o destino dos libertos que não quisessem ficar na agricultura após a abolição. A resposta de Policarpo já remete à sua ideia de dar emprego aos libertos. Quando ele diz “de porta acima”, refere-se à constituição de 1824. Em 7 de janeiro desse ano, a lei declara o número de criados de porta que devem ter as pessoas de primeira consideração:

Determinando S. M. o Imperador que às pessoas de primeira consideração se não conceda mais que três criados de porta acima, e às de segunda ordem somente um. Manda pela Secretaria de Estado dos Negocias da Guerra assim significar ao Conselheiro Intendente Geral da Policia, para sua inteligência e execução. Paço, 7 de Janeiro de 1824. João Gomes da Silveira Mendonça.<sup>251</sup>

Em seguida, o assunto da crônica nos propõe uma discussão a respeito do destino dos escravos após a abolição:

Entretanto, foi tudo distração. Quando ele piscou o olho, comecei eu a ruminar uma ideia que tenho, para dar emprego aos libertos que não quiserem ficar na agricultura; isto é o meu plano: aumentar o número de criados de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de três, ainda à custa de grandes sacrifícios...Aqui, quem supõe que está sendo empulhado, é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de o desempulhar logo depois. Costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824: lá vem um aviso que lhe explicará tudo. Foi expedido em 7 de fevereiro de 1824 ao intendente-geral da polícia, mandando que às pessoas de primeira consideração se não conceda mais que três criados de porta acima, e às segundas somente um. Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser de primeira consideração, com três criados de porta acima. Por gosto, duvido que uma pessoa se deixe ficar entre as de segunda, menos ainda de terceira...Há de custar; mas tirando daqui uma vela, dali um par de sapatinhos ao Janjão, sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor mais pacato, chega-se à primeira consideração, que é o fim de todos nós. Eu cá e vou para as gerais dos teatros, ou para os camarotes de terceira ordem, é porque esses lugares são baratos, e a economia também é um enfeite público. Mas expeça amanhã algum ministro um aviso, declarando que só irão para ali as pessoas de segunda consideração, e verá onde me sento. Ou não vou mais ao teatro. Lá ver-me tachado de segunda, em público, não é comigo. Quanto ao valor histórico do aviso, isso é com gente que possa puxar os colarinhos ao discurso, e dizer coisas de sociologia e outras matérias; não é comigo. Não quero saber se o

<sup>250</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888.

<sup>251</sup> Conjunto de leis do Império (1824).

aviso explica o nosso vezo de tudo esperar do governo, pois que ano depois da Independência até esperávamos os criados.<sup>252</sup>

A sugestão de Policarpo para o destino dos libertos que não quisessem ficar nas lavouras era que estes virassem criados de servir. Ele “reformula” a constituição de 1824, que dizia que as pessoas de primeira consideração deveriam ter no máximo três criados e as de segunda ordem apenas um. Sim, pois assim poderiam continuar a servir à sociedade carioca, tão preocupada em manter seu *status quo*. Aqui podemos pensar em outro sentido para a palavra “cretinismo” no início da crônica, pois, nesse caso, não seria apenas um termo científico, mas também se referiria à atitude de parte da sociedade carioca que fingia não perceber as pessoas doentes se arrastando pela capital, pela rua do Ouvidor. Parte essa mais preocupada em manter as aparências, por isso Policarpo as chama de pessoas de primeira consideração. Ele sugere que elas poderiam ter três criados, mesmo que precisassem tirar daqui uma vela, um par de sapatinhos e sacrificar alguns divertimentos.

Essa sugestão de Policarpo em relação ao destino dos libertos demonstra que Machado de Assis acompanhava as discussões na imprensa e no Parlamento no que diz respeito à liberdade dos ex-escravos. Como já discutimos no capítulo 1, havia incertezas em relação ao destino dos ex-escravos, tanto que, juntamente com a lei da abolição, o ministro da Justiça Ferreira Vianna fez um projeto sobre a “vagabundagem”, pois embora tenha dito que não era para reprimir os libertos, é evidente que um grande número de ex-escravos circulando pelo meio urbano sem ocupação preocupava o Parlamento e a população.

Célia Maria de Azevedo, em seu livro *O negro no imaginário das elites no século XIX*,<sup>253</sup> trata da escravidão e da abolição da perspectiva dos abolicionistas e emancipacionistas, mostrando que o negro foi visto como um problema após a abolição da escravidão, já que muitos se perguntavam o que fazer com ele, agora que estava liberto.

Houve várias propostas para essa questão em particular, das quais se destacam: a dos emancipacionistas, a dos abolicionistas e a dos imigrantistas. Todos discutiram qual deveria ser o destino do liberto. Como bem enfatiza a autora, essa questão não se arrastou pelo tempo graças ao ativismo dos próprios negros, que por ora não foram seres passivos à espera de seus redentores, como muitos preferem acreditar.

<sup>252</sup> *Gazeta de Notícias*. “Bons dias!”, 27 de abril de 1888.

<sup>253</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003.

Os emancipacionistas,<sup>254</sup> por exemplo, preocupados em construir (ou forjar) uma identidade nacional para o Brasil, realizaram vários debates para decidir o que fazer com o negro, agora ex-escravo. Seus anseios atentavam em formar uma nação homogênea, por isso questionavam o tráfico negreiro, uma vez que esse era um dos responsáveis pela heterogeneidade da população brasileira. Alguns emancipacionistas, mesmo declarando os negros como inferiores,<sup>255</sup> considerados por eles de baixo nível mental, desejavam incluí-los na sociedade brasileira.

Para esses reformadores, o Estado deveria ser a principal ferramenta para inserir na sociedade os negros alforriados e os que estavam para serem libertos. Cabia ao Estado controlar o cotidiano desses ex-escravos, que agora deveriam ser trabalhadores livres. Ainda segundo a autora:

Tudo se resumia, portanto, a um esforço decidido e sistemático da parte do Estado no sentido de educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que eles se tornassem úteis ao país, partes integrantes e batalhadoras de uma razão nacional superior.<sup>256</sup>

Portanto, essas pessoas que Policarpo caracteriza não pensariam em outro destino para os escravos, dariam um jeito de os libertos continuarem a trabalhar em suas casas para manter as aparências. O Estado também não pensaria em outro destino para eles. O projeto de repressão à vagabundagem nos certifica de que um dos objetivos do Estado era que esses ex-escravos fossem disciplinados e motivados ao trabalho.

Policarpo conclui que se algum ministro for ao teatro e disser que ali só vão pessoas de segunda consideração, ele então não irá mais ao teatro, para não ser tachado como uma pessoa pertencente a uma segunda consideração em público. As pessoas que ele caracteriza como sendo de primeira consideração não queriam perder sua vaidade, valores e privilégios após a abolição, por isso a sugestão de que os libertos virassem criados de servir parecia cômoda a essas pessoas. Não devemos nos esquecer de que Policarpo quer se passar por membro da classe abastada, por isso essa alternativa para os ex-libertos é significativa, pois sem dúvida combinava muito bem com o pensamento da classe urbana e do Estado.

---

<sup>254</sup>Os emancipacionistas eram considerados reformadores e preocuparam-se em um primeiro momento com os habitantes do Brasil, fossem pobres ou ex-escravos. Eles se propunham a tirá-los de suas vidas inúteis para integrá-los em seu projeto de uma sociedade harmoniosa e progressista. Ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003.

<sup>255</sup> Tal inferioridade ainda nesse período e para certos emancipacionistas não estava bem caracterizada como “inferioridade racial”. Essa ideia definiu-se concretamente no Brasil com os projetos imigrantistas. Mas isso não quer dizer que os negros eram vistos como “iguais” na sociedade brasileira do período, mas sua inferioridade moral e intelectual não era considerada empecilho para serem incorporados à sociedade brasileira. Ibid., 2003.

<sup>256</sup> Ibid., p. 49.

A crônica do dia 4 de maio de 1888 começa com Policarpo dizendo que estava doente e que lamentava encontrar-se naquela situação, já que havia dois acontecimentos, segundo ele, que exigiam saúde. Um deles o anúncio da abolição e de outras reformas pela princesa Isabel, e o outro a política do Ceará. Segue trecho da crônica:

...Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; ex-autoritatequa, fungor, não senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa... Entretanto, se alguma vez precisei estar de perfeita saúde, é agora, e por várias razões. Citarei duas: a primeira é a abertura das câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico. A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é a política do Ceará. Era outro plano meu; entrava pelo Senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira, e dizia-lhe mais ou menos isto. Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...Com efeito...<sup>257</sup>

Policarpo inicia a crônica afirmando que está muito constipado, que mal pode respirar, e quando diz crer que está até abatido e magro, o leitor diz que não. Tentando persuadi-lo de que de fato está “doente”, diz que está fungando, mas que não é de autoridade, que funga sem a menor sombra de poder, funga à toa. Nesse trecho, além de querer convencer o leitor de que não pode ir ao Senado, pode estar fazendo alusão à figura dos ex-senhores de escravos, principalmente quando diz que fungava sem autoridade. Os senhores de escravos “fungavam” sem a menor sombra de poder naquele momento, pois tinham perdido sua mão de obra escrava.

Ademais, Policarpo insiste que precisava estar com saúde para ir até a Câmara acompanhar o discurso da princesa Isabel, o anúncio da lei da abolição e as outras reformas, já que tudo excita a curiosidade geral e, naturalmente, pedia saúde de ferro. Esse trecho da fala do narrador é irônico, pois a única coisa que incitava a curiosidade geral era se haveria indenização aos senhores de escravos, pois a imprensa, desde o início de maio, estava divulgando as reformas que viriam junto com a abolição. Portanto, a fala do trono talvez não passasse para ele de apenas um evento pomposo, com suas deputações e cerimônia.

<sup>257</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1888.

Por isso, tal acontecimento não pedia uma saúde de ferro. A *Gazeta de Notícias* do dia 2 de maio de 1888, na coluna “*Projetos do Governo*”, afirma:

Dentro de poucos dias, vai o país conhecer o projeto do governo sobre a extinção do elemento servil. Esse projeto, tão ansiosamente esperado, nos dois únicos artigos em que é concebido, satisfaz as mais adiantadas aspirações abolicionistas. Com ele pretende o governo apresentar outro projeto, elaborado pelo Sr. Ministro da justiça, e que está quase pronto, contra a vagabundagem, projeto que é uma medida geral contra os vagabundos e não uma lei de repressão contra os ex-escravos. As bases principais d’este projeto são a criação de estabelecimentos correcionais de ordens diversas, uns para o caso de primeira punição, outros para os casos de reincidência na vagabundagem. Estes últimos estabelecimentos serão fundados nas fronteiras. Serão passíveis desta pena correcional os indivíduos que não tiverem ocupação nem domicilio certos, os mendigos, e os que exercerem profissões desonestas. Abre-se uma exceção para os aleijados, pois para esses há a assistência pública, que está sendo organizada. Nos estabelecimentos correcionais haverá oficinas e trabalho agrícola. O produto do trabalho do indivíduo recolhido ao estabelecimento será dividido: metade para o custeio do estabelecimento, e a outra metade será entregue quando for solto. Se o preso tiver família, a esta será entregue a metade do produto do trabalho do preso, ficando a outra metade para o estabelecimento. Os diretores dos estabelecimentos poderão pedir o aumento da pena para os presos que não derem boas contas de si, e mostrarem pouco amor ao trabalho, assim como a diminuição para os que revelarem vontade de trabalhar e tiverem bom comportamento. A pena será agravada: quando a pessoa que for passível dela, tiver dissipado a fortuna própria ou alheia; os criados que se desempregarem repetidas vezes sem motivo; outros.<sup>258</sup>

Como podemos ver na notícia, algumas reformas seriam feitas juntamente com a abolição, como a da repressão à vagabundagem, a daimigração, a da colonização em larga escala e a da criação de tribunais correcionais. Essas reformas já eram conhecidas e estavam sendo discutidas pela imprensa, como a lei de repressão à vagabundagem criada pelo ministro da Justiça Ferreira Vianna. No entanto é no mínimo curiosa essa lei, já que aos olhos de muitos pode ter parecido criada para reprimir ex-escravos que não quisessem ficar nas lavouras do seu ex-senhor e partissem rumo aos centros urbanos em busca de outros empregos. Nessa coluna tal reforma é explicada: “projeto que é uma medida geral contra os vagabundos e não uma lei de repressão contra os ex-escravos”.<sup>259</sup>

Policarpo não comenta sobre essa reforma nem sobre outras anunciadas durante a fala do trono. Ademais, mesmo que se reafirme que o projeto não é uma lei de repressão contra ex-escravos, fica claro quanto os poderes públicos tinham receio do mundo da liberdade e o

<sup>258</sup> *Gazeta de Notícias*, 3 de maio de 1888.

<sup>259</sup> Ibid.

quanto se viam na obrigação de controlar e tutelar a liberdade destes. A *Gazeta de Notícias* do dia 4 de maio de 1888 publicou trechos do discurso da princesa Isabel, como o seguinte:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da *infeliz herança* que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.<sup>260</sup>

Essa notícia traz alguns aspectos da abertura das câmaras e do discurso da princesa Isabel, que falou sobre o imperador e sobre algumas reformas que deveriam ser feitas no Brasil, como a da condição dos juízes, a da força policial da capital do Império, do estado sanitário do país, a da administração provincial e municipal que tinham necessidade de alargarem sua respectiva esfera de ação, a da reorganização do ensino nos seus diversos graus e ramos. Como podemos ver nesse discurso, há o reforço da ideia da renúncia dos senhores de seus escravos como um ato de solidariedade (sentimento nacional), ou seja, espera-se que os libertos tenham gratidão por esse ato dos senhores e continuem nas fazendas destes. O discurso também fala que a questão da abolição adiantou-se pacificamente, omitindo assim todo o clima de revolta, fugas, desorganização e ação dos escravos diante do processo de liberdade.

Policarpo não comenta esse discurso e diz que o outro motivo que exigia a saúde dele é a política do Ceará. Essa mudança de assunto pode parecer aos leitores que ele não estava interessado na fala do trono e nas reformas que iriam ser anunciadas, mas é importante nos atermos à sua fala sobre a política do Ceará para entendermos que há uma continuidade nos assuntos que ele havia abordado em crônicas anteriores, ou seja: as características dos partidos políticos. Por isso acreditamos que a crítica aos partidos do Ceará funcionou mais como uma metáfora, para Policarpo continuar a falar e a criticar a atitude dos políticos e de seus partidos, embora os políticos e partidos do Ceará também se encaixassem nessas críticas. A conversa de Policarpo com o senador cearense Castro Carreira começa com um questionamento:

- Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
- Com efeito...

---

<sup>260</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1888.



- Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro. Mas dois.
- Dois em quatro.
- Quatro em dois.
- Dois, quatro.
- Quatro, dois.
- Quatro.
- Dois.
- Dois.
- Quatro.
- Justamente.
- Não é?
- Justamente.
- Não é?
- Claríssimo.

Dadas estas explicações, pediria eu ao Sr. Dr. Castro Carreira que me desse algumas notícias mais individuais dos grupos Aquirás e Ibiapaba...S. Exa., com fastio:

- Notícias individuais? Homem, eu não sei de política individualista; eu só vejo os princípios.
- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudia com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, e eu vos darei boa política, diria o barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns, ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo, mas o que é que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...?
- Pode ser, mas isso ainda não me explica a razão desta mistura ou troca de grupos, parecendo melhor que se fundissem de uma vez, com os antigos adversários. Não lhe parece?
- O que me parece, é que a princesa vem chegando.

Corríamos à janela; víamos que não; continuávamos à entrevista, à maneira americana, para trazer os meus leitores informados das coisas e pessoas. O meu interlocutor, vendo que não era a princesa, olhava para mim, esperando. Pouco ou nenhum interesse no olhar; mas é ditado velho, que quem vê cara não vê corações. Certo fastio crescente. Princípio de desconfiança de que eu sou mandado pelo diabo. Gesto vago de cruces...

- Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapabas; há os...
- Agora creio que é a princesa. Estas trombetas...É ela mesma; adeus, sou da deputação...Apareça aqui pelo senado...No senado, não há dúvidas... Mas eu pegava-lhe na mão, e não vinha embora sem alguns esclarecimentos. Tudo perdido, por causa de uma coriza! Coriza dos diabos, agora ou nunca, chegaríamos a entender aqueles grupos; e perde-se esta ocasião única, por tua causa, infame catarro, monco pérfido...Tua! Vou meter-me na cama<sup>261</sup>.

<sup>261</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1888.

Policarpo critica a política do Ceará no sentido de que seus políticos agiam segundo todas as normas, menos os princípios, que guiavam supostamente suas decisões. De fato, ele se questiona e diz não entender nada dos partidos do Ceará, pois estes possuíam partidos políticos dentro de partidos políticos. Ademais, a política do Ceará realmente parecia confusa para muitos. No dia 28 de julho de 1888, em coluna intitulada “Boletim Parlamentar”, a *Gazeta de Notícias* comenta:

Na 2ª parte da ordem do dia o Sr. Rastibona desenvolveu a sua interpelação acerca dos negócios do Ceará. Respondeu o Sr. Presidente do conselho, estranhando que fosse um liberal quem provocasse a intervenção do governo central no caso do Ceará. E ademais, S. Ex acrescentou que não entendia nem podia entender o que se passa naquela província. E S. Ex tem razão. A política do Ceará, só pode ser entendida pelos interessados, ou por um maestro de música burlesca que a queira pôr em cena, para regalo das platéias.<sup>262</sup>

Sem dúvida, Policarpo também não entendia dos partidos do Ceará, e durante sua conversa com Castro Carreira, em que este tenta explicá-la, finge estar entendendo, mas apenas para manter a conversa com o senador e denunciar que tais políticos tomavam suas decisões pautadas na vontade da classe dominante, mesmo que elas afrontassem seus princípios morais. Aqui voltamos mais uma vez à questão dos “partidos políticos”, e nesse caso, a crítica de Policarpo ultrapassa os partidos do Ceará. Como vimos desde a crônica do dia 5 de abril de 1888, há a crítica aos partidos, principalmente ao partido liberal, e a alguns dos seus membros que, embora tivessem como ideia principal a abolição da escravidão, na prática não apoiavam quando um membro do seu partido criava uma reforma mais radical em relação a esta. Aqui voltamos ao caso do Dantas, que já discutimos na crônica do dia 5 de abril. Policarpo critica os membros dos partidos políticos, que antes de pensarem no bem de suas províncias, preocupavam-se mais com seus princípios particulares ou mesmo em atender apenas a elite.

Na crônica que antecede à Lei Áurea, publicada no dia 11 de maio de 1888, Policarpo fala dos debates, dos personagens e de todo o contexto social de discussões acerca da abolição. O narrador pergunta-se sobre de que lado deveria ficar, já que o contexto social do período remete a várias opiniões distintas, que buscavam dar significados diversos aos acontecimentos do período:

Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolher? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito

<sup>262</sup> *Gazeta de Notícias*, 28 de julho de 1888.

com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.<sup>263</sup>

O narrador, com essa interrogação, procura mostrar as várias contradições que envolveram o processo de abolição. Desde a primeira crônica, Policarpo demonstra sua angústia em relação ao desacerto, como vimos, não só dos relógios, mas também das discussões a respeito da abolição. O narrador, mesmo dizendo não saber de que lado ficar, atribui a ambos os lados suas significações e ao final da crônica revela que escolheu uma posição. Essa metáfora do desacerto dos relógios mostra também a ambiguidade dos partidos, das opiniões acerca da abolição, do próprio debate sobre ela, como vimos no discurso do acionista José Fernandes Vilela, que dizia não haver mais escravos. Policarpo percebia essas contradições que envolveram o processo emancipacionista, e esse desacerto é percebido por ele em todas as opiniões que comenta: dos senhores de escravos, dos políticos do Partido Liberal e dos partidos de uma forma em geral. Por exemplo, na própria prática dos abolicionistas, tão saudados pelos escravizados após a abolição, havia esse “desacerto” tão discutido por Policarpo. Segundo Célia Azevedo:<sup>264</sup>

Embora sempre fizessem questão de enfatizar a novidade de suas propostas e de imprimir um teor racional em suas formulações relativas à necessidade histórica de acabar com a escravidão e fundar uma nova era de civilização, os abolicionistas não fizeram mais do que repetir muitos dos argumentos colocados por emancipacionistas, que desde o início do século XIX postularam a incorporação do negro livre no mercado de trabalho como medida de controle social.<sup>265</sup>

Ainda segundo Azevedo, como os emancipacionistas, “os abolicionistas tinham como principais interlocutores os grandes proprietários e comerciantes, enfim, os representantes do capital”.<sup>266</sup> Os projetos dos abolicionistas eram feitos pensando em primeiro lugar nesses representantes, que tinham medo de uma sublevação de escravos, e por isso eram orientados a aceitar as propostas de coerção social e de orientação para o trabalho livre. Azevedo conclui:

Portanto, o fato de os próprios abolicionistas se pretenderem a arautos de um novo tempo histórico não significava que eles o fossem efetivamente. Para isso seria preciso que eles assumissem uma postura de ruptura com a grande propriedade, o que, como vimos, estava bem longe de suas pretensões. Ao ultrapassar os limites das proposições de emancipação gradual para assumir de fato a proposta de abolição imediata, sem condições e sem indenização.<sup>267</sup>

<sup>263</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888.

<sup>264</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 249.

<sup>265</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>266</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>267</sup> Ibid., p. 250.

Assim como o argumento defendido por Célia Marinho, o narrador parece apresentar uma opinião semelhante a respeito dos abolicionistas. Ele argumenta ainda a respeito das alforrias que vinham acontecendo nos últimos dias e, segundo Policarpo, essas práticas dos senhores eram explicáveis, e não se tratava de solidariedade para com os escravos, mas simplesmente de antecipar o inevitável, nesse caso, a abolição, que estava por vir. Podemos perceber esse argumento na crônica:

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação.<sup>268</sup>

Vejamos o restante da crônica com mais detalhes, para nos atermos a algumas de suas interpretações:

Não é novidade para ninguém que os escravos fugidos em Campos eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar comesses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças. Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pegar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos. – Sim, senhor. Saia que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

– Mas então quem é que está aqui doido?

– É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

– Vejo; creio que é um papagaio.

– Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

– Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem a cabeça. Este, por ora, não vai mal.

<sup>268</sup>Machado de Assis, “Bons dias!”, *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888.

- Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o Rio Post de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?
- Não.
- Não sabe alemão?
- E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:
- Es tdurfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchieist ist.
- Mas que quer isto dizer?
- Que é deste último trono que deve brotar a flor.
- Que flor?
- As.<sup>269</sup>

É interessante observamos que nessa crônica ficam evidente as disputas, os jogos de interesse e as contradições sociais e políticas daquela época. Ao mesmo tempo em que se fala das alforrias em massa dos últimos dias concedidas pelos senhores de escravos, percebemos que elas não eram vistas por Policarpo como atos de bondade, mas sim como estratégias políticas dos senhores de escravos que, se antecipando à lei de 13 de maio, visavam manter em suas fazendas esses escravizados, devendo estes ser gratos pelo ato de generosidade dos senhores.

Verificamos também mudanças nas relações senhoriais, que por si sós não pareciam ser mais respeitadas, nem mesmo entre os próprios senhores, já que mesmo sabendo que os escravos eram fugidos, ou seja, propriedade de outros senhores, alguns fazendeiros os contrataram. “Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum<sup>270</sup>”. Não são somente as alforrias incondicionais ou mesmo a fuga dos escravizados em Campos que estavam finalizando o regime escravocrata, mas sim os princípios básicos que sustentaram esse regime por tantos anos, nesse caso, a falta de solidariedade entre os senhores de escravos explica bem a impossibilidade de se continuar mantendo um regime escravocrata.

Essa alusão irônica a um comportamento sem fundamento, no caso da atitude de Clapp, presidente da confederação abolicionista, que Policarpo diz ter restituído aos senhores os escravos e ainda ter pago uma indenização do seu bolso, é uma forma de exagerar o tom da crônica, ou seja, as contradições, os desacertos de atitudes referentes à abolição. Ao final da crônica alguém pergunta a Policarpo se ele não vê que há algo no ar, e este faz pilhéria respondendo crer ser um papagaio. Então seu interlocutor diz que é uma república, afirmando que o fim da monarquia e o advento da república são uma mudança indispensável. Policarpo

<sup>269</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888.

<sup>270</sup> Ibid.

responde que por ora a monarquia vai bem, comparando-a com um chapéu que vai bem à cabeça.

O interlocutor faz uma crítica à monarquia, dizendo que ela vai pessimamente e sugere a forma que a república deveria assumir, citando uma frase em alemão. A tradução da frase é: “Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional”. A crítica sem dúvida estende-se aos partidos, e a todo o corpo político da monarquia, que parece mais uma oligarquia absoluta, ou seja, governa o país atendendo aos interesses da classe dominante. Por isso talvez a república representasse uma mudança fundamental. Para o suposto interlocutor, ela seria uma solução possível com toda a crise do sistema escravocrata. Policarpo, sugerindo que havia alguma coisa no ar, nesse caso um papagaio (que tem como principal característica a repetição das palavras), sugere que mesmo com o advento da república haverá uma repetição do discurso oligárquico. O problema para ele, afinal, era quem exercia o poder e para quem esse poder era pensado e exercido. Portanto, mudar a forma de governo, nesse caso, a monarquia pela república, não lhe parecia uma solução razoável, já que o que deveria mudar no Brasil era a forma como os partidos políticos e seus membros governavam e tomavam suas decisões. A política, para Policarpo, deveria ser coerente, sem retóricas vazias e sem atender apenas a uma camada específica da sociedade.

Segundo Bosi, o final da crônica – em que Policarpo pergunta o que quer dizer a frase em alemão e o interlocutor responde: “Que é deste último tronco que deve brotar a flor” – sugere uma metáfora transparente, ou seja, que seria da abolição que brotaria a república, como de fato sucedeu: “A monarquia liberal caiu, sobrevivendo a um regime em que as oligarquias puderam finalmente governar sem as mediações do velho parlamentarismo”.<sup>271</sup> Para Bosi, Machado de Assis não se indispôs com a corrente republicana, mas esta também não lhe era familiar, pois ele não ignorava os liames que uniam a república à robusta oligarquia cafeeira, que aderira à abolição apenas na fase final da campanha<sup>272</sup>.

Após o anúncio da Lei Áurea, a crônica do dia 19 de maio de 1888 aborda a abolição. Como já interpretamos essa crônica no segundo capítulo deste trabalho, ater-nos-emos à crônica do dia 20-21 de maio de 1888. Essa crônica, em específico, não foi publicada na *Gazeta de Notícias*, mas sim no jornal que sairia em um único número em comemoração à abolição e traria artigos de todos os jornais que faziam parte da comissão da imprensa, criada especialmente para organizar os festejos em prol da abolição. A crônica, portanto, analisa a

<sup>271</sup> BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões*: Estudos Machadianos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 95. Para Bosi, uma leitura maniqueísta da crônica (Machado monarquista *versus* a iminente República) é tentadora, mas deve ser matizada.

<sup>272</sup> Ibid., p. 94.

abolição, utilizando o evangelho de João como uma possível metáfora para falar sobre a política, as pessoas e os acontecimentos que levaram a ela:

1. No princípio era Cotejipe, e Cotejipe estava com a Regente, e Cotejipe era a Regente.
2. Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado.
3. Houve então um homem de São Paulo, chamado Antônio Prado, o qual veio por testemunha do que tinha de ser enviado no ano seguinte.
4. E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.
5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?
6. És tu, Rio Branco? Ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não. Disseram-lhe então: Quem és tu logo, para que possamos dar resposta aos chefes que nos enviaram?
7. Disse-lhes: Eu sou a voz que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo...

Um ponto a ser analisado nessa crônica é o tom debochado com que Policarpo analisa a figura da regente, tida por muitos como responsável pelas ações abolicionistas, principalmente a abolição, de “13 de maio”. Segue trecho da crônica:

- 2.4. E tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as Câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.
- 2.5 A regente que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e suprema.
- 2.6 E toda a terra, onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e de seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência.<sup>273</sup>

É nítida a analogia que o narrador faz aos discípulos da princesa Isabel. Estes, sem dúvida, eram os abolicionistas<sup>274</sup> que a tinham apoiado na elaboração da lei de “13 de maio” e que pareciam querer perpetuar a imagem de Isabel como redentora, pensando na continuação da monarquia em detrimento do regime republicano. Com certeza a princesa Isabel parecia ter se valido dos discursos dos abolicionistas numa tentativa de perpetuar a monarquia. Segundo a crônica, os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência, fato controverso, como já discutimos acima, pois a monarquia cada vez mais perdia o apoio dos senhores de escravos, justamente por essas medidas em prol do fim da escravidão. Esse fato foi citado de maneira

<sup>273</sup> Machado de Assis, “*Bons dias!*”, *Gazeta de Notícias*, 20-21 de maio de 1888.

<sup>274</sup> Segundo Robert Daibert Junior, devemos notar que a princesa Isabel relacionou-se com uma corrente específica de abolicionistas: a vertente moderada cujos principais expoentes eram: Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio. Defensores do fim do escravismo sustentavam a visão de que a abolição deveria ser alcançada por meio da legalidade de um movimento pacífico que não provocasse uma alteração brusca na organização do país. Ver: DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos*. São Paulo: Edusc, 2004.

crítica e irônica por Policarpo. Os ex-escravocratas, após a lei de “13 de maio”, viam essa atitude da princesa como autoritária. Não podemos nos esquecer de que havia ainda entre esses ex-senhores a discussão sobre uma possível indenização pela perda de seus escravos, indenização que como bem sabemos não aconteceu. Segue o trecho final da crônica:

2.7- Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.

2.8- Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o Eclesiastes: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo acrescento eu, é possuir-se gente a si mesmo.<sup>275</sup>

A menção à província do Maranhão, Bacabal, revela a atitude de alguns senhores perante a lei de 1888. Muitos não aceitaram a referida lei, e continuaram a manter seus escravos nas fazendas. Alguns senhores os prenderam e espancaram, levando-os ao tronco, símbolo da sujeição escrava nas fazendas. Albuquerque ressaltava que esse mecanismo de tortura foi insistentemente utilizado por ex-senhores dias depois da abolição, principalmente em lugares mais distantes da capital. Segundo ela, a imprensa teve um papel determinante para a garantia da liberdade, já que vários periódicos, principalmente os abolicionistas, colocaram-se à disposição dos libertos para publicar qualquer denúncia contra ex-senhores que limitassem sua liberdade ou os tivessem castigado no dia 13 de maio.<sup>276</sup>

Vimos, portanto, na análise das crônicas que abordam a abolição, que há um tema principal que Policarpo anuncia em sua primeira crônica de 5 de abril de 1888 e que perpassa as demais. A metáfora dos relógios do mundo que não marcam a mesma hora serviu de inspiração para que Machado de Assis expusesse os desacertos da elite dominante do século XIX. A discrepância dessa elite vai desde suas decisões políticas até os pequenos fatos cotidianos, permitindo-nos, assim, conhecer o lugar que ela ocupou durante os debates em torno da abolição e, principalmente, possibilitando que reflitamos sobre o lugar que Machado de Assis conferiu a si mesmo quando criticava os desacertos dessa elite letrada e política. Podemos concluir aqui que Machado, ao criticar por intermédio de Policarpo as atitudes dessa

<sup>275</sup> Machado de Assis, “Bons dias!”, *“Imprensa Fluminense”*, 20-21 de maio de 1888.

<sup>276</sup> Até o ano de 1889 circulavam na imprensa e em documentações policiais a notícia de ex-proprietários de escravos que não aceitavam a lei de 13 de maio. Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.



camada da população em relação às discussões em torno da abolição, pretendia afirmar, mesmo que nas entrelinhas das crônicas, seu posicionamento no que concerne a esse tema.

O autor acreditava que deveria haver a abolição de forma imediata, sem medidas aleatórias que ferissem mais uma vez aqueles que desejavam o fim do cativeiro, assim como aconteceu com a Lei dos Sexagenários. Machado não hesitou em demonstrar seu descontentamento em face das medidas que a lei aprovou. Portanto, os desacertos de opinião entre políticos do mesmo partido deveriam ser combatidos com coerência, sem que mais uma vez as propostas abolicionistas beneficiassem somente a elite da época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série “*Bons dias!*” surge em um momento importante da história do Brasil. Além de dialogar com algumas colunas da *Gazeta de Notícias*, também se posiciona em relação aos principais debates em torno da abolição. Vimos que Machado de Assis construiu um personagem fortemente caracterizado para analisar e se posicionar diante das discussões que envolveram o fim do regime escravo e de alguns assuntos que fizeram parte do cotidiano não somente do Rio de Janeiro do século XIX, mas da natureza dos sujeitos de forma geral. Por meio da ambiguidade e do estranhamento de Policarpo acompanhamos a crítica de Machado de Assis às atitudes da elite urbana da época.

Machado destacou os principais assuntos que envolveram a abolição no século XIX, enfatizando a ironia dos senhores de escravos que diziam se antecipar à Lei Áurea – quando na verdade queriam concorrer a cargos políticos – e sua pretensa superioridade diante dos escravos, pois mesmo quando estes se tornavam livres, tais senhores ainda continuavam a tratá-los como inferiores. Vimos que o escritor se posicionou diante dos políticos brasileiros e de sua falta de coerência com os princípios que regiam seus partidos.

Machado de Assis foi uma testemunha histórica de seu tempo e, mais do que simplesmente debater os assuntos que envolveram a abolição, analisou-os criticamente e construiu um sentido político que nos permitiu conhecer mais acerca do seu posicionamento. Machado acompanhou os debates levantados pela *Gazeta de Notícias* a respeito da abolição e a criação de Policarpo permitiu que o autor criticasse a ambiguidade das relações políticas, dos discursos senatoriais e dos próprios debates que envolveram o tema da abolição. Com a análise das crônicas em que a temática aparece, vimos que Machado tinha uma visão um pouco pessimista sobre o fim da escravidão, e isso graças à própria estrutura da sociedade brasileira da época. Machado, portanto, defendia a abolição imediata, mas desconfiava dos sujeitos de uma forma em geral e sua vaidade em não querer perder seus criados, ou mesmo do poder público que dizia abolir a escravidão, mas não criava condições favoráveis aos libertos.

Mais do que se posicionar diante da abolição, Machado de Assis vai além, nos mostrando que a relação de senhor-escravo, ou seja, de superioridade, vaidade e falta de princípios não acabaria com o fim da escravidão, pois era uma característica quase natural do ser humano e da elite carioca, por isso, a crítica de Machado de Assis vai além da instituição da escravidão, ele faz uma crítica à alma humana, repleta de vícios, incertezas e ambiguidades, e talvez por isso os sujeitos do Brasil do século XIX, apesar de lutarem pelo

fim da escravidão, a tenham mantido por tantos anos no Brasil. Para Machado, não era o regime monárquico ou a escravidão que tinha que mudar ou mesmo chegar ao fim, mas a essência da alma humana que precisava de uma mudança significativa.

## FONTES

### **Periódicos consultados:**

*Gazeta de Notícias* (1887-1888)

*Gazeta da Tarde* (1888)

*Correio Paulistano* (1887-1888)

*Diário de Notícias* (1889)

*Novidades* (1888)

### **Web sites:**

Anais Parlamentares:

<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>

Jornais do século XIX. Biblioteca Digital:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

ASPERTI, Clara. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, Grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, n. 7, 2006/2.

ASSIS, Machado. *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003.

BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANO, Jefferson; CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo; RAMOS, Ana Flávia. “Narradores do ocaso da Monarquia (Machado de Assis, cronista)”. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 55.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Trad.Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série A+B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez. 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. Editora: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Precaridade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista História Social*. Campinas: Unicamp, nº 19.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850/1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a “redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos*. São Paulo: Edusc, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. 2004. 355 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

FRAGA, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade: Bahia, 1888, 1893. *Revista História Social*. Campinas, Unicamp, n° 19, p. 63-90, 2010.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sônia Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2004.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFSJ: EDUSP, 1994

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, Vol.2.

MARTINS, Ana Luíza. *Imprensa em tempos de Império*. Em: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. 1997. 185f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição*. Campinas: Ed. UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

PEREIRA, Leonardo, A. de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Editora Unicamp, 2004.

PEREIRA, Matheus Serva: *Liberdades em movimento. As disputas em torno da liberdade (São Paulo, 1886-1889)*. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ferreira de Araújo nas “*Balas de Estalo*” e nas “*Cousas Políticas*” da *Gazeta de Notícias*: Imprensa, modernidade e neutralidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. História e crônica: a Lei dos Sexagenários e as Balas de Estalo De Machado de Assis (1884-1885). *Revista História Social*, n. 22 e 23, primeiro e segundo semestres de 2012.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

REZENDE, Beatriz. A crônica: O gênero sua fixação e suas transformações no Brasil. In.: CÂNDIDO, Antônio. *A crônica: o gênero, sua fixação, e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, 2011, vol. LXXI núm. 251, p. 259-284.  
<https://doi.org/10.3989/revindias.2011.010>.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. A *Gazeta de Notícias* e sua “oitava coluna”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, jun. 2011. 1 v.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Editora Mauad, 1999.